

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CAMILA DA SILVA CONDILO

Heródoto, as tiranias e o pensamento político nas *Histórias*

São Paulo

2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Heródoto, as tiranias e o pensamento político nas *Histórias*

CAMILA DA SILVA CONDILO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello

São Paulo

2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Aos melhores pais do mundo: Antonia da Silva Condilo e Antonio Luiz Condilo.

À toda minha família pelo carinho e apoio sempre.

Aos meus queridos amigos, que através de conversas, brincadeiras, partilha de angústias, expectativas, risadas, prantos e dos nossos devaneios das noites de balada e de nossas filosofias de botequim, fizeram de mim o que sou e penso hoje, pois a soma dos pedacinhos de vocês são o que eu entendo por Camila.

Agradeço também as dificuldades, pois elas ajudaram a encontrar meu caminho.

Marcos Cardoso Gomes pela boa fé e confiança em emprestar materiais indispensáveis para uma garota desconhecida que tentava fazer pesquisa.

Ao professor Norberto pela confiança, paciência e sugestões.

À Fapesp pelo imprescindível apoio financeiro.

RESUMO

A tirania é um dos elementos mais marcantes das *Histórias* e da escrita da história das *Histórias*. Dentre as várias vertentes de estudo que debatem este aspecto da obra do autor de Halicarnasso, há uma querela específica que discute se ele tinha uma visão pejorativa ou neutra em relação à tirania. A partir, em especial, de meados do século XX, as novas tendências da historiografia passaram a valorizar aspectos marginalizados da história até então, e os estudos herodotianos passaram a ser (re)vistos em conformidade com essas mudanças. À luz desta tendência atual, que entende o texto herodotiano como unidade textual, proponho uma leitura desta controvérsia pelo viés da ambigüidade e da tragédia. Dentro desta perspectiva, reis e tiranos têm um importante papel na narrativa ao compor a forma através da qual Heródoto expressa seu pensamento político na obra, pensamento este relacionado com suas preocupações em torno do exercício do poder.

Palavras-chave: historiografia; Heródoto; tirania; política; Atenas.

ABSTRACT

Tyranny is one of the most remarkable elements of the *Histories* and of *Histories'* historiography. Among many academic approaches which discuss this aspect concerning the narrative of this Halicarnassos author, there is a specific discussion about the possibility of a pejorative or a neutral vision of tyranny. From the middle of the twentieth century on, the new historiographical tendencies have valued marginal aspects of history, so, the herodotean studies started to be reviewed according to these changes. In the light of this current tendency, that understands the herodotean text as a textual unity, I propose a reading of this controversy through the perspective of ambiguity and tragedy. In this perspective, kings and tyrants have an important role in the narrative by composing the form through which Herodotus expresses his political thought in his work, a thought related to his concerns with the exercise of power.

Keywords: historiography; Herodotus; tyranny; politics; Athens.

SUMÁRIO

Introdução.....	p.06
CAPÍTULO I: Heródoto e a escrita da história de suas <i>Histórias</i> : Situando o problema da tirania.....	p.13
1.1. Heródoto e historiografia sobre Heródoto.....	p.13
1.2. Situando o problema da tirania na escrita da história das <i>Histórias</i> de Heródoto.....	p.19
CAPÍTULO II: Ambigüidades da tirania no pensamento político ateniense.....	p.25
2.1. A tirania na Grécia arcaica (séculos VIII-VI a.C.).....	p.26
2.2. Ambigüidades da tirania no pensamento político ateniense.....	p.40
2.2.1. As palavras e (como) as coisas (são/funcionam).....	p.52
2.3. Breves considerações sobre a tirania na Sicília.....	p.60
2.4. Apontamentos.....	p.64
CAPÍTULO III: Heródoto, as tiranias e o pensamento político nas <i>Histórias</i>	p.66
3.1. Tiranos e tiranias.....	p.67
3.2. Heródoto, as tiranias e o pensamento político nas <i>Histórias</i>	p.92
Conclusão.....	p.103
Referências Bibliográficas.....	p.106

INTRODUÇÃO

Em um ensaio chamado *The Storyteller* (“O contador de histórias”), Walter Benjamin faz uma apreciação da natureza provocativa da história ao contrastá-la com a da informação, pois, segundo ele, o valor da informação não sobrevive ao momento no qual é novidade; a informação explica completamente a si própria sem perder tempo. A história é diferente. Ela não explica a si própria e conserva e concentra sua força ao ponto de ser capaz de realizar-se por um longo período de tempo (BENJAMIN *apud* THOMPSON, 1996, p.145).

Neste aspecto, Heródoto se apresenta como uma experiência ímpar de leitura. Thompson (1996) observa que nossa relação com ele sugere que uma boa história/estória não é aquela que dá a última palavra sobre determinada questão, mas aquela que tem uma palavra decisiva, na medida em que, com o passar do tempo e com o surgimento de novas histórias e explicações, ela persiste por gerações, sendo bem sucedida em estabelecer um equilíbrio entre questões particulares ao mesmo passo em que carrega um valor universal. Tais características me permitem dizer seguramente que Heródoto é um clássico, e um clássico canonizado. Assim não o fosse, o que justificaria um interesse constante por sua obra ao longo desses, aproximadamente, 2.500 anos?

De minha parte, a pretensão de estudar Heródoto se apresenta como um misto de prazer e medo. Prazer, pela singularidade instigante de seu texto: simples e complexo, divertido e sério, diverso e uno..., bem como pelas deliciosas histórias por ele narradas – o que não significa perder de vista as sérias questões à elas subjacentes – que prefiro, por exemplo, à austeridade de Tucídides; mas trata-se apenas de um gosto pessoal. Por outro lado, tal intenção me causa uma espécie de medo pelo peso da responsabilidade de se estudar uma obra como a de Heródoto – bem como as outras obras clássicas de uma forma geral – e tendo em vista os vários estudos de alta qualidade realizados sobre ele. Sem dúvida, estudar Heródoto é

um desafio intimidador, como já observou Darbo-Peschansky (1998), muito intimidador, por mais modesta que seja a pretensão de estudá-lo.

Contudo, dentro de minhas limitações intelectuais, materiais, de tempo e mesmo de maturidade, aceitei o desafio de fazer ao menos uma tentativa, e optei por estudar as *Histórias* de Heródoto para a realização de minha pesquisa de mestrado. Bom, vem a propósito, nesse momento, situar o porquê desta escolha.

Quando da realização de minha pesquisa de Iniciação Científica¹, tomei especial interesse por um dos documentos utilizados, que acabou, inclusive, por se tornar a principal fonte do trabalho: as *Histórias* de Heródoto. Nela, uma questão mais específica ainda me chamou a atenção, que era a oscilação dos juízos valorativos de Heródoto sobre a tirania. Assim, esta pesquisa teve como ponto de partida o debate entre os estudiosos de Heródoto acerca da objetividade historiográfica ou do caráter convencional da tirania nas *Histórias*, nas palavras de Gammie (1986).

A partir das leituras iniciais, foi possível perceber que essa discussão muitas vezes acabava por se relacionar com interpretações que buscavam apenas discutir a “preferência” política de Heródoto. Grosso modo, tratava-se, em geral, de debater seu suposto favoritismo pela democracia em contraposição à sua suposta aversão pelos governos individuais – ou não –, o que conduz à análises parciais e arbitrárias do texto herodotiano, na medida em que é possível se fundamentar tanto a favor como contra um determinado posicionamento político, pois escolhe-se uma passagem significativa da narrativa e Heródoto passa a se resumir a esta passagem e todo o restante do texto não é Heródoto, conforme observou Pires (PIRES *apud* SOUSA 2001, p.130-131).

Ciente disso, penso que, antes de tentar entender o problema da tirania nas *Histórias* a partir da discussão em torno das predileções políticas do autor, seria mais profícuo

¹ *Aspectos da tirania arcaica e o despertar de um novo horizonte político na Grécia antiga*, sob orientação da professora Maria Celeste Fachin, financiada pelo PET (Programa Especial de Treinamento, atual Programa de Educação Tutorial) / SESu-MEC, de 2002-2004.

explorar o debate sobre a tirania a partir de um problema maior no qual ele estaria inserido e talvez fosse um pouco mais elucidado, qual seja, se Heródoto tem um pensamento político e como ele se expressa na narrativa. Isto leva à principal pergunta a ser respondida nas próximas páginas: Qual o papel exercido pela tirania nas *Histórias*? – se é que ela exerce algum?

A narrativa possui uma diversidade de temas que foram estudados por vários pesquisadores ao longo do tempo. Tão extenso e duradouro quanto essa bibliografia sobre o texto herodotiano é o debate sobre o seu estatuto como “historiador”, decorrente de um certo entendimento da história que se pauta pelos parâmetros das ciências naturais e que tem a objetividade como sua principal bandeira, excluindo, portanto, qualquer aspecto que fuja da esfera do considerado “racional” e “objetivo” por esses referenciais, tais como elementos fabulosos e míticos, por exemplo – características muito marcantes do documento.

Com a mudança ocorrida na perspectiva do fazer histórico na primeira metade do século XX e com o surgimento do que alguns autores chamam de pós-modernidade (fragmentação do sujeito, diversidade de sensações, de temporalidades e visões de mundo que antes de se contraporem coexistem sem maiores problemas), “racionalidade” e “objetividade” também tomaram novas formas que dialogam com essas mudanças do presente, de maneira que, atualmente, dentro desses novos parâmetros, há um consenso sobre a idoneidade do autor como “Pai da História”, a partir de trabalhos que entendem seu texto como uma unidade integrada, fundamentada pela articulação dos argumentos do épico com a investigação, característica do gênero histórico (HERING, 2004).

Na medida em que o debate acerca do caráter pejorativo ou não da tirania nas *Histórias* é fortemente marcado pela questão da objetividade (ainda no seu sentido tradicional) – como outros debates acerca de outros aspectos da obra também: se ele tem senso político ou não, se a religião exerce papel determinante nas ações humanas ou não etc –,

e, portanto, pelo problema da credibilidade de Heródoto como “historiador”, busco explorar o aspecto político da obra à luz das novas leituras sobre o autor como unidade textual.

Dentro desta perspectiva, argumento nesta dissertação que há um pensamento político presente nas *Histórias* que permeia toda a obra e que dentro da lógica² deste pensamento poderíamos (re)direcionar a situação na qual os dois argumentos do debate em torno dos predicativos da tirania constituem elementos opostos para uma outra visão que tente entender a questão nos termos do próprio Heródoto. Isto implica em uma revisão da bibliografia sobre a tirania nas *Histórias* que se alinha com os autores que percebem uma unidade no texto herodotiano.

Posto o problema historiográfico que norteou minha investigação, realizei uma análise da tirania na obra que consistiu nos seguintes procedimentos:

- Identificação das ocorrências de tiranos e tiranias;
- Contextualização das passagens em termos geográficos e cronológicos;
- Tipologia das tiranias presentes na obra;
- Estudo dos predicados e sinônimos associados à elas;
- Compreensão da função da tirania no texto.

Tal análise conduziu à algumas conclusões, conclusões estas que não se pretendem definitivas, pois consistem apenas em uma leitura do problema obtida ao longo desses três anos de estudo. O processo que me levou à elas está disposto nos três capítulos e seus respectivos conteúdos que ora apresento em forma de dissertação, disposição esta que se justifica e se encontra da seguinte maneira:

Capítulo I: *Heródoto e a escrita da história de suas Histórias: Situando o problema da tirania*. Neste capítulo, apresento o autor e sua obra, bem como busco apresentar um breve panorama sobre as principais leituras atuais que deles foram feitas. Isto tem como

² “[...] Por lógica entendemos não somente as operações que se encadeiam num raciocínio, mas também o processo que permite que as informações colhidas sejam selecionadas e postas em relação entre si. [...]” (DARBO-PESCHANSKI, 1998, p.19-20).

intuito já trabalhar um pouco a questão de um entendimento de sua obra como uma unidade integrada, aspecto este que lança uma das bases para a idéia de que existe um pensamento político que permeia todo o texto, questão esta desenvolvida apropriadamente no capítulo III. Ainda, apresento as vertentes de estudos sobre a tirania em Heródoto, o que implica, especialmente, em uma revisão dos textos que compõem o debate em torno da objetividade historiográfica ou do caráter convencional da tirania nas *Histórias* para situar o problema historiográfico que serviu de ponto de partida para o trabalho.

Capítulo II: *Ambigüidades da tirania no pensamento político ateniense*. Aqui a idéia é situar o problema dos predicativos da tirania em um contexto mais amplo, no intuito de perceber em qual medida este contexto maior influencia/justifica a forma como Heródoto desenvolve o motivo da tirania na narrativa. Nesta etapa da pesquisa, percebi que a questão dos juízos valorativos sobre a tirania estava fortemente relacionada com o desenvolvimento de uma identidade política ateniense e que ela não poderia ser aplicada ao mundo grego em geral, e que mesmo o uso que os próprios atenienses faziam da idéia de tirania era instável e fluído, pois os grupos em conflito se apropriavam dela de acordo com seus interesses, e mesmo sua recepção não era a mesma por parte de todas as camadas sociais.

Capítulo III: *Heródoto, as tiranias e o pensamento político nas Histórias*. Neste capítulo, realizo o estudo do documento propriamente dito, o qual confirmou minha hipótese de que existe uma reflexão sobre a política em sua obra que transcende a questão de suas preferências políticas. Tal visão tem como princípio o fato de que o propósito de se contar histórias, no caso, estórias, seria o de pensar problemas contemporâneos e pensar construtivamente o futuro, no sentido de se usar os ensinamentos trazidos por essas estórias para a tomada de decisões no presente (THOMPSON, 1996; RAAFLAUB *in* ARETHUSA, 1987).

Isto remonta a certos procedimentos próximos aos dos poetas trágicos. Ora, se os poetas lançavam mão dos mitos para incitar seu público a refletir sobre os problemas políticos que afligiam a comunidade, Heródoto, similarmente, lançava mão das estórias para elucidar problemas políticos de seu tempo. Ambos (Heródoto e os poetas trágicos), a despeito de uma aparente ausência de coerência e de certa sistematicidade em suas reflexões sobre a política, não faziam isto a partir de análises abstratas nem conselhos diretos, mas através da narrativa dramática, no intuito de educar a audiência e aumentar a consciência política e a responsabilidade dos cidadãos, como defendeu Raaflaub (1987 *in* ARETHUSA).

A relação *mýthos versus lógos* também aproxima Heródoto dos poetas trágicos e foi deveras significativa para o entendimento do papel ocupado pela tirania nas *Histórias*. Conforme observou Sousa (2001) a propósito do seu estudo sobre o debate persa, pelo princípio de complementariedade do mito não há contradição no fato de que a ordem e justiça do monarca estejam fundados na violência, por exemplo, de forma que talvez fosse mais apropriado, então, pensar na maneira *como* seu poder é exercido. Assim, poderíamos partir da idéia de um poder vicioso e corrompido que daria espaço a um poder novo, virtuoso, assim sucedendo-se um ao outro. Tal visão se justifica tendo em vista a própria concepção de história de Heródoto que se pauta por modelos trágicos, ou seja, pelo princípio de que o sucesso e a felicidade humana não são estáveis.

Para Heródoto, não existe uma separação radical entre os mundos humano e divino. Para ele, a sociedade humana é um vasto conjunto no qual se rompe e se restabelece continuamente o equilíbrio da justiça (*diké*):

A obra de Heródoto apresenta portanto a história como uma espécie de tribunal informal, onde se resolvem indefinidamente os conflitos. Um determinado acontecimento é tratado isoladamente, sendo avaliado de dois modos: ou ele é considerado como a ruptura de um equilíbrio chamado “justiça” (*diké*) – estabilidade de situações materiais, de poderes, de Estados, da partilha entre os reinos divino e humano – sendo nesse caso uma “injustiça” (*adikié*); ou então ele é tomado como a reparação (*diké*) de um mal causado anteriormente. A justiça, assim, entra em jogo na história, representando o seu motor – em dois tempos: o da ofensa e o da reparação, e permitindo o seu entendimento. [...] (DARBO-PESCHANSKY, 1998, p.80).

Então, não obstante o fato de ser o mundo dos homens o palco dos acontecimentos no qual desenvolve sua narrativa, esse mundo está à mercê dos deuses, os quais podem mudar o rumo dos acontecimentos, impondo aos homens uma experiência sempre problemática e dolorosa, experiência esta da qual, muitas vezes, são mantidos na ignorância dos motivos da intervenção divina ou da qual estão convencidos de que se trata de uma punição por suas faltas e erros (IDEM, 1998).

Assim, torna-se possível perceber que não há um princípio de exclusão dos contrários nas *Histórias*, mas uma balança na qual se busca estabelecer um equilíbrio e que, portanto, pensar em uma objetividade historiográfica de Heródoto e mesmo em suas predileções políticas não dão conta de uma explicação para o papel ocupado pela tirania nas *Histórias*. Mas o que dá conta então?

A partir de todas essas evidências, argumento e tento mostrar, por fim, que nosso autor tem um pensamento político no qual lança mão de estórias, ou seja, de seus diversos *lógoi* sobre reis e tiranos, para refletir sobre os problemas enfrentados pela comunidade de seu tempo, e que nesta reflexão a tirania exerce papel importante ao conduzir a uma reflexão sobre o poder, mas que apesar do poder despótico ser modelar para esta reflexão, o autor de Halicarnasso tem em vista o poder num sentido mais amplo, em todas as suas manifestações/formas, alertando, especialmente, para o perigo da maneira pela qual Atenas exercia o poder em sua época.

CAPÍTULO I

Heródoto e a escrita da história de suas *Histórias*: Situando o problema da tirania

1.1. Heródoto e historiografia sobre Heródoto

Segundo a tradição e suas escassas e fragmentárias informações sobre a biografia de nosso autor, Heródoto viveu entre as Guerras Médicas (490-480/479 a.C.) e a Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.). O “Pai da História” teria nascido por volta do ano 480 a.C., em Halicarnasso, na Ásia Menor, e existem informações de que sua família era abastada e que teve problemas políticos com a Dinastia Cária, que governava a cidade na época e era aliada dos persas. Tal fato, o teria levado a viver exilado por boa parte de sua vida, empreendendo viagens a partir das quais reuniu o material com o qual comporia sua narrativa. Tornou-se cidadão de Túrio, *pólis* fundada pelos atenienses no sul da atual Itália, vínculo este que faria com que Aristóteles e outros autores gregos o chamassem de "Heródoto de Túrio". Ele teria recitado publicamente seu trabalho por volta de 445-444 a.C. na *boulé* de Atenas, tendo sido agraciado por isto com uma boa recompensa por Péricles. Faleceu em torno de 420 a.C.

Suas *Histórias* constituem fonte singular para o estudo da Grécia antiga. Historiador, etnólogo, geógrafo, literato, são algumas das atribuições que lhe foram feitas em meio aos diversos assuntos dos quais trata. Tal diversidade de objetos apresentados por ele em meio às suas várias digressões causa, a princípio, certa dificuldade ao leitor no que diz respeito ao entendimento do tema principal da obra.

Em virtude disso, alguns autores defenderam que a disparidade de assuntos presente na narrativa ocorre por causa de sua composição no decorrer do tempo. Heródoto

teria sido um viajante que descrevia os lugares por ele percorridos, bem como o costume de seus habitantes, e só posteriormente teria se revelado como historiador. Para Darbo-Peschanski (1998, p.15), o grande problema desta tese encontra-se na escassez de referências confiáveis para o confronto das informações. Contudo, penso que este argumento se situa um pouco além da questão da documentação disponível, estando mais relacionado com os problemas postos pela historiografia do autor e sua obra, como se poderá ver logo mais.

Heródoto concebeu as *Histórias* como uma série de *lógoi*, isto é, como um conjunto de várias estórias em torno de um eixo principal, daí se falar em *lógos* persa (ou seja, as várias narrativas sobre a Pérsia), *lógos* egípcio e assim por diante. Por causa disto, alguns estudiosos defenderam que a constituição do texto utilizada atualmente deveria ser disposta por unidade de *lógos* e não em livros conforme o uso convencional. Neste uso convencional, são nove os livros que compõem a obra e cada um traz o nome de uma das nove musas³. Os quatro primeiros são dedicados primordialmente aos outros, aos não gregos (lídios, persas, babilônios, egípcios...), enquanto os cinco últimos voltam-se mais para a narrativa das Guerras Médicas propriamente⁴.

Essa divisão, conforme referido anteriormente, foi estabelecida por uma convenção, não pelo próprio Heródoto, bem como não foi ele quem estabeleceu o título de sua obra. Segundo Hartog (1999, p.32-33), o título parte do proêmio, a partir do qual os comentadores buscavam entender o significado de cada palavra, em particular *historíe* – a

³ Clio conota a glória; Tália, Melpômene e Terpsícope exprimem o vínculo com a música e com a dança, portanto, fazem alusão à festa; Polimínia e Calíope estão relacionadas com a diversidade da palavra cantada e com a voz potente que dá vida à obra; Euterpe conota alegria, Erato a sedução, Urano a eloquência da palavra cantada pelos poetas (DETIENNE, 1988, p.16).

⁴ Na Primeira Guerra Médica (490 a.C.), Dario expande seu poderio submetendo vários povos até chegar à Grécia continental, onde foi derrotado na chamada Batalha de Maratona. É nesta primeira incursão dos persas que ocorre a desastrosa guerra contra os citas. Já na Segunda Guerra Médica (480-479 a.C.), é Xerxes, filho e sucessor de Dario, quem ataca a Grécia, depois de sufocar as revoltas das cidades sob seu domínio – é nesta ocasião que ocorre a revolta dos jônios. Sua sorte não é mais feliz do que a de seu pai, pois mesmo com uma colossal e poderosa expedição foi derrotado. As principais batalhas desta guerra foram a Batalha das Termópilas, na qual o rei Leônidas garantiu a salvação da Grécia por terra com mais trezentos soldados espartanos e alguns poucos soldados aliados; e as Batalhas de Salamina e Platéia, lideradas por Atenas, na qual os gregos garantiram a salvação da Grécia por mar.

mais significativa para eles –, na crença de que tal procedimento permitisse a compreensão do empreendimento herodotiano. Ele ainda afirma que a divisão em nove livros remonta ao período helenístico e que constitui indício tanto de um certo estatuto da obra quanto da maneira como, naquele momento, ela era recebida pelo público, qual seja, como estando ao lado das musas, da poesia, do prazer, da ficção.

Não obstante o título de "Pai da História", Heródoto teve péssima reputação e foi um dos autores mais criticados entre os antigos. Tucídides foi o primeiro deles, impondo um absoluto dever de veracidade na apuração dos fatos sobre as ações e feitos dos homens:

Reagindo contra os desleixos de seus relatos na apuração da verdade: – pelos poetas que a deformavam porque imbuídos de desígnios comemorativos engrandecedores, pelos logógrafos (contadores de histórias) que a preteriam por concessões ao agrado de seus auditórios –, Tucídides preceituou que o mítico fosse excluído da história. A gravidade de sua história, então, não seria por certo tão atraente se (des)apreciada por tais gostos e predileções, mas antes projetaria seu valor pelo saber verdadeiro aprendido sobre as ações humanas, as quais se efetuam no futuro semelhantes ou análogas às do passado. Esse conhecimento, sentenciou Tucídides, "constitui uma aquisição para sempre, antes do que uma peça para um auditório do momento". Embora não seja expressamente referenciado, as alusões assim intrigadas foram claramente identificadas pelos antigos como respeitantes ao "Pai da História" (PIRES, 1999, p.109).

Outra crítica famosa entre os antigos, além da que foi feita por Tucídides, foi a de Plutarco, o qual lhe atribuiu a qualificação de "filo-bárbaro" e "mentiroso" (*Da malignidade de Heródoto*). Para Momigliano (1983), Plutarco pode não ter sido tão severo em suas críticas a Heródoto, pois a julgar pelo título de obras perdidas, o autor das *Histórias* teria sido classificado de maneira pior.

Momigliano ainda observa que "Malgrado tudo isso, Heródoto permanecia um clássico. A graça impecável de seu estilo desafiava a crítica."⁵ (1983, p.177). Isto porque entre os séculos I a.C. a II d.C., teria existido uma moda particular em torno da "arte de sua composição narrativa". Dionísio de Halicarnasso, Arriano e Luciano teriam sido alguns dos autores representantes dessa voga. Não obstante, ainda permanecia o descrédito em relação a

⁵ Todas as citações de livros e artigos em língua estrangeira serão apresentadas em português. As traduções, com algumas alterações, foram feitas pela autora. Todos os trechos citados das *Histórias* são da edição bilingüe grego-francês das *Belles Lettres*, com tradução e comentários de Philippe E. Legrand. É com base nessa mesma edição que fiz o levantamento dos dados analisados no capítulo III.

seu papel como historiador, pois, embora valorizando o estilo de sua escrita, seja implicitamente ou explicitamente, eles contestavam seu “crédito” em relação à verdade, e Tucídides continuou sendo “o modelo de historiador intrépido, incorruptível, independente, sincero e verídico” (MOMIGLIANO, 1983, p.178).

Nos idos do século XV, e mais especialmente no século XVI, por conta, em grande medida, das descobertas do Novo Mundo, Heródoto foi reabilitado. Aspecto notório disto é a necessidade de seus tradutores e editores sempre julgarem imprescindível uma defesa sua em relação a essas censuras. A Reforma Religiosa também foi um ponto positivo neste sentido, pois o interesse de Heródoto pelo oriente servia como um complemento útil à história bíblica (MOMIGLIANO, 1983, p.180-185). Contudo, no século XVIII, Voltaire argumentava que “ao narrar o que lhe disseram os bárbaros em cujos países viajou”, ele não teria dito “mais que tolices”, e que Heródoto servia apenas em alguma medida como historiador no momento em que descreve os preparativos da incursão de Xerxes sobre a Grécia (VOLTAIRE *apud* HARTOG, 1999, p.35 e HERING, 2004, p.211-212).

Essa discussão vai muito além dos períodos citados e dos autores mencionados. O que gostaria de ressaltar é o fato de serem vinte e cinco séculos de debates sobre sua competência historiográfica, nos quais os estudiosos se dividiram entre aqueles que defenderam a legitimidade de Heródoto como “historiador” e, devido à presença do fabuloso e do mítico na sua obra, existiram aqueles que duvidaram dessa legitimidade. Foi somente na segunda metade do século XX que a polêmica sobre o estatuto do autor ganhou novas interpretações, através, em especial, da influência da antropologia⁶.

⁶ No século XIX, momento do estabelecimento da história como disciplina, o grande objeto da história era a política. A história política, de cunho positivista, focava sua atenção nos eventos de Estado e nas personagens de destaque na realização desses eventos por meio de uma narrativa linear e factual, marcada pela busca sistemática da verdade no intuito de reconstituir esses fatos “tais como eles realmente aconteceram”, segundo a famosa assertiva de Ranke. Mas esta concepção de história foi revista no começo do século seguinte. Uma nova história foi a “palavra de ordem” do movimento dos *Annales*, iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929, na França, ao reivindicarem novos temas, abordagens e problemas na produção histórica.

Os *Annales* são a principal referência, mas a partir de meados do século XX é possível notar uma mudança de perspectiva no fazer histórico de forma geral, como o marxismo inglês para citar outro exemplo

Os estudos sobre Heródoto possuem, em geral, duas características marcantes: uma preocupação com a estrutura narrativa das *Histórias* e uma preocupação com o estatuto histórico do autor e sua obra. As digressões eram vistas como um problema para o entendimento do texto, e por causa de seu caráter fabuloso e mítico, e também por conta de seu cunho oral, eram consideradas de pouco crédito do ponto de vista documental. Resolveu-se a questão fazendo uma separação entre o “Heródoto viajante” e o “Heródoto historiador”. Assim, se encontrava uma explicação para a ausência de linearidade no relato, ao mesmo passo em que se justificava a seleção da parte da obra que deveria deter a atenção dos pesquisadores.

Mas no momento da virada epistemológica que ocorre no campo da história em meados do século XX, a resolução da questão passou a ser compreendida em outros termos. Os autores – ao menos boa parte dos que foram leitura na elaboração desta dissertação – entenderam o seguinte: como Heródoto se situa no momento da passagem do pensamento

também bastante conhecido. Esta alteração só ganhou força no pós-guerra, particularmente, por causa das mudanças que ocorriam na sociedade da época. Ela enfrentava as trágicas conseqüências das Guerras Mundiais e ainda sofria a tensão de uma possível guerra nuclear que dizimaria a humanidade; se dava conta de que a Revolução Industrial não traria a emancipação do homem como prometido e que, pelo contrário, ela poderia aumentar a exploração do homem pelo próprio homem. Ao mesmo passo, o modelo alternativo de sociedade (socialismo/comunismo) também apresentava falhas difíceis de não serem notadas.

A consciência do perigo dos imperialismos e da intolerância entre os diversos grupos sociais – uma das principais causas que levaram às Guerras Mundiais –, o fim das utopias, o processo de globalização e a consolidação da sociedade de consumo, fizeram a sociedade se (re)pensar, o que também incidiu na mudança de perspectiva do fazer histórico.

A percepção da parcialidade da imparcialidade, ou seja, da impossibilidade de um conhecimento histórico objetivo, bem como a consciência e valorização da subjetividade, fizeram com que os historiadores hodiernos se dessem conta de que os aspectos do comportamento do homem e dos diversos grupos humanos são socialmente determinados e historicamente situados, ou seja, as experiências dos grupos humanos em um dado lugar e época, não podem ser reconstituídas por grupos humanos de outro lugar e época que sentem de outra forma e têm outras experiências, o que torna impossível analisar os acontecimentos como se manipula dados em um laboratório. Sendo assim, a busca pela verdade objetiva antes predominante na história foi deixada de lado, e um dos pressupostos básicos da atual historiografia passou a ser a tentativa de se aproximar da especificidade da experiência social de cada lugar e período através de representações do que possivelmente elas foram. Isto tornou objeto digno de tratamento histórico toda e qualquer marca referente à expressão humana que pudesse ser passível de algum esclarecimento dessa experiência.

É nesse contexto que a tendência a valorizar aspectos marginalizados da escrita história passa a ser algo hegemônico, e é nesse momento também que a história passa a se aproximar cada vez mais da antropologia, o que, por conseguinte, também influiu nos estudos herodotianos. Como muitos dos aspectos criticados pela prática historiográfica anterior estão presentes nas *Histórias* e hoje não são mais depreciados (tais como as fontes orais e visuais, cheiros, excluídos, a subjetividade, aspectos culturais, mitologia, entre outros), é possível afirmar com Momigliano que “É uma verdade singular conceber que Heródoto tenha realmente se tornado o pai da história somente na época moderna.” (1983, p.185).

mitológico – ou seja, das estruturas organizadoras inconscientes ou que não sabem que são “lógicas” –, para uma tentativa deliberada de explicar o funcionamento do universo e dos grupos humanos (DETIENNE, 1988) – o que alguns autores chamam erroneamente de “pensamento racional”⁷ –, buscou-se entender o texto a partir de um diálogo mais próximo com os elementos arcaicos do pensamento dos gregos.

Dessa forma, os “modelos de interpretação que entendem a obra de Heródoto como um mosaico desconexo, tributário de Hecateu e à sombra de Tucídides” que terminavam “por esvaziar as *Histórias* de sua lógica própria” (HERING, 2004, p.217), deram espaço a um tipo de abordagem que encontrou esta lógica própria. Percebeu-se que só um olhar conjunto dos diversos *lógoi*, através do estabelecimento de relações entre as narrativas aparentemente desconexas, daria coesão e atribuiria um sentido adequado ao aparente repositório de informações conflitantes, disperso e diverso que até então era o texto herodotiano. Assim, a cisão do texto tornou-se unidade textual, a controvérsia sobre o estatuto do autor foi revista, Heródoto reabilitado, e a maioria dos pesquisadores passou a aderir a esta postura⁸.

Entretanto, a despeito desta ser a visão predominante atualmente no que se refere ao entendimento das *Histórias*, ela não está isenta às críticas. A principal delas consistiu em enfatizar o problema da autonomia do texto. Argumentou-se que esses autores, ao se deterem tão profundamente no entendimento da forma e estrutura da obra, acabaram por negligenciar o significado presente na narrativa. Seria, grosso modo, como se eles tivessem descolado o texto de sua realidade social, como se o texto fosse interessante só conceitualmente, por suas qualidades literárias. E isto não é só um problema da historiografia sobre Heródoto. Ele se insere em um debate maior na oficina da história, consistindo também

⁷ Erroneamente porque afirmar que essa nova forma de pensamento é racional significa dizer que a anterior não é racional, que ela não tem razão, lógica.

⁸ Cf. Immerwhar (1966), Flory (1987), Hartog (1980), Darbo-Peschanski (1987), Payen (1997), entre outros.

em uma das principais críticas que a história que vem sendo feita desde a década de 1970 sofreu.

O fundamento do argumento desses críticos parece partir do pressuposto de que se focar nos aspectos estruturais de um texto seria como aceitar que eles portam uma verdade imutável e que tal procedimento perde de vista que os significados atribuídos às coisas são (re)inventados de acordo com cada tempo e sociedade, por pessoas e povos reais.

A este respeito, a leitura de Payen (1997) deu um contributo significativo a esta pesquisa ao mostrar que o texto é uma construção narrativa e também uma realidade histórica. Conforme afirmou Hartog no prefácio ao livro do autor, no “registro do simbólico, as oposições mais simples entre verdadeiro e falso, real e ficção, narrativa e história mostram seus limites” (HARTOG *in* PAYEN, 1997, p.11). É como unidade textual e a partir deste princípio que acredito ser possível a compreensão do papel exercido pela tirania nas *Histórias*, como se poderá notar nos próximos capítulos.

1.2. Situando o problema da tirania na escrita da história das *Histórias* de Heródoto

Apresentado um pouco do autor e sua obra, vem a propósito, nesse momento, refletir um pouco sobre as maneiras pelas quais a tirania foi entendida nas *Histórias*.

A palavra *týrannos* se difundiu na Grécia, segundo as datas geralmente aceitas, na primeira metade do século VII a.C. O termo foi empregado pela primeira vez pelo poeta Arquíloco para se referir a Gíges, usurpador do trono lídio. O termo pode tanto estar relacionado a uma cidade lídia da qual Gíges seria originário, quanto aos tirrênios que, para Heródoto entre outros, seriam de origem lídia. E desde sempre este “empréstimo” da palavra estrangeira teve um uso polêmico. Em Alceu (VII-VI a.C.), já é mencionada a *hýbris* dos tiranos, e no século VI a.C., Sólon se lisonjeia de ter evitado a tirania na sua cidade. Platão e

Aristóteles ajudarão a afirmar o sentido pejorativo da palavra que irá perdurar até os dias atuais. Não obstante, em *Édipo Rei* (V a.C.), não aparece esta conotação, bem como o poeta Píndaro (V a.C.) também não a usa nesta acepção nas suas composições para a glória de Gelão, tirano da Sicília (LÉVY, 1993, p.08).

Assim, é possível notar que a tirania foi uma questão recorrente ao longo de toda a literatura grega, desde os poetas, passando pelos historiadores e encontrando sua forma mais acabada nos pensadores do século IV a.C., momento de crise do sistema políade. Nas *Histórias*, em particular, sua presença é algo tão marcante que instigou vários estudiosos no que diz respeito especificamente a este aspecto da narrativa.

Dentre as diversas leituras é possível estabelecer três tendências. Poder-se-á notar que elas são fortemente influenciadas por toda a problemática envolvida na historiografia sobre Heródoto, da qual tratei até aqui, e que muitas vezes elas estão relacionadas entre si.

A primeira delas é deveras significativa no que diz respeito a ressaltar a especificidade do papel ocupado pelas personagens dos reis e tiranos nas *Histórias* no que tange à reflexão da atividade de Heródoto como historiador.

Para Christ, os reis e tiranos das *Histórias* são como o historiador, pois freqüentemente desejam saber sobre os vários aspectos dos mundos divino e humano. Eles teriam em comum um ávido interesse pela pesquisa e pela investigação, de maneira que “A representação de reis como investigadores tem importante implicações para nossa compreensão de ambos, de seus [Heródoto] princípios historiográficos e da concepção de seu papel como historiador.” (CHRIST, 1994, p.197). Mas tal associação também está relacionada com a própria etimologia da palavra *hístōr*.

Em sua definição original, *hístōr* é carregada pela primazia do olho, pela idéia de testemunha ocular. Não obstante, a *historiē* não é apenas uma operação que extrai o saber

do ver, mas consiste num procedimento lingüístico que pode fazer ver, como uma espécie de estratégia do convencimento. Isto, por extensão, conduz a um outro sentido da palavra que remonta à figura de um “juiz” ou “árbitro”, os quais buscam reconstruir os argumentos das partes em litígio através de uma análise do plausível e do provável no intuito de apresentar uma espécie de “verdade objetiva”, ao criar no texto “uma situação de enunciação tal que faça os protagonistas atestarem o que se passou, conseguindo *fazer ver* o que acontecia no momento da disputa.” (HARTOG, 1999, p.22; HERING, 1999/200, p.126-127). Assim, o *hístor* tem uma autoridade por ser aquele que viu e, portanto, pode falar a verdade sobre dada situação, mas também porque é aquele ouviu e sabe discernir, como um “juiz”. Na administração da justiça para aqueles que estavam sob seu poder, este era o papel dos reis e tiranos, como se pode ver, por exemplo, em I.23-24 das *Histórias*, a propósito de Árion, o aedo salvo por um delfim em alto mar.

Árion estava no ocidente, onde fora adquirir fortuna, e voltava para Corinto. Os marinheiros da nau queriam se apossar de seus bens e o obrigaram a saltar do navio. Salvo por um golfinho, Árion se dirige ao tirano de Corinto, Periandro, e lhe conta toda a história. A nau era coríntia e, quando de sua chegada, os marinheiros foram interrogados pelo tirano sobre notícias de Árion. Eles, por sua vez, responderam que o aedo estava em Tarento, onde o haviam deixado e que ele estava bem. Nesse momento, Árion aparece diante de todos e os marinheiros não têm mais como negar a história. Assim, conforme apontou Gray (2001), Periandro trabalha com suas testemunhas assim como Heródoto trabalha com suas fontes para estabelecer a verdade do ocorrido com o aedo.

Para esses autores, então, muitos dos procedimentos de investigação adotados pelos reis e tiranos na narrativa seriam como um espelho do procedimento de investigação do próprio Heródoto.

O segundo grupo de autores destaca a questão da presença dos esquemas trágicos nas *Histórias*. Aqui, é possível notar que aspectos da narrativa se assemelham a aspectos da tragédia. Dentre eles, há uma semelhança entre o destino dos reis e tiranos e o destino dos heróis trágicos⁹, mas como dialogo de perto com esta tendência, opto por desenvolvê-la com mais vagar no capítulo III.

Já a preocupação que está no cerne da investigação do terceiro grupo de autores é a questão do posicionamento político de Heródoto, mais precisamente, o caráter pejorativo ou não da tirania nas *Histórias*.

Por um lado, há os estudiosos que defendem que o autor de Halicarnasso não tinha uma visão negativa da tirania. Dentre esses, há alguns que se voltam especialmente para a defesa da objetividade de Heródoto no trato com a questão, o que implica no fato de não haver um juízo valorativo sobre a tirania na obra, dado que ele aponta tanto seus aspectos positivos quanto negativos¹⁰. Por outro lado, em contraposição a este posicionamento, há a crença de que ele expressa sim uma visão negativa da tirania¹¹.

Gammie¹², por exemplo, argumentou que no debate persa é estabelecido um modelo com as principais características do típico déspota e que as descrições de todos os reis e tiranos seguem a norma desse modelo, de maneira que mesmo quando Heródoto trata das características positivas da tirania, os tiranos não deixam de apresentar as faltas convencionais que os caracterizam (soberba, inveja, conduta incongruente, violação das leis e costumes, violação das mulheres, devassidão assassina etc.). Assim, “Porque as descrições de Heródoto de reis e tiranos parecem estar tão consistentemente esboçadas sobre a base de uma norma

⁹ Cf. Gomes (1999), Pires (1999), Hartog (1999), Hering (2004).

¹⁰ Waters, (1971 e 1972), Oost (1976), Spath (1968, *apud* GAMMIE, 1986). Há ainda o livro de Flory (1987) que adota a posição de que a tirania é algo positivo na narrativa herodotiana, pois consistiria na formulação do modelo de um rei filósofo herodotiano.

¹¹ Gammie (1986), Pearson (1954, *apud* GAMMIE, 1986), Forsdyke (2001), Lévy (1993), entre outros.

¹² Cito especialmente John Gammie porque seu artigo *Herodotus on kings and tyrants: Objective historiography or conventional portraiture?* (1986), juntamente com *Herodotus on tyrants and despots. A study on objectivity* (1971), de Waters, parecem constituir as principais referências para o problema dos juízos de Heródoto sobre a tirania.

convencional, talvez seja mais sábio evitar o uso do termo ‘objetivo’ para descrevê-los.” (GAMMIE, 1986, p.195)¹³.

Em síntese, o primeiro grupo insiste na velha questão do estatuto de Heródoto como historiador, mas dentro, digamos, de uma outra “roupagem”. A segunda abordagem destacou a relação dos reis e tiranos com os aspectos trágicos do pensamento dos gregos, também seguindo a tendência da atual historiografia, de valorização de abordagens antropológicas e literárias. O terceiro grupo, enfim, voltou-se para o problema do juízo valorativo ou não do autor sobre a tirania.

De todas elas, a última vertente de estudos ainda é um tanto polêmica, pois muitos autores acabam por fazer referência à ela direta ou indiretamente¹⁴. Por um lado, tendo em vista os avanços teórico-metodológicos no campo da história, descrever aspectos positivos e negativos *apenas* não fornece uma resposta satisfatória para a complexidade do tema – ao menos a meu ver. Por outro lado, o partido da visão negativa também não, pois os autores não conseguiram sustentar plenamente sua posição, tendo a necessidade de relativizar seu argumento em muitos momentos da obra, o que torna claro que o aspecto negativo não é o aspecto predominante, e que, portanto, os outros momentos da obra que vêm de encontro a este argumento não constituem ponto tão pequeno a ser ignorado. Conforme afirmou Dewald,

Dado que parâmetros incertos do que foi depois de tudo um fenômeno histórico de interesse real, não é surpreendente que os historiadores se voltem com particular atenção para Heródoto. Heródoto nos deu a primeira prosa narrativa extensiva sobre as tiranias arcaicas, e ele é o primeiro autor grego existente a descrevê-las em seu contexto social e político. Mas, os historiógrafos continuam a debater se as *Histórias* de Heródoto apresentam um retrato das tiranias do período arcaico e começo do clássico sistematicamente hostil (com efeito, antecipando o esquema mais elaborado de Platão e Aristóteles) ou se os seus *lógoi*, estórias sobre os tiranos e tiranias fazem algo além que é mais complicado e ambíguo. [...] (DEWALD in MORGAN, 2003, p.25-26).

¹³ Já em 1980, Hartog fazia uma crítica semelhante a Waters, de que Heródoto não tinha uma visão objetiva mas convencional da tirania, no entanto, foi Gammie quem se dedicou com maior afinco ao problema.

¹⁴ Ver, por exemplo, Hartog (1999), Christ (1994) e Mcglew (1996).

Em meio a esses vários olhares, também me proponho a uma análise da tirania nas *Histórias*. Não obstante, meu propósito implica na busca de um entendimento sobre o papel exercido pela tirania na narrativa o qual acredito estar intimamente relacionado com a maneira pela qual Heródoto expressa seu pensamento político na obra, antes do que, simplesmente, com seu posicionamento político¹⁵. Mas, haja vista que a questão dos juízos do autor sobre os reis e tiranos perpassa em grande medida a historiografia sobre a tirania, acredito que este seja um ponto a ser considerado com mais vagar, no intuito de tentar perceber qual o peso a ser-lhe atribuído no empreendimento a que me proponho. Este o propósito do próximo capítulo.

¹⁵ O que não quer dizer que ele não tivesse um posicionamento político. Contudo, meu objetivo é atentar para o fato de que a questão possa ser um pouco mais complexa do que a defesa ou não de um regime político.

CAPÍTULO II

Ambigüidades da tirania no pensamento político ateniense

No capítulo anterior, foi esboçado um panorama da historiografia sobre Heródoto e da historiografia em torno da tirania em sua narrativa. Busco nesse momento situar um pouco o leitor no universo da tirania como fenômeno histórico e político, e na maneira pela qual isto teria afetado o pensamento do autor: afinal, há um retrato objetivo ou convencional (leia-se pejorativo) da tirania nas *Histórias*?

Eis que estamos aqui entre as duas leituras hegemônicas sobre a tirania na Grécia: uma que a entende como um período de transição imprescindível para o estabelecimento da democracia, e outra que a entende como a pior das formas de governo. A maneira pela qual estes dois aspectos se relacionam é o mote deste capítulo, pois, ao enveredar pelo problema de tal relação, consegui angariar elementos que me levaram à compreensão da discussão historiográfica sobre os juízos de Heródoto acerca da tirania e percebi questões-chaves que serviram como apontamentos importantes na análise da fonte, momento em que procuro dar conta de uma resposta – ou ao menos oferecer uma leitura – para a questão do papel ocupado por ela na obra do autor, este o motivo principal desta pesquisa.

Assim, nesta parte da dissertação, apresento os aspectos que compuseram a conjuntura do surgimento da tirania na Grécia arcaica e como foi a atuação dos tiranos. Em seguida, tentei mostrar como encontrei algumas respostas para essa questão inicial a partir da discussão sobre identidades, utilizando a estória dos tiranicidas atenienses como exemplo. Aqui, argumento que o caráter ambíguo e complexo em torno do tema dos juízos sobre a tirania deriva do embate tirania *versus* democracia, o qual constituía *um apanágio da*

identidade política e de questões políticas atenienses – se não de todo ao menos em grande medida. Encerro com algumas breves considerações sobre a tirania no ocidente grego, visando reforçar este ponto.

2.1. A tirania na Grécia arcaica (séculos VIII-VI a.C.)

No que concerne aos fatores de seu surgimento é recorrente a associação da aparição da tirania com o desenvolvimento comercial e marítimo. Isto levou alguns autores a pensar no surgimento de uma classe de mercadores da qual o tirano seria o principal representante. Para Mossé, os autores que defendem este argumento fundamentam-se em Tucídides como respaldo desta hipótese: “Como a Grécia começasse a ganhar poder, preocupando-se ainda mais do que antes em adquirir riqueza, assistiu-se em geral ao estabelecimento de tiranias nas cidades-estados (I, 13, 1).” (TUCÍDIDES *apud* MOSSÉ, 1989a, p.165). Tal visão, segundo a autora, aponta uma leitura equivocada de Tucídides, e ela adverte que ele está se referindo ao poderio naval, não a comércio marítimo.

É possível perceber duas limitações nesse debate: uma no primeiro e uma no segundo argumento. No primeiro argumento, talvez fosse mais adequado pensar em desenvolvimento da produção material e aumento das trocas, não necessariamente comércio, o qual somente será efetivamente praticado com maior desenvoltura a partir do século V a.C. em diante. Já na segunda perspectiva, é possível notar que Mossé nega categoricamente o argumento anterior sem observar suas nuances. Em meio ao equívoco dos que defendem a primeira tese e o equívoco da crítica da autora ao refutá-lo, o fato é que as tiranias surgiram em comunidades prósperas economicamente e isto fez com que houvesse um fortalecimento do poderio naval.

As mudanças que ocorreram no exército também exerceriam influência na conjuntura que levaria ao aparecimento das tiranias. Estas mudanças ficariam conhecidas como reforma hoplítica. Nela, ocorre uma transformação nos métodos de combate, na qual a adoção da falange aponta a passagem da guerra aristocrática – onde os guerreiros buscavam glória individual – para o combate coletivo, a guerra cívica por excelência – aqui, a glória da comunidade –: “[...] Tal como a cidade-estado, a falange é composta por ‘unidades intermutáveis’ e, à medida que a cidade-estado se constitui enquanto modelo político, as confrarias aristocráticas, a elite dos guerreiros, renunciam ao feito individual em prol do combate ‘em batalhões compactos’. [...]” (MOSSÉ, 1989a, p.144).

Tal transformação foi facultada por inovações técnicas que começaram a ocorrer no mundo grego como, por exemplo, a substituição do bronze pelo ferro a partir do século XI a.C., o que levou à adoção de lanças mais leves do que as anteriores, passando a ser, a partir de então, armas de arremesso. O escudo em forma circular que surge no final do século VIII a.C., com uma segunda empunhadura, além da central, vai conferir maior força e firmeza ao combatente¹⁶.

Nessa forma de luta, o guerreiro, com seu escudo, protege seu vizinho da esquerda e é protegido pelo vizinho da direita, o mesmo ocorrendo sucessivamente com os outros guerreiros. O que importa aqui é que todos os membros da falange se mantenham como um só corpo, como se todas as manobras fossem de um só homem. Para tanto, manter seu lugar na fileira e acompanhar o ritmo da falange na deslocação do exército era imprescindível.

Não obstante, faz-se necessário observar que as mudanças políticas não foram provocadas pela introdução antes do que pelo aperfeiçoamento e formalização da falange de guerra. Os objetos de luta não precedem a forma como os soldados se organizam na peleja,

¹⁶ Quase todos os argumentos presentes na exposição sobre a reforma hoplítica que estou a apresentar são provenientes do artigo de Raaflaub (*in* MITCHELL and RHODES, 1997, p.49-59). Caso contrário, faço referência ao autor no próprio corpo do texto.

antes, são as mudanças nos métodos de guerra que fazem com que os instrumentos de luta sejam adequados à nova maneira de combater. Esta longa e gradual mudança da organização militar, que incidirá na formalização do exército, terá grande impacto nas mudanças que simultaneamente ocorriam na *pólis*, afinal, as possíveis implicações de *status* e participação política decorrentes desta reforma influenciarão e coincidirão com o processo de formalização das próprias instituições políticas.

A emergência da *pólis* implica na conquista de um território, por conseguinte, sua defesa passa a ser indispensável. Isto torna favorável a inclusão de todos aqueles que poderiam servir à causa, conquanto a inclusão acabasse, conseqüentemente, ocorrendo em outros aspectos: “a falange, composta por elementos intermutáveis, veiculava necessariamente um ideal igualitário.” (MOSSÉ, 1989a, p.144-145).

A posse de terras era o principal elemento pelo qual as aristocracias das *pólis* teriam manipulado e controlado o acesso à falange, concedendo direitos aos combatentes em função dele, ou seja, a riqueza, a posse da terra e, por extensão, a partir de uma idéia de pertencimento como decorrência deste vínculo espacial com a terra, a defesa de um coletivo de proprietários: a territorialidade. Desta forma, a participação dos médios proprietários não implicava tão simplesmente nas privações e dificuldades desta participação, mas em participação nos espólios de guerra e, por fim, na participação das decisões.

Se, por um lado, isto demonstra as insuficiências e fissuras da/na ordem aristocrática, que serão supridas por um grupo emergente, por outro, isto também relativiza o impacto desta reforma contra os exageros daqueles que nela vêem uma situação revolucionária. Não se pode negar a importância do fator militar, que é evidente; trata-se apenas de questioná-lo como único ou como agente primário da mudança política. Em última instância, a reforma deu voz a um grupo, configurando um instrumento para mudança, mas não sua motivação principal.

Essas mudanças no exército e suas relações com as alterações nas estruturas sociais da época fizeram com que alguns estudiosos propusessem uma teoria que defendia uma relação direta entre a tirania e a falange. Segundo ela, os tiranos teriam ascendido ao poder com a guarda e possivelmente no intuito de promover os interesses da “classe” dos hoplitas, ou que teriam sido eles, os tiranos, que introduziram a falange como forma de combate. Heródoto diz algo a respeito¹⁷:

[...] Este [Pisístrato], como os atenienses da costa e os da planície estavam em dissensão, os primeiros tendo à frente Mégacles, filho de Alcmeôn, e o povo da planície Licurgo, filho de Aristolaídes, aspirava à tirania e formou uma terceira facção. Quando ele reuniu adeptos e se apresentou como o líder dos habitantes da montanha, planejou a seguinte trama: feriu a si mesmo e também machucou seus mulos; em seguida lançou seus carros sobre a praça, como se houvesse escapado de seus inimigos que haviam tentado matá-lo enquanto estava nos campos. *Assim, fez um pedido ao povo para obter uma guarda pessoal, ele que havia alcançado a glória como general na campanha contra os megáricos, capturando Nisaia e realizando ainda outros brilhantes feitos. O povo ateniense, ludibriado, permitiu-lhe escolher trezentos homens entre os cidadãos, não para serem lanceiros, mas seus bordoeiros, pois eles escoltavam-no com bordões de madeira. Esses homens, juntamente com Pisístrato, rebelaram-se e tomaram a acrópole.* [...] ¹⁸ (HERÓDOTO, I.59; grifo meu).

[...] Dizem que um dia Oroites estava à porta do Rei junto com outro persa chamado Mítrobates, governador da província de Dasciléia, e que, ao longo da conversa, eles acabaram por se desentender. E como eles conversavam sobre a questão da bravura, Mítrobates teria feito a Oroites a seguinte censura: “*E tu não mereces estar entre os homens de valor, tu que não adicionaste aos domínios do Rei a ilha de Samos, tão fácil de conquistar que um de seus habitantes, ao se rebelar, uniu-se com uma quinzena de hoplitas e é agora seu tirano!*” Alguns dizem que após ouvir tais palavras e sentir essa culpa, Oroites desejou menos se vingar daquele que assim lhe havia falado do que aniquilar completamente Polícrates, que havia sido o motivo do ultraje. [...] (HERÓDOTO, III.120; grifo meu).

Mas um pensamento como este parece partir do pressuposto de que os fazendeiros que serviam na falange tinham uma “consciência de classe” unificada, em termos econômicos ou políticos, de maneira que, se assim fosse, os tiranos teriam encontrado apoio no grupo mais representativo da sociedade, conforme observou Raaflaub (*in* MITCHELL and RHODES, 1997, p.53). Este ponto é altamente questionável, na medida em que o fator

¹⁷ Neste capítulo, a maior parte das citações de documentos antigos é proveniente de Heródoto, pois ele é a principal fonte de informações sobre as tiranias arcaicas.

¹⁸ Essa passagem mostra a primeira vez que Pisístrato tomou o poder em Atenas. Ele perde o poder por duas vezes e o retoma de forma definitiva na terceira vez. A presença dos Pisistrátidas em Atenas vai, aproximadamente, de 561 a 510 a.C. Antes de Pisístrato houve uma tentativa fracassada de estabelecimento da tirania em Atenas por Cílon. Sobre este evento ver Heródoto V.71 e Tucídides I.126.

principal do surgimento da tirania encontra-se justamente nas querelas por poder no interior do grupo dirigente¹⁹.

É válido observar que essas leituras que buscam estabelecer uma relação do surgimento da tirania com alguma “classe” (de mercadores, de hoplitas...), com a qual os autores citados dialogam, vão, especialmente, da segunda metade do século XIX até meados do século XX, e exprimem as questões postas para a sociedade da época em torno da consolidação e difusão do sistema capitalista no mundo. Acreditava-se que a Grécia antiga – leia-se Atenas, pois quando se fala Grécia, em grande medida, está se pensando nesta *pólis* – passou por um processo semelhante ao processo de formação da sociedade liberal burguesa moderna, o que implica na noção de um desenvolvimento comercial similar ao contemporâneo, no surgimento de classes médias, de idéias liberais e assim por diante.

Sendo a terra a base da riqueza no mundo antigo – pois era dela que provinha tudo o que precisavam –, é ela que está no cerne de todas essas mudanças. Houve uma crise agrária que ocorreu, particularmente, em virtude do aumento demográfico, o que levou à divisão das pequenas propriedades. As divisões, juntamente com as precárias condições de trabalho e de manutenção dos bens, levariam os pequenos proprietários à adesão de dívidas que redundariam em uma condição de servidão aos grandes proprietários no caso de insolvência, passando este procedimento a ser muito recorrente, como o ilustra a situação dos *hectémoroi* em Atenas. Estes tinham que doar, por obrigatoriedade, a sexta parte de tudo o que produziam²⁰.

Tal submissão era assinalada pela presença de marcos na terra chamados de *hóroi*. Fora do círculo de heranças e dádivas, outros meios de transferência e alienação da

¹⁹ As grandes mudanças que estavam ocorrendo nas estruturas sociais nesse momento teriam propiciado um acirramento dos conflitos e aumento das disputas por poder político no interior da camada dirigente, que perdia suas prerrogativas. Foi a partir dessas disputas, em especial, que teriam surgido as tiranias na Grécia. Desenvolvo melhor este ponto mais adiante.

²⁰ Alguns autores levantam a possibilidade de a sexta parte ser, na verdade, a quantidade da produção que ficava com os trabalhadores, não a que era entregue.

terra só vão ocorrer a partir do século V a.C. em diante, com a difusão e uma prática mais intensa das atividades comerciais. A terra em que havia um *hóros* designava uma marca “estigmatizada”, de sujeição, na qual o dono da terra se encontrava comprometido por obrigação para com outrem, por uma dívida ou qualquer outro tipo de compromisso, haja vista que a posse da terra não poderia servir como garantia de pagamento.

O problema da escassez de mão de obra somado às condições do território grego: muito entrecortado por montanhas, dificultando a prática da agricultura e mesmo a comunicação por terra; bem como o fato de não existir vias navegáveis no interior – o que justifica em grande medida a disposição marítima dos gregos –, torna possível concluir que o estabelecimento de uma relação de sujeição como contrapartida em um acordo não cumprido talvez fosse a troca mais viável para as necessidades do momento. Mas Edward M. Harris (*in* MITCHELL and RHODES, 1997, p.103-112) apresenta outra explicação para a situação dos *hectémoroi*.

Segundo ele, seria implausível que todas as pessoas comessem a dever simultaneamente, além de todos deverem também a mesma quantia: a sexta parte. O autor prefere pensar que o pagamento de um sexto estaria relacionado a um sistema trocas, no qual esta importância corresponderia a uma espécie de taxa ou tributo por serviços prestados, no caso, a proteção e manutenção da ordem por parte dos reis, na lógica do dom e contra-dom²¹. Este procedimento é muito atestado nos poemas homéricos, bem como em outras áreas que não desenvolveram instituições características da *pólis* clássica.

Tal argumento, a meu ver, oferece uma resposta mais satisfatória à conjuntura de transformações daquele momento do que o consenso atual, colocado anteriormente, em

²¹ A lógica do dom e contra-dom (ou a troca de dádivas) consistia em uma relação de reciprocidade. Qualquer presente, hospedagem, favor etc. tornava a pessoa que recebia a dádiva *obrigatoriamente* ligada à pessoa que a prestou e *necessariamente* deveria haver uma retribuição. Tal retribuição não tinha que ser de imediato, podendo ocorrer em períodos posteriores ou através dos membros da família de gerações seguintes em favor da família da pessoa que prestou a dádiva, não havia um prazo determinado. A retribuição não tinha que ser exatamente igual ao dom recebido, mas tinha que ter valor proporcional. Mesmo após a retribuição, as famílias continuavam ligadas uma à outra por laços de hospitalidade. Este procedimento gozava da proteção dos deuses e sua violação era algo grave.

torno da crise agrária. Não que ela não tenha existido, não que ela não tivesse seu peso nesse contexto, pois há dados empíricos de um aumento demográfico nesse período, bem como uma série de dados sobre uma onda imigratória fornecidos pela arqueologia, mas essas questões devem ser relativizadas. Em Atenas e Argos, por exemplo, parece ter havido uma explosão demográfica que coincidiu com a fase inicial da colonização, mas ambas não participaram do processo de fundação de colônias nesse momento, segundo Hirata (1996/1997, p.64, nota 03).

Posto isso, penso que a hipótese de Harris é mais adequada porque ela toca em dois pontos os quais acredito serem os dois fatores de maior peso no surgimento das tiranias arcaicas: o descontentamento da ordem aristocrática em virtude da perda de seu domínio econômico, político e religioso²², o que levou a disputas internas por poder, e, como uma outra face desta mesma questão, ao problema da justiça e da corrupção.

Este problema consistiu em conflitos entre camponeses e a camada dirigente corrompida, cunhados por Hesíodo como “reis comedores de presentes” em *Os trabalhos e os dias*, exemplo mais conhecido desta situação. Neste poema, o poeta menciona o litígio com seu irmão Perses pela posse da terra herdada por ambos, sendo que Perses se saía melhor na disputa justamente por “presentear” aqueles que ministravam a justiça, os tais reis:

[...] E também vós, ó reis, considerai vós mesmos esta Justiça, pois muito próximos estão os imortais e entre os homens observam quanto lesam uns aos outros com tortas sentenças, negligenciando o olhar divino. [...]

E há uma virgem, Justiça, por Zeus engendrada, gloriosa e augusta entre os deuses que o Olimpo têm e quando alguém a ofende, sinuosamente a injuriando, de imediato ela junto ao Pai Zeus Cronida se assenta e denuncia a mente dos homens injustos até que expie o povo o desatino dos reis que maquinam maldades e diversamente desviam-se, formulando tortas sentenças.

Isto observando, alinhai as palavras, ó reis comedores-de-presentes, esquecei de vez tortas sentenças! [...]

Tu, ó Perses, lança isto em teu peito:

A Justiça escuta e o excesso esquece de vez!

Pois esta lei aos homens o Cronida dispôs:

²² Hirata destaca o descontentamento da camada aristocrática com a nova ordem social que se instaurava na Grécia continental e insular como uma motivação básica para a onda imigratória do período: “[...] a situação emergente vislumbrada pela sociedade aristocrática certamente significou um forte estímulo à saída da Grécia, em uma possível tentativa de recomposição da antiga ordem em um novo território. [...]” (HIRATA, 1996-1997, p.65).

que peixes, animais e pássaros que voam
 devorem-se entre si, pois entre eles Justiça não há;
 aos homens deu Justiça que é de longe o bem maior;
 pois se alguém quiser as coisas justas proclamar
 sabiamente, prosperidade lhe dá o longevidente Zeus;
 mas quem deliberadamente jurar com perjúrios e,
 mentindo, ofender a Justiça, comete irreparável crime;
 deste, a estirpe no futuro se torna obscura,
 mas do homem fiel ao juramento a estirpe será melhor.
 (HESÍODO, vv.248-285).

Os clamores por justiça presentes em Hesíodo decorreriam do fato de se estar vivendo o momento de deterioração do sistema, onde quem dava mais presente tinha mais justiça, ou seja, o que predominava era a corrupção. Assim, rompeu-se com o espírito de reciprocidade implicada nessa relação de troca por serviços mutuamente prestados. Os serviços pactuados não estavam sendo cumpridos por uma das partes, ou seja, não havia mais proteção nem manutenção da ordem interna.

Em virtude disto, Harris (*in* MITCHELL and RHODES, 1997, p.110-111) argumenta que a taxa imposta por Pisístrato aos habitantes da Ática, referida por Aristóteles e Tucídides, talvez fosse um tributo comparável à sexta parte paga pelos *hectémoroi*, isto é, talvez fosse uma espécie de pagamento por serviços prestados. Neste sentido, a tirania de Pisístrato se fundamentaria em uma espécie de troca com a população oprimida face à dominação e abusos dos senhores locais em disputa.

Samos e Corinto, depois de Atenas, são as duas tiranias sobre as quais existe um pouco mais de informações. Ressalvando a intensidade das mudanças, as maneiras pelas quais ocorreram e a particularidade de cada lugar, elas parecem ter passado por uma situação semelhante a que ocorreu em Atenas. Ambas tinham frota naval importante, a formação hoplítica parece ter sido comum a todas as comunidades gregas do período, ambas eram cidades prósperas, e em Corinto, será o tirano Cípselos²³, filho de Eetion e Labda, quem colocará fim aos desmandos da família dos Baquíadas:

²³ “Cípselos reinaria de 657 a 627 a.C., e seu filho Períandros de 627 a 586; seu neto Psaméticos teria sido assassinado em 584/583, segundo as cronologias antigas.” (KURY *in* HERÓDOTOS, nota 547, p.512).

[...] A constituição política da cidade de Corinto era tal como vou dizer: uma oligarquia, cujos membros, denominados Baquíadas, governavam a cidade, casando suas filhas e casando-se entre si. Anfíon, que era desse clã, teve uma filha coxa, que se chamava Labda. Nenhum Baquíada queria tomá-la por esposa; seu marido foi Eetion, filho de Equecrates, do burgo de Petra, mas de origem lapita e descendente de Caineus. Como não tinha filhos, nem dessa nem de outra mulher, Eetion foi a Delfos para saber se poderia tê-los. Mal ele havia entrado, a Pítia o recebeu com esses versos: “Eetion, ninguém te honra, embora muito mereças ser honrado. Labda está grávida. Ela gerará uma pedra rolante que se abaterá sobre os homens reinantes e castigará Corinto.” Este oráculo, destinado a Eetion, foi de alguma maneira relatado aos Baquíadas. Eles não haviam encontrado sentido no oráculo que tinham recebido anteriormente sobre Corinto, que aludia ao mesmo assunto que o de Eetion e era composto pelos seguintes termos: “Uma águia está grávida em meio aos rochedos. Ela terá por filho um leão forte e feroz que partirá os joelhos de muitos. Pensem bem, coríntios que habitam em torno da bela Pirene e da grandiosa Corinto.” [...] (HERÓDOTO, V.92).

Em Samos, parece que o governo de Polícrates²⁴ segue a administração de um grupo chamado *geomorói* (“proprietários”), e na narrativa de Heródoto é possível notar que o tirano também entra em conflito com representantes da aristocracia:

É então contra esse Polícrates, feliz em tudo, que os lacedemônios faziam uma expedição ao pedido dos sâmios que, em seguida, colonizaram Cidônia, em Creta. Polícrates, sem que os sâmios soubessem, havia enviado um arauto a Cambises, filho de Ciro, enquanto este reunia tropas contra o Egito. Ele havia lhe solicitado que enviasse um arauto para vê-lo em Samos a fim de pedir tropas. Cambises, ao saber dessa proposta, mandou de bom grado um homem a Samos para solicitar que Polícrates cedesse uma armada naval contra o Egito. Polícrates selecionou, entre os cidadãos, aqueles que suspeitava terem mais desejo de se revoltar, e fez com que partissem em quarenta trirremes, recomendando a Cambises que não os enviasse de volta (HERÓDOTO, III.44).

O legislador será designado para tentar resolver os conflitos existentes no período. A comunidade elege uma pessoa supostamente isenta de interesses que seria incumbida de estabelecer normas justas que garantissem o bom funcionamento da sociedade. Todavia, as medidas empreendidas pelos legisladores servirão apenas para suspender temporariamente os problemas²⁵, pois quem conseguirá efetivamente estabelecer uma normatividade ao caos social será o tirano.

²⁴ A data do início do governo de Polícrates em Samos é muito controversa. Há uma discussão na qual supõe-se a existência de dois Polícrates. Sobre o assunto ver Barron (1964). Opto por não adentrar no mérito desta questão e tomo como baliza temporal 535-532 a.C. para a tomada do poder em Samos pelo tirano, e a data de 522 a.C. para o fim de seu governo.

²⁵ A importância dos legisladores é questionada por McGlew (1996, p.120-121): “Foi só muito depois que os atenienses começaram a valorizar as leis de Sólon. [...] Ambas, a história de Sólon e as lendas de outros

Em meio a toda essa efervescente conjuntura, o tirano aparece como uma alternativa viável para a resolução dos problemas, pois em seu afã pelo poder, toma como seu projeto os anseios da cidade. Sendo alvo de grandes expectativas em um momento de grandes dificuldades e incertezas, atender a essas expectativas por meio da promoção de justiça social, foi a estratégia mais acertada no sentido de justificar sua permanência no poder, servindo, portanto, como eficaz mecanismo de legitimação.

Se antes vigia uma situação na qual prevalecia o favorecimento de um grupo detentor de riquezas, legitimado por uma prática religiosa na qual havia uma valorização dos cultos aos antepassados, cabendo a ele, pois, todos os privilégios relacionados à administração do poder, incluindo o exercício da justiça; o caráter da política dos tiranos será o oposto destes três aspectos que possibilitavam e perpetuavam os excessos da elite dirigente até então:

A sociedade aristocrática que precedeu a instituição da *pólis* era fundamentada economicamente na posse da terra, mantinha o controle absoluto das magistraturas e o conseqüente monopólio do exercício da justiça. A hegemonia política da aristocracia fundiária contava com o respaldo fundamental da religião. Esta era a base ideológica de todo o sistema. As grandes famílias detentoras do poder reportavam-se a antepassados heróicos, cuja memória era realimentada pelos cultos de cunho privado, mas que assumiam uma dimensão pública na medida em que tal ascendência ilustre justificava a posse de sacerdócio de importantes divindades políades. [...] (HIRATA, 1996-1997, p.65).

Assim: 1) haverá medidas visando o benefício da coletividade, em especial, favorecimento da camada popular; 2) alteração nas práticas religiosas – o poder do tirano não se legitimava por seu vínculo com princípios religiosos que garantiam a posse do poder por meio de hereditariedade²⁶ –; 3) efetivação de princípios normativos para o funcionamento da sociedade em contraposição às arbitrariedades dos particularismos aristocráticos.

Entre seus feitos estão a construção de fontes e aquedutos – o que facilitou bastante o suprimento de água fresca na cidade; na Ática foi construído o Altar dos Doze Deuses que passaria a servir como referência para se mensurar as distâncias a partir de um

legisladores, construíram a soberania das leis de suas cidades ao dramatizar seu fazer voluntário de alienação do poder autocrático [...]”.

²⁶ Os princípios e a garantia do poder dos tiranos emanavam, exclusivamente, de seu prestígio pessoal.

ponto de Atenas; passa a haver um número maior de moedas com motivos cívicos e é no governo de Pisístrato, por exemplo, que a coruja, símbolo associado à Atenas, patrona da cidade, surge e se estabelece como efígie permanente das moedas. Ocorre desenvolvimento da cerâmica e maior produção de estatuetas; desenvolvimento da literatura – é nesse período, por exemplo, que são transcritos os poemas homéricos –; do teatro (originados das procissões dos festivais de Dioniso), enfim, o tirano investe em todos os aspectos da cidade e é este incentivo, no caso de Atenas, que vai possibilitar que ela se torne o centro intelectual e artístico por excelência a partir do século V a.C.²⁷.

Os outros tiranos não eram menos zelosos das artes e dos empreendimentos arquitetônicos do que os tiranos atenienses. As cerâmicas de estilo proto-coríntio e coríntio²⁸, muito produzidas e exportadas, se desenvolveram sob os governos de Cípselos e Periandro. Este teve como convidado em sua corte Árion, poeta de Lesbos, o qual desenvolveu o ditirambo²⁹.

Os grandes trabalhos arquitetônicos em Samos são motivos de admiração para Heródoto:

Eu falei mais sobre o caso dos sâmios porque foi nessa região que foram executadas as três maiores obras existentes na Grécia: em uma colina cuja altura atinge cento e cinquenta orgiás de altura, um túnel que começa em seu pé e tem uma abertura em cada lado; o comprimento é de sete estádios, a altura e a largura, cada uma, é de oito pés. De um extremo a outro do túnel, foi escavado um outro canal de vinte côvados de profundidade e três pés de largura, ao longo do qual a água, transportada através de canos, é conduzida até a cidade, vinda de uma grande fonte. O arquiteto deste túnel foi o megárico Eupalinos, filho de Náustrofos. Esta é uma das três obras. A

²⁷ Para Smith (1989), o programa social desenvolvido por Péricles que levou Atenas à sua “A Idade de Ouro” teve início um século antes. O êxito da política pericleana no século V a.C. só teria sido possível graças à chegada de Pisístrato em Atenas, pois ele conseguiu os dois pré-requisitos que possibilitariam as construções públicas numa escala monumental, quais sejam, uma acumulação de riqueza e uma forte autoridade central, sendo que foi a combinação destes fatores que teria possibilitado o primeiro grande período de construções na história ateniense.

²⁸ “A cerâmica protocoríntia [aproximadamente 725-650 a.C.] tinha como motivos ornamentais básicos os frisos com animais e cenas bélicas, em escala reduzida, apta a decorar pequenos vasos como aríbalos e píxides. As figuras eram em geral pintadas em preto sobre fundo branco, com detalhes incisos sobre os quais se adicionava o vermelho. O estilo coríntio [aproximadamente 650-550 a.C.] apresentava figuras maiores, de desenho um pouco mais tosco. Embora ainda bidimensionais, as figuras transmitiam um sentido de realidade física pelas formas exuberantes, cheias de detalhes ornamentais e vazadas em meio a uma policromia simbólica.” In: <http://www.nomismatike.hpg.ig.com.br/Grecia/ArteGregas.html>. Acesso em: 18/06/2007.

²⁹ O ditirambo era uma espécie de composição poético-musical para acompanhar espetáculos de dança associados ao culto de Dioniso.

segunda é, ao redor do porto, um molhe estabelecido dentro do mar por uma profundidade que chega a vinte orgiás; a largura desse molhe ultrapassa vinte estádios. A terceira obra dos sâmios é um templo, o maior de todos os templos que nós conhecemos, cujo primeiro arquiteto foi Roicos, filho de Files. É devido a essas três obras que eu falei mais longamente dos sâmios. (HERÓDOTO, III.60).

Alguns estudiosos acreditam que foi Cípselos quem fortificou Corinto e que Periandro escavou um porto artificial em *Lechaeum* e construiu o *diolcos*³⁰ para transporte de vasos através do istmo. O porto e o *diolcos* conectavam a cidade com o exterior. Acrescentem-se aqui alguns templos de grande importância que têm cronologia incerta, mas que parecem datar da época do governo tirânico em Corinto.

É através da acumulação de riqueza, da boa utilização dos recursos econômicos já existentes e da presença de uma forte autoridade central que é possível investir em construções muito relevantes para a vida da comunidade.

Foi referido anteriormente que no período anterior aos tiranos a camada dominante gozava de uma situação na qual, além de ter sua condição legitimada pela posse de riquezas, também tinha como garantia de legitimidade uma prática religiosa na qual havia uma valorização dos cultos aos antepassados. A este respeito, Trabulsi (1984, p.78) comenta que a religião grega tinha três componentes básicos, quais sejam: uma religião políade (deuses da cidade), a religião heróica (de culto aos antepassados) e a religião dos grandes santuários pan-helênicos. O fato é que no decorrer do processo de deterioração da organização aristocrática, o segundo elemento perde espaço e o primeiro componente se torna cada vez mais importante. Isto seria um reflexo da quebra do monopólio aristocrático que o tirano tenta estabelecer em todos os segmentos da sociedade.

A religião cívica, promovida pelo grande incentivo dado pelos tiranos na organização de festivais principalmente, será um fator importantíssimo no culto e manutenção do sentimento cívico entre os cidadãos, na medida em que ao cultuar seus antepassados, sua

³⁰ O *diolcos* era uma via terrestre na qual as embarcações podiam passar do Golfo Sarônico ao Golfo de Corinto (SALMON *apud* LIMA, 2000, p.24).

posição genealógica, as famílias aristocráticas justificavam seu poder e privilégios, ou seja, se legitimavam enquanto grupo dominante³¹.

Essa tentativa de uma política niveladora e unificante por parte do Estado através da valorização do sentimento cívico, também deixará indícios nas atividades monetárias. Em Atenas, a imagem da patrona da cidade, deusa Atena, passará a compor as estampas das moedas, sendo que esta intervenção também tinha como objetivo funcionar como propaganda da comunidade no exterior.

Ademais, a difusão do dionisismo na mesma época parece estar fortemente relacionada com a política de caráter anti-aristocrático dos tiranos. Dioniso era um deus do espaço aberto, remetendo ao campo, manifestando uma espécie de oposição aos cidadãos (os aristocratas eram principalmente pessoas da cidade) – lembrando que essas cidades não devem ser entendidas no sentido hodierno. Ele representava certo perigo para a comunidade, pois provocava sentimentos de alegria e exaltação incomum nas pessoas. O culto contava com uma participação muito intensa de mulheres, escravos e velhos, por promover apagamento geral das diferenças e, portanto, das hierarquias sociais também (TRABULSI, 1984). Assim, funcionava como um solvente eficiente da religião tradicional.

A produção das imagens de *kômos* na pintura de vasos em fins do século VII e início do VI a.C. é mais um elemento a reafirmar essa relação. Segundo Lima (2000), nas cerimônias religiosas gregas havia dois tipos de procissões: a *pompé* e o *kômos*. A primeira é definida pela participação de fiéis ordeiros e respeitosos, enquanto a segunda era uma procissão na qual os agricultores percorriam a *chóra* ou atravessavam a *ásty*³² embriagados, dançando e cantando. O dionisismo se enquadrava no *kômos*, e a produção de vasos com este motivo coincidiu com a tirania dos Cipséidas em Corinto.

³¹ Parece que durante o quarto e terceiro séculos Atenas tinha aproximadamente 120 dias do ano dedicados a festivais, sem contar com os festivais de outras *póleis*.

³² “Campo” e “cidade”, respectivamente.

O dionisismo, fortemente marcado por sua ligação com o campo e pela questão da quebra das hierarquias, acabava por constituir mais uma evidência da coesão do “projeto político” empreendido pelo tirano. Os hoplitas eram médios proprietários que começaram a ganhar espaço na arena política a partir do século VIII a.C. Pisístrato, apesar de não ter tomado o poder com a ajuda deles – tal como alguns estudiosos defenderam –, foi um general vitorioso em Mégara (provavelmente na função de *polemarco*³³) e gozava de prestígio entre os guerreiros. Além disto, não obstante ser a camada desfavorecida da sociedade o foco de sua atuação e a base principal de seu governo, o tirano também atingiu esses proprietários nas medidas que efetivou em benefício da área rural, o que fez com que houvesse uma elevação de seu prestígio junto a este grupo também.

Destarte, ao adotar medidas que favoreciam a cidade como um todo, ao favorecer os cultos políades e ao tentar buscar uma imagem de moderação e respeito às leis, o tirano “corresponde ao equilíbrio da *polis*, que ele instaura e representa” (TRABULSI, 1984, p.104):

[...] Pisístrato, como foi dito, administrava os negócios da cidade com moderação, e antes como cidadão do que como tirano. Em geral, com efeito, era humano, brando e clemente para com os infratores e, em particular, adiantava empréstimos em dinheiro aos que estavam em dificuldades, viabilizando seus trabalhos de modo a se sustentarem com o cultivo das terras. Assim agia com duplo benefício: para que não permanecessem na cidade, mas sim dispersos pelos campos, de tal modo que, providos de recursos moderados e voltados para seus afazeres particulares, nem ambicionassem nem tivessem folga para se ocupar dos públicos. Ao mesmo tempo, aumentava seus rendimentos em decorrência do cultivo dos campos, pois ele cobrava o dízimo sobre a produção.³⁴ Por isso mesmo, instituiu os juízes para os demos, e ele próprio saía freqüentemente para os campos inspecionando e resolvendo os litígios, para que assim não negligenciassem os trabalhos com suas descidas à cidade. Com efeito, contam que foi por ocasião de uma dessas saídas de Pisístrato que lhe aconteceu o caso do homem que no Himeto cultivava o lugar mais conhecido como isento. Pisístrato, admirado ao avistar alguém escavar e preparar um terreno totalmente pedregoso, ordenou a seu escravo que lhe perguntasse o que ele extraía daquele chão. O homem respondeu: “infortúnios e sofrimentos em quantidade, e desses infortúnios e sofrimentos Pisístrato devia receber o dízimo”. O homem, portanto, retrucou não o reconhecendo, porém Pisístrato, encantado com sua franqueza e dedicação, isentou-o de tudo. Em geral, durante seu governo não

³³ Dentre os nove arcontes, um dos três principais, sendo eles: o *basileu*, responsável, dentre outras coisas, pelas questões de ordem religiosa; o *epônimo*, considerado o mais importante por nomear o ano em seu mandato; por fim, o *polemarco*, responsável, em especial, pelas questões militares. Esta última função, posteriormente, será assumida pelo *estratego*.

³⁴ Tucídides diz que era apenas o vigésimo da produção. São essas as taxas referidas por Harris (in MITCHELL and RHODES, 1997, p.110-111).

atormentou a multidão em nada, antes sempre manteve a paz e velou pela tranquilidade; por isso mesmo, difundira-se a fama de que a tirania de Pisístrato era como a vida no tempo de Cronos – com efeito, o poder se tornou bem mais severo só mais tarde quando seus filhos o sucederam. O mais importante de tudo o que foi dito era seu caráter popular e humanitário. Em geral, com efeito, dispunha-se a administrar tudo em conformidade com as leis, sem se conceder nenhuma vantagem. Certa vez, intimado em um processo de homicídio perante o Areópago, apresentou-se pessoalmente para sua defesa, mas o denunciante, amedrontado, não compareceu. Por isso mesmo, conservou-se no poder por muito tempo, e uma vez derrubado novamente o retomava com facilidade.³⁵ Com efeito, a maioria dos notáveis e dos populares o apoiava, pois ele conciliava uns por meio do convívio, e outros pela assistência prestada a seus interesses privados, estando ainda naturalmente bem disposto para com ambos. [...] (ARISTÓTELES, XVI, 1995)³⁶.

2.2. Ambigüidades da tirania no pensamento político ateniense

Até a II Guerra Mundial as discussões sobre identidades estavam ancoradas, de uma forma geral, em teorias derivadas do romantismo – em virtude da idealização do passado da nação –, racismo – por meio da valorização de determinadas características corporais comuns de um povo –, evolucionismo e positivismo – justificando o estado de “desenvolvimento” ou “superioridade” de determinado povo em relação a outros povos. Entretanto, as ressurgências dos conflitos étnicos por volta da década de 1960 – Balcãs, entre outros –, bem como as decorrências do processo de globalização – tais como o mercado de consumo, os meios de comunicação em massa etc. – (HALL, 1998; MALKIN, 2001), levaram a discussão sobre *identidades* a ocupar lugar privilegiado no âmbito das ciências humanas e sociais, mas em uma perspectiva diferente de sua base original.

A tendência contemporânea é a negação de qualquer tipo de ontologização/essencialismo no que diz respeito à questão da identidade dos grupos sociais; além do que, língua e cultura provaram não serem elementos suficientes nos processos de formação das identidades – o que não significa serem fatores negligenciáveis, desempenhando

³⁵ Para a retomada definitiva do poder por Pisístrato ver Heródoto I.61-64.

³⁶ O panorama das tiranias arcaicas apresentado toma como base a historiografia. Esta se pauta pela experiência ateniense, corroborada por alguns elementos da experiência tirânica das *póleis* de Corinto e Samos. Talvez isso não tenha sido a regra, talvez as coisas possam ter sido diferentes mesmo em Corinto e Samos, pois as informações ainda são escassas tendo em vista a experiência de Atenas. Mas enveredar em uma apuração desses dados sairia demasiado do foco da pesquisa, pois tratar desses acontecimentos é apenas uma etapa que auxilia na realização do objetivo principal da dissertação.

importante papel no processo contínuo de "auto-imaginação" das comunidades, segundo Schneider (2004, p.99).

Atualmente, as palavras-chave desta discussão são "construção" e "invenção". Na medida em que a identidade passou a ser vista como algo construído através do discurso falado e escrito, podemos, portanto, ressaltar com Barth que "a análise das identidades e seus princípios básicos de estruturação deve voltar-se antes para as *condições* e *processos* políticos e históricos da formação em si, do que para seu 'conteúdo cultural', qualquer que seja." (BARTH *apud* SCHNEIDER, 2004, p.98; grifo do autor).

Reforçando este ponto, Theml (2001) argumenta que, na medida em que pertencer ou não a um grupo ou a uma sociedade é uma construção cultural e social cujo significado e forma variam no tempo e no espaço, torna-se imprescindível observar e analisar as diversas interpenetrações, a intensa circulação e as apropriações culturais, para a compreensão das estratégias implementadas na construção de identidades e alteridades³⁷.

Mas como o episódio dos tiranicidas se enquadra nesta discussão e como ele pode lançar luzes ao problema que nos concerne?

A libertação de Atenas dos tiranos era uma das histórias mais importantes da tradição democrática da *pólis* ateniense. Os tiranicidas, Harmódio e Aristogiton, mataram Hiparco, irmão de Hípias (este sucessor de Pisístrato no poder), em 514 a.C., quatro anos antes do fim da tirania em Atenas – ocorrendo o estabelecimento da democracia propriamente por volta de 508/7 a.C. com Clístenes, da família dos Alcmeônidas. Eles receberam estátuas e um culto oficial glorificando seu feito corajoso.

No entanto, a trama tecida por Harmódio e Aristogiton para o fim da tirania, antes de uma conspiração com finalidade política tratava-se de uma querela amorosa. Dentre

³⁷ Aqui é importante notar que a identidade de qualquer grupo social não se reduz à bipolaridade eu/outro absolutos. Desta forma, as identidades coletivas na Grécia também elas tinham várias formas de se manifestar (a genealógica, a política, civil, étnica, federativa, colonial, intra-helênica, pan-helênica etc.) (MALKIN, 2001, p.03).

os vários eventos que compõem esta narrativa, se coloca a questão do por que foram justamente Harmódio e Aristogiton os agraciados com todas as honrarias desse momento tão importante da história de Atenas enquanto outras personagens, muitas vezes com ações mais efetivas neste sentido, acabaram por não ter sua contribuição reconhecida da mesma forma.

São três os documentos que registram o fato: as *Histórias* de Heródoto (documento do século V a.C.), *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides (fonte de fins do século V e início do IV a.C.), e *Constituição de Atenas* de Aristóteles (século IV a.C.). Começemos pelo primeiro registro, Heródoto.

O relato de Heródoto sobre os tiranicidas encontra-se no livro VI das *Histórias*, e tem início no capítulo 55, quando Aristagoras vem em busca de ajuda para os jônios em sua revolta contra o rei persa, Dario. Após ter a ajuda negada por parte dos espartanos, Aristagoras busca o apoio da segunda maior potência da Grécia na época, Atenas, momento no qual Heródoto começa a retratar a situação da cidade naquele período, iniciando com a maneira pela qual os atenienses haviam se libertado de seus tiranos. A narrativa segue até o capítulo 66, quando o autor passa a tratar das reformas estabelecidas por Clístenes, esta seguindo até o capítulo 78 do mesmo livro.

Inicialmente o autor se detém no presságio de Hiparco sobre sua própria morte através de um sonho e numa longa exposição sobre a origem dos tiranicidas (indo só neste ponto do capítulo 57 ao 61). É no capítulo 62 que ele começa a narrativa do evento propriamente dito.

Hípias exercia a tirania e estava irritado com os atenienses por causa da morte de Hiparco. Os Alcmeônidas exilados na época dos Pisistrátidas, já haviam tentado entrar em conluio com outros atenienses exilados para retornar à Atenas, mas não lograram êxito. Recorrendo a tudo contra os Pisistrátidas, eles então se puseram a serviço de Delfos para terminar a construção do templo, que até aquela época ainda não existia.

Menciona Heródoto que segundo se contava em Atenas, os Alcmeônidas, instalados em Delfos, subornaram a sacerdotisa pítia para que em todas as vezes que os espartanos viessem consultar o oráculo, fosse em caráter privado ou em missão oficial, ela os exortasse a libertar Atenas. Em virtude da exortação sempre reiterada, eles então enviaram um exército para Atenas com a missão de expulsar os Pisistrátidas, mesmo sendo estreitamente ligados a eles por laços de hospitalidade, haja vista que eles colocavam os deveres para com os deuses acima dos deveres para com os homens.

Os espartanos enviaram forças por mar, mas quando de seu desembarque, os Pisistrátidas já haviam sido informados antecipadamente do ataque, pedindo ajuda aos tessálios, com os quais haviam concluído uma aliança. Recebendo os reforços de cavalaria, organizaram uma estratégia e atacaram o acampamento inimigo, vencendo-os. Depois disto, os espartanos organizaram outra expedição, mais forte, seguindo desta vez por terra. Quando entraram em território ático derrotaram a cavalaria tessália, e o rei Cleomenes, que liderava a expedição, entrou na cidade com a colaboração dos atenienses que desejavam libertar-se, e cercou os tiranos em um recinto fortificado.

Os espartanos não teriam conseguido de modo algum destituir os Pisistrátidas, pois não consideravam a hipótese de ter de sitiá-los e pelo fato mesmo de eles estarem bem providos de mantimentos e bebida. Mas por um acaso do destino, seus filhos foram capturados quando estavam sendo levados para um lugar mais seguro, o que fez com que eles se rendessem, tendo o prazo de cinco dias para sair do território depois de terem governado a cidade por muitos anos.

Na narrativa herodotiana, o espaço dedicado às personagens de Harmódio e Aristogiton é bastante reduzido, sendo a cena roubada pela ação dos Alcmeônidas. Em virtude disto, muitos autores consideram que Heródoto privilegia a família dos Alcmeônidas por ter sido ela grande prestadora de serviços à causa democrática, de forma que supõe-se que muito

do que se encontra em sua narrativa tenha vindo de fonte alcmeônida. Trabalhos mais recentes, como o de Rosalind Thomas (1990) e Sara Forsdyke (1999), no entanto, questionam esta idéia, advogando a causa de que as fontes de Heródoto eram precipuamente populares.

Independente da origem das informações e mesmo da simpatia do autor de Halicarnasso pela ilustre família ateniense, o fato é que, a despeito do papel um tanto ofuscado de Harmódio e Aristogiton em sua narrativa da libertação de Atenas, são eles, os tiranicidas, os argumentos mais persuasivos para inflamar o sentimento “patriótico” ateniense:

Os estrategos atenienses estavam com as opiniões divididas. Uns, alegando o número pequeno de seus soldados frente ao exército dos medos, não queriam que se travasse uma batalha; outros, dentre os quais estava Miltiades, empenhavam-se em fazê-lo. Eles estavam divididos e a opinião menos boa estava prestes a prevalecer, mas havia um décimo primeiro com direito a voto, o polemenco, escolhido mediante sorteio entre os atenienses (pois nos tempos antigos, os atenienses atribuíam ao polemenco um direito de voto igual ao dos estrategos), que era então Calímaco de Afídna. Nesse momento, Miltiades foi ao seu encontro e lhe disse: *“Depende de ti agora, Calímaco, tornar Atenas escrava ou então assegurar sua liberdade e deixar de si, para todo o tempo em que houver homens, uma lembrança tamanha que não deixaram nem mesmo Harmódio e Aristogiton. Os atenienses correm hoje o maior perigo que jamais correram desde o nascimento de Atenas. Se eles se submeterem aos medos, já está decidido o que deverão sofrer quando entregues a Hípias; se, ao contrário, essa cidade triunfa, ela pode se tornar a primeira entre as cidades gregas. Vou explicar agora como isso pode se realizar, e como é precisamente a ti que cabe, nesta circunstância, a decisão soberana. [...] (HERÓDOTO, VI.109; grifo meu).*

Note-se o caráter ambíguo da tirania na narrativa. Declara Heródoto que:

Atenas estava em plena prosperidade. Não é através de um caso isolado, é de forma geral que se manifesta a excelência da igualdade: governados por tiranos, os atenienses não eram superiores na guerra a nenhum dos povos que habitavam nas redondezas; livres de seus tiranos, eles passaram de longe o primeiro lugar. [...] (HERÓDOTO, V.78).

Expulso de Esparta, Aristagoras foi a Atenas, que havia se libertado de seus tiranos como contaremos a seguir: depois que Hiparco, filho de Pisístrato e irmão do tirano Hípias, que teve em sonho uma visão que sua desventura tornou muito clara, foi morto por Harmódio e Aristogiton, gefireus de origem, os atenienses continuaram a viver por quatro anos sob um regime tirânico, *não menos, mas ainda mais duro que o anterior.* [...] (HERÓDOTO, V.55; grifo meu).

No entanto,

Partindo de Erétria, eles [Pisistrátidas] voltaram para a Ática no décimo primeiro ano e ocuparam, primeiramente, Maratona. *Como eles acampavam nesse local, seus aliados da cidade foram encontrá-los, assim como outros homens de distritos que preferiam a tirania à liberdade.* [...] (HERÓDOTO, I.62; grifo meu).

[...] O povo ateniense, ludibriado, permitiu-lhe escolher trezentos homens entre os cidadãos, não para serem lanceiros, mas seus bordoeiros, pois eles escoltavam-no com bordões de madeira. Esses homens, juntamente com Pisístrato, rebelaram-se e tomaram a acrópole. *A partir de então, Pisístrato governou os atenienses, sem perturbar o exercício das magistraturas existentes, sem mudar as leis. Ele governou a cidade respeitando a constituição estabelecida e a administrou de maneira excelente* (HERÓDOTO, I.59; grifo meu).

Até agora, então, há o esboço de um quadro um tanto confuso e contraditório.

Por um lado, Heródoto enfatiza o esforço alcmeônida e, em menor proporção, a ação espartana na libertação de Atenas, mas por outro lado, são os tiranicidas que carregam o mérito do feito. Nisto, por um lado, a tirania é motivo da fraqueza de Atenas e causadora de muitos males; mas por outro lado, ela trouxe benefícios à população, sendo que mesmo a questão da violência parece atenuada.

Já o relato tucidideano sobre os tiranicidas inicia-se no final do capítulo 53 do livro VI, logo após comentar a situação da investigação do crime de profanação dos mistérios eleusinos e da mutilação das Hermas, no qual Alcibíades e alguns outros soldados eram acusados de estarem envolvidos. Declara Tucídides:

[...] Realmente, o povo, conhecendo por tradição que a tirania de Pisístratos e de seus filhos se havia tornado insuportável em seu período final e, além disto, que ela não fora derrubada pelo povo nem por Harmódios, mas sim pelos lacedemônios, vivia sob constante temor de novas tentativas de aspirantes a tiranos e suspeitava de tudo (TUCÍDIDES, VI.53).

A partir daí, o autor começa a discorrer sobre o corajoso feito de Harmódio e Aristogiton que, segundo ele, resultou de uma disputa amorosa.

O tirano Pisístrato, quando de sua morte já em idade avançada, tinha sido sucedido por Hípias na qualidade de filho mais velho e não por Hiparco como muitos supunham. Hiparco tentou seduzir sem êxito Harmódio, no auge de sua beleza juvenil, que tinha como amante Aristogiton. Harmódio denunciou Hiparco a Aristogiton que ficou receoso de que Hiparco, pelo poder que tinha, lhe tomasse Harmódio à força, tramando imediatamente a extinção da tirania, usando do prestígio de que desfrutava. Ao mesmo tempo, após uma

segunda investida fracassada, Hiparco elaborou um plano para humilhar Harmódio de forma a não deixar transparecer que ele agia por causa de sua recusa.

Em seguida, Tucídides faz uma digressão ressaltando a amenidade da administração pistrátida em Atenas até o ocorrido, e estabelece uma discussão apontando as evidências que provam ser Hípias e não Hiparco o tirano de Atenas na época, afirmando que “Hiparcos, todavia, por haver sido a vítima, tendo-se tornado famoso por seu caso passionai, ganhou a reputação de ter sido tirano.” (TUCÍDIDES, VI.55). A partir de então, o relato da estória é retomado.

Afirma Tucídides que Hiparco conseguiu realizar o que pretendia, pois após convidar a irmã de Harmódio para ser portadora de cesto em uma procissão, expulsou-a sob o argumento de que sua presença não havia sido sequer cogitada, pois ela não merecia³⁸. Perante a indignação de Harmódio, Aristogiton ficou ainda mais exasperado por causa dele, estando tudo já combinado para a execução do plano. Esperavam, no entanto, a festa das Panatenéias³⁹, para não despertarem suspeitas, pois naqueles dias os cidadãos podiam portar armas na procissão. Eles iniciariam o ataque e outros companheiros deveriam acompanhá-los, sendo o número dos conspiradores reduzido por motivo de segurança, pois acreditavam que assim que iniciassem o ato, outros se sentiriam estimulados para engajar-se nele, colaborando para a própria libertação.

No dia do festival, com tudo pronto para a execução do plano, Harmódio e Aristogiton viram um de seus cúmplices conversando familiarmente com Hípias, que se mostrava acessível a todos. Pensando terem sido denunciados e

³⁸ “O encargo de levar nas festas religiosas cestos contendo apetrechos para as cerimônias era uma grande distinção; conseqüentemente, a rejeição da jovem importava em grave insulto à sua família.” (KURY *in* TUCÍDIDES, nota 34, p.388).

³⁹ Festividade em honra da deusa Atena, divindade protetora da cidade de Atenas.

[...] Desejando primeiro vingar-se, se pudessem, daquele que os humilhara e os levara assim a correr todos os riscos, avançaram como estavam para dentro das portas da cidade e se lançaram contra Híparcos no local chamado Leocóron. Caindo sobre ele com uma fúria cega, um, cheio de ódio por ciúmes, e o outro pela humilhação, golpearam-no e o mataram. Aristógiton livrou-se dos guardas por alguns momentos, correndo junto com a multidão, mas depois foi alcançado e tratado de maneira violenta, mas Harmódios foi morto no próprio local (TUCÍDIDES, VI.57).

Quando Hípias teve conhecimento do ocorrido, se dirigiu imediatamente, não ao local do acontecimento, mas ao lugar onde estavam os hoplitas na procissão, antes que estes tomassem conhecimento dos fatos. Tentando não deixar transparecer seus sentimentos a respeito da tragédia, ordenou que todos os hoplitas fossem sem suas armas num ponto indicado por ele, e foi obedecido porque eles pensavam que Hípias tinha algo a lhes dizer. Então, o tirano deu ordens a seus mercenários para que eles empunhassem as armas dos hoplitas e isolou todos os que julgava culpados, pois o habitual não era marchar com punhais nas procissões, mas apenas com lança e escudo.

A partir de então, Hípias enrijeceu seu poder e voltou os olhos para o exterior no intuito de conseguir uma aliança que lhe servisse como um refúgio seguro em caso de revolta. Depois disto, ele governaria por mais quatro anos, sendo deposto pela ação dos espartanos e dos atenienses exilados.

Este é o relato tucidídeano sobre os tiranicidas. A partir dele é possível perceber que, enquanto Heródoto privilegiou o papel dos Alcmeônidas na libertação de Atenas, a presença deles em Tucídides se reduz a uma breve menção. Por sua vez, Tucídides nos fornece uma descrição mais minuciosa da participação dos tiranicidas no ocorrido, aspecto este ausente no relato herodotiano que, aliás, nem menciona a questão da afronta sofrida por Harmódio, ponto de partida de todo o processo de libertação. Resta-nos ainda uma outra versão do ocorrido.

O texto de Aristóteles sobre os tiranicidas inicia-se no capítulo XVII e segue até o capítulo XIX da sua *Constituição de Atenas*. De saída, ele comenta que Pisístrato

envelheceu no poder e chama a atenção para a impossibilidade de uma relação amorosa entre o tirano e Sólon, como acreditavam alguns: “Por isso mesmo, evidentemente disparataram os que afirmam que Pisístrato era amante de Sólon e estrategista na guerra contra Mégara por causa de Salamina, o que é inadmissível por suas idades, caso se calcule o quanto cada um viveu e sob que arcontado faleceu. [...]” (ARISTÓTELES, XVII.2, 1995).

Com a morte de Pisístrato seus filhos assumiram o poder. Eram dois os filhos de sua esposa (Hípias e Hiparco) e mais outros dois de uma argiva (Iofonte e Hegesístrato, apelidado de Tessálio), mas foram Hiparco e Hípias que assenhoraram-se dos negócios da cidade por causa de sua reputação e idade, sendo que Hípias estava à frente do governo por ser o mais velho e por seus dons naturais de estadista.

Tessálio, o mais novo, de comportamento impetuoso e arrogante foi o responsável pelos infortúnios que atingiram os Pisistrátidas. Ele se apaixonou por Harmódio e, fracassando em todas as suas investidas, não conteve a raiva e passou a demonstrá-la ferozmente em todas as ocasiões, proibindo, por fim, que a irmã de Harmódio participasse como portadora de cesto na procissão sob a alegação de que ele (Harmódio) era efeminado. Furioso com o ocorrido, Harmódio, juntamente com Aristogiton, elaborou um plano⁴⁰.

Quando se iniciou a festa das Panatenéias, eles ficaram a espreitar Hípias e, ao perceberem um dos conjurados a conversar amigavelmente com ele, imaginaram terem sido denunciados e se anteciparam em fazer algo antes de serem presos, matando Hiparco e arruinando toda a trama.

Harmódio foi morto de imediato e Aristogiton foi preso um pouco depois, sendo submetido por muito tempo a torturas. Entrementes, delatou muitos, pessoas ilustres

⁴⁰ A relação homossexual nesse período tem um caráter pedagógico, no qual o jovem (*erômeno*) seria educado por um cidadão mais experiente (*erasta*), sendo ele responsável por sua formação para ingressar na vida adulta e por sua inclusão social. O “amor entre iguais” era como um espelho no qual o jovem se mirava no exemplo de um homem mais velho no intuito de desenvolver plenamente sua virilidade, de maneira que, o homem que não se comportasse dentro dos padrões estabelecidos era muito mal visto pela sociedade, daí a gravidade do insulto contra Harmódio.

por nascimento e amigas dos tiranos. Ao fazer isto, conforme diziam os populares, ele visava que os Pisistrátidas incorressem em sacrilégio e ao mesmo tempo se enfraquecessem por matar pessoas inocentes e amigas. Outros testemunhos, comenta Aristóteles, dizem que ele nada forjou, apenas revelou os cúmplices.

[...] Por fim, não conseguindo que o matassem com tais atitudes, comprometeu-se a revelar muitos outros, e assim persuadiu Hípias a dar-lhe a mão direita como sinal de confiança; apertando-a, disse-lhe sarcasticamente estar dando a mão direita ao assassino de seu irmão, e tanto enfureceu Hípias que ele não conteve a cólera e, tomando da espada, matou-o (ARISTÓTELES, XVIII.6, 1995).

Isso fez com que a tirania se tornasse bem mais severa, pois Hípias era desconfiado e atroz para com todos. Por volta de quatro anos depois da morte de Hiparco, Hípias foi expulso por Cleomenes, rei dos espartanos, em virtude dos insistentes oráculos emitidos para que eles acabassem com a tirania, pois os exilados, liderados pelos Alcmeônidas, não conseguiam retornar por si mesmos a Atenas, fracassando sempre.

Os Alcmeônidas empreenderam a construção do templo de Delfos. A sacerdotisa, incitada por eles, emitia sempre o mesmo oráculo, e conseguiu convencer os espartanos a empreenderem a ação, apesar de eles manterem laços de hospitalidade com os Pisistrátidas. Dessa forma, os espartanos primeiro enviaram um exército por mar, sendo ele derrotado devido ao apoio tessálio aos tiranos. Enfurecidos, posteriormente, enviaram Cleomenes por terra com tropas superiores, derrotando os cavaleiros tessálios e acoçando Hípias no denominado muro Pelárgico, sitiando-o com o auxílio dos atenienses. Durante o cerco, os filhos dos Pisistrátidas foram capturados em uma escapada, o que os levou a concluir um acordo, de forma que tiveram que sair da cidade em cinco dias, depois do governo de vários anos de sua família.

É possível perceber que o relato aristotélico sobre o episódio dos tiranicidas contém alguns pontos que divergem da forma como os outros autores dispõem a estória. O primeiro deles é a existência de quatro filhos de Pisístrato; a declaração de que Hípias e

Hiparco assumiram juntos a administração da cidade; e o fato mesmo de que o entrevero amoroso é desencadeado por Tessálio e não por Hiparco, além de alguns outros detalhes.

No que diz respeito à ênfase dada pelos autores nas versões do episódio, Heródoto conta a estória dos tiranicidas mas valoriza a ação alcmeônida e, num plano menor, o papel de Esparta. A este propósito, Rosalind Thomas (1990) argumenta que a família dos Alcmeônidas não foi agraciada com as honras pela libertação de Atenas pelo fato de, para isso, ter subornado a sacerdotisa do templo de Delfos, o que fazia da ação algo pouco digno de ser preservado na memória. A maldição que pesava sobre a família por causa do assassinato de suplicantes da deusa, a propósito da primeira tentativa do estabelecimento da tirania em Atenas antes de Pisístrato, por Cílon, também seria algo com peso negativo registrado na memória, segundo a autora⁴¹. Some-se aqui a política ambígua da família em relação aos tiranos, o que possivelmente teria originado os comentários de que eles estariam combinados com Hípias, que tentava reinstalar a tirania em Atenas com apoio persa, por ocasião da batalha de Maratona, conforme mencionou Heródoto:

[...] Os Alcmeônidas, assim como Calias e não menos que ele, odiavam os tiranos. Estranho, então, e rejeito essa calúnia, que esses homens tenham feito um sinal levantando um escudo, eles que, durante todo o tempo em que reinaram os tiranos, viveram no exílio e que, por suas maquinações, forçaram os Pisistrátidas a deixar o poder. Assim, foram eles, em minha opinião, os libertadores de Atenas, muito mais do que Harmódio e Aristogiton. Esses dois apenas exasperaram os Pisistrátidas sobreviventes por causa do assassinato de Hiparco, sem fazer nada além disso para pôr fim à tirania. Os Alcmeônidas, ao contrário, fizeram claramente o trabalho de libertadores, se foram realmente eles que persuadiram a Pítia a recomendar aos lacedemônios a libertação de Atenas, como expus anteriormente. [...]⁴² (HERÓDOTO, VI.123; grifo meu).

Sobre esse ponto comentou Francisco Murari Pires que

⁴¹ A *asylia* era um recurso no qual as pessoas pediam proteção divina. Elas se dirigiam aos santuários e se colocavam como suplicantes da deusa, de forma que este ritual as tornavam invioláveis, motivo pelo qual os Alcmeônidas e algumas outras famílias se tornaram amaldiçoados – por terem violado este código. O problema da maldição que pesava sobre eles será utilizado ainda como argumento para as disputas de poder entre Clístenes e Iságoras após o fim da tirania Pisistrátida em Atenas. O rei espartano Cleomenes, aliado de Iságoras nesta disputa, reivindicará que os chamados “malditos” deixem Atenas, com o intuito de instaurar lá Iságoras como tirano. É nesse momento que Clístenes se torna líder do povo e instaura a democracia. A respeito do episódio do assassinio dos suplicantes da deusa ver Heródoto, V.70-71; Tucídides, I.126; Aristóteles, XX, 1995).

⁴² Note-se que nesse momento Heródoto não fala em suborno.

as histórias dos Alcmeônidas os mostram chegados aos tiranos, não só pelas alternâncias de suas associações e dissociações com os Pisistrátidas, consoante às vicissitudes das disputas pelo poder entre as casas aristocráticas atenienses, como também pelas relações por eles mantidas com os tradicionais centros de apoio aos tiranos no mundo grego do século VI: a realeza lídia e o oráculo de Delfos⁴³ (PIRES *in* ARISTÓTELES, 1995, nota 2, p.193).

Já Tucídides menciona ambos, o fator Esparta e alcmeônida, mas detém-se mais em Harmódio e Aristogiton. Aristóteles, por sua vez, partilha sua atenção com ambas as versões.

Alguns elementos poderiam explicar a motivação dos autores em adotar tal ou qual ênfase. Poder-se-ia supor, no caso de Tucídides, que ele não privilegia a atuação dos Alcmeônidas devido a uma atmosfera democrática e, portanto, de “igualdade” entre as pessoas, o que implica não privilegiar mesmo famílias ilustres – na prática política esta era a função do ostracismo, por exemplo –, e que Heródoto teria assim o feito por ter vivenciado o momento inicial de afirmação e desenvolvimento desse novo ideal político. Poder-se-ia ainda dizer que Aristóteles privilegia as duas versões por causa da maior quantidade de informações e pela maior facilidade de acesso a elas do que os dois outros autores. Mas estes argumentos são apenas suposições. Não coloco em questão aqui seu valor ou fundamento, pois isto tornaria necessária uma análise mais profunda dessa problemática nas obras de cada autor em específico, o que foge ao meu propósito. Minha preocupação aqui não é entender a particularidade do papel exercido por essa narrativa na obra de cada autor onde há seu registro, mas angariar elementos que sirvam como subsídios para a compreensão de seu significado em uma perspectiva de conjunto, de processo. Neste sentido, penso que o fator oral, característica marcante da sociedade grega antiga, talvez ofereça uma resposta mais satisfatória para a diversidade de informações e para ênfase dada pelos autores.

⁴³ Veja Heródoto I.60-61 e VI.125.

2.2.1. As palavras e (como) as coisas (são/funcionam)

A oralidade foi o principal instrumento de comunicação do mundo grego e, basicamente, o único modo possível de realização dos textos. A palavra poética, vocalmente transmitida, ritualizada e (re)escutada, favoreceu a migração de mitos, de temas narrativos, de formas de linguagem, de estilos, afetando as sensibilidades e as capacidades inventivas das populações que a escutava.

Segundo J. Vansina⁴⁴, o princípio mais importante desse processo de transmissão das narrativas, que ele chama de tradição oral, é o fato de elas exercerem uma função na sociedade, entendendo por função o significado de seu conteúdo para essa mesma sociedade. Segundo o autor, esse significado abarca três planos: 1) justificação das condições existentes (sociais, políticas etc.); 2) articulação de uma identidade de grupo; 3) apresentação de um modelo ideal da forma como a sociedade deveria funcionar – sendo que estes aspectos estão imbricados um no outro. Além disto, ele observa que a narrativa é significativa para o grupo em que é contada por ter sido adaptada através das condições de mudanças históricas e sociais. Este processo de adaptação não perde as feições de suas origens: “mudança social freqüentemente ocorre por adições, não por supressão, deixando as variantes mais antigas intactas. Itens que tendem a ser suprimidos deixam traços.” (VANSINA *apud* FORSDYKE, 1999, p.13).

Na definição original de Vansina tradição oral eram “todos os testemunhos verbais que sejam declarações referentes ao passado”. Em uma reformulação do conceito, em 1985, no entanto, o autor passou a enfatizar a questão da transmissão como elemento fundamental para a compreensão das tradições orais, de forma que elas não mais se

⁴⁴ Infelizmente não foi possível ter acesso direto ao livro de Vansina. Assim, toda a discussão em torno dele empreendida aqui é mediada pelos trabalhos de Rosalind Thomas (1990) e Sara Forsdyke (1999).

caracterizavam por serem relatos sobre o passado *apenas*, mas se constituíam essencialmente por serem testemunhos transmitidos oralmente por gerações⁴⁵.

Rosalind Thomas (1990) tem um contributo importante no sentido de melhor elucidar o conceito. Ela coloca a seguinte questão: Mas em qual estágio as reminiscências do passado (muitas vezes de caráter pessoal) se transformam em uma espécie de propriedade comum da sociedade ou, mais precisamente, em tradição oral?

Antes de pensar num processo evolutivo que conduz as memórias pessoais ao estatuto de memória coletiva, talvez fosse situar um pouco melhor a questão pensar estes dois aspectos de forma orgânica, de interação e conformação de um com o outro. Nele, as reminiscências pessoais não são passadas adiante sem serem alteradas em maior ou menor proporção, de acordo com as intenções dos narradores ao contarem suas histórias. Nesse processo de (re)contar, as lembranças podem ser improvisadas, gradualmente construídas e conta muitas vezes com elementos externos, de acordo também com as expectativas ou interesses dos ouvintes. Se for o caso, e havendo interesse de que a história não seja esquecida, ela é transmitida à geração seguinte, continuando e intensificando esse processo de transmissão.

Assim, as questões postas pelo processo de transmissão dessas narrativas, justifica, em grande medida, a forma como os autores abordam a história dos tiranicidas em seus textos e também as diferenças entre as versões. Mas, além disto, abre caminho para a compreensão da constituição de identidades dentro da perspectiva de “construção” e “invenção” mencionada anteriormente, a partir da qual encontrei algumas respostas na investigação em torno da ambigüidade da tirania nos documentos antigos que, por conseguinte, influi no entendimento do debate historiográfico sobre a tirania na obra de Heródoto: Então, de que maneira a história dos tiranicidas é ilustrativa deste problema?

⁴⁵ Isso porque há uma diferença entre tradição oral e transmissão oral. Segundo Zumthor (1993, p.17), a primeira se situa na duração; a segunda, se situa no presente da *performance*.

Schneider (2004) observa que uma vez que a nação articula sentimentos de “comunhão” entre seus membros, tal articulação deve estar intimamente associada à *mediação* ou *transmissão* de “narrativas-mestras” da nação aos seus membros. Nesse processo, o discurso nacional não se reduz a uma *expressão* desses sentimentos, mas também configura um mecanismo que *cria* a nação enquanto uma comunidade. Ressalvando a questão de que o autor trabalha com a constituição de identidades políticas de nações, e que este termo é um tanto problemático para se pensar a experiência sociopolítica da Grécia antiga, uma situação semelhante se coloca no caso grego, como já o demonstrou Norma Thompson (1996) no seu estudo sobre Heródoto. Apontou a autora que a construção da identidade política dos diversos grupos sociais ocorre a partir das estórias/histórias que as comunidades contam sobre si próprias. Esses discursos, definidos como sistemas formativos, interagem com um contexto mais amplo. Isto faz com que eles não sejam:

analisados como expressões culturais singulares, mas como *referências* para determinadas condições sociais, culturais, e discursivas mais abrangentes, em cujo âmbito esses textos são produzidos. Certamente, isto é válido também, quiçá mais ainda, no caso de enunciados orais e conversações, tomados enquanto práticas discursivas (e diferenciais) cotidianas (SCHNEIDER, 2004, p.101; grifo do autor).

Mas a questão é que essas representações discursivas *não são e não precisam ser* necessariamente coerentes com as práticas sociais. Demonstrou Schneider que, discorrendo sobre as relações sociais, os falantes tendem a reproduzir a armadura discursiva geral apenas porque isto é um imperativo comunicacional, de maneira que, muitas vezes, as construções discursivas obtêm sua força e prevalência justamente por causa desta possibilidade de estarem *desconectadas* de determinadas práticas e circunstâncias sociais.

Ora, a despeito do culto oficial e das honras dedicadas a Harmódio e Aristogiton, nenhum dos autores acredita que foram eles de fato que libertaram Atenas dos

tiranos⁴⁶, mas nem por isso eles deixavam de ser um dos principais símbolos estruturantes dessa identidade política ateniense⁴⁷. Veja-se o seguinte juramento realizado por todos os cidadãos em suas reuniões para a tomada de decisões:

Farei morrer, pela palavra, pela ação, pelo voto e pela minha mão, se puder, aquele que derrubar a democracia ateniense ou, uma vez derrubado o regime, em seguida exercer uma magistratura, ou aquele que se levantar para apossar-se da tirania ou venha ajudar o tirano a se estabelecer. E se for um outro que o mate, eu o considerarei puro diante dos deuses e das potências divinas, como se tivesse matado um inimigo público. Mandarei vender todos os seus bens e darei metade ao assassino sem frustrá-lo em nada. *E se um cidadão morrer matando um desses traidores, ou tentando matá-lo, eu lhe serei reconhecido assim como aos seus filhos, como se fez com Harmódio e Aristogíton e à sua posteridade.* E todos os juramentos que foram feitos em Atenas, no exército ou alhures, para a ruína do povo ateniense, eu os anulo e rompo os seus laços (*apud* VIDAL-NAQUET, 2002, p.258, nota 102; grifo meu).

Além disso, se as representações simbólicas adquirem relevância justamente por causa de seu potencial de “vacuidade” e “versatilidade” enquanto significantes, nada mais apropriado do que as glórias rendidas a Harmódio e Aristogiton, personagens envolvidas nessa “neutralidade” perante as disputas das várias casas aristocráticas pelo poder mesmo sob a democracia, e também pela grande rivalidade com os lacedemônios marcada na história ateniense, em especial, por causa da Guerra do Peloponeso. Referentes “vazios” e “versáteis” na medida em que podem ser preenchidos de significado, e porque são preenchidos, seja qual for o propósito de quem os enuncia, funcionam, em última instância, também como eficaz instrumento de mobilização política.

Assim, essas narrativas que formam as identidades dos grupos sociais justificam a realidade das comunidades trabalhando um plano de idealidade da mesma a partir de representações discursivas que não necessariamente precisam “ser a ‘pura reflexão’ das relações sociais e das práticas cotidianas para poder desempenhar a função de princípio estruturante da percepção e da interpretação.” (SCHNEIDER, 2004, p.102). Em Atenas, há

⁴⁶ Cf. Heródoto, VI.123 e Tucídides, VI.53 – citações feitas acima. “Com o domínio da situação pelo povo, Clístenes tornou-se o chefe e o líder do povo. Pois os Alcmeônidas tinham justamente sido os principais responsáveis pela expulsão dos tiranos, mantendo-se em dissensão por longo tempo.” (ARISTÓTELES, XX.4, 1995).

⁴⁷ Veja Heródoto, VI.109 – citação feita acima.

muito a tirania já não existia, não obstante, foi uma presença marcante no auge de sua vida política e mesmo depois. Outro exemplo dessa “versatilidade”, além dos tiranicidas, é a idéia de *demos* tirano⁴⁸.

Se, por um lado, o conceito de *demos*, do ponto de vista da ideologia democrática ateniense é algo inclusivo, compreendendo todos os cidadãos, sejam eles ricos ou pobres; por outro lado, *demos*, do ponto de vista dos oligarcas⁴⁹, é um conceito exclusivo, compreendendo o conjunto de cidadãos de baixa condição. Dentro da primeira perspectiva, a inclusiva, a tirania pode ser entendida como algo positivo. Isto porque, paradoxalmente, o *demos* reivindica e assume o maior privilégio pertencente ao tirano do ponto de vista de sua imagem estereotipada: estar acima da lei, sendo o caso mais exemplar a sujeição dos membros da Liga de Delos por parte do império ateniense.

A segunda perspectiva parte da dicotomia elite/*demos*, na qual o *demos* pode ser pensado tanto no sentido de escravização da elite por parte do *demos* – aspecto este fortemente marcado nos textos de Xenofonte, por exemplo –, quanto no sentido inverso, isto é, no submetimento do *demos* por parte da elite. Não se alinhar com o conceito inclusivo do *demos* é representar ameaça em potencial à liberdade dos cidadãos, daí a associação da oligarquia com a tirania. Deste ponto de vista, isto é, da relação democracia = liberdade e oligarquia = tirania, qualquer atentado contra a democracia seria o mesmo que extrair a liberdade conquistada pelos atenienses com a expulsão dos tiranos.

A ameaça em potencial acabou por se efetivar por um breve período de tempo quando da guerra com Esparta (431-404 a.C.). Nesse momento, com o fim da Guerra do Peloponeso e com a derrota de Atenas, em 404 a.C., houve um vislumbre da possibilidade de

⁴⁸ Nas considerações que ora seguem me baseio em Morgan (2003), especialmente em Raaflaub (*in* MORGAN, 2003, p.59-93).

⁴⁹ Moura (2000) observa uma diferença no uso dos termos aristocracia e oligarquia. Aristocracia tende mais a uma nobreza de sangue, enquanto oligarquia se caracterizaria por um modo de vida estilizado em relação ao restante da população, sem uma relação tão estreita com essa tradição de sangue, na qual o fator econômico teria um peso maior.

instauração do “modelo espartano” em Atenas. A oligarquia, apoiada por Esparta, tomou o poder, constituindo o que ficou conhecido como a “Tirania dos Trinta”, por ser formado por trinta oligarcas. Neste governo, a Liga de Delos foi dissolvida e o restante da frota ateniense foi entregue a Esparta. Teve breve duração sendo a democracia restabelecida em 403 a.C.

Dessa forma, a tirania era uma referência negativa, era apropriada retoricamente por grupos diferentes, mas a situação na prática (leia-se nas relações sociais e políticas cotidianas) destoava da forma como ela se colocava no âmbito das representações.

Como foi ressaltado, a tirania arcaica se caracterizou, precipuamente, pela disputa de poder político pelos vários membros da ordem aristocrática, e nesta contenda, o apoio do *demos* era uma forma do tirano garantir a sua permanência no poder. Quando do estabelecimento da democracia propriamente, houve uma apropriação de vários símbolos e valores aristocráticos, dentre eles, o ódio contra os tiranos, mas de acordo com as necessidades e princípios do novo regime. Neste sentido, o texto tucidideano é significativamente revelador:

Quando a notícia chegou a Hípias no Cerâmico ele se dirigiu imediatamente, não ao local do acontecimento, mas ao lugar onde se encontravam os hoplitas na procissão, antes que estes, distanciando-se, tomassem conhecimento dos fatos, e compondo a fisionomia de modo a não deixar transparecer qualquer sentimento a respeito da tragédia, apontou para certo ponto e lhes ordenou que fossem para lá sem suas armas; os hoplitas obedeceram, pensando que ele tinha algo a lhes dizer; Hípias então deu ordens aos mercenários para empunharem as armas dos hoplitas e imediatamente isolou aqueles que considerava culpados e todos os outros que estavam com punhais, pois era usual marchar nas procissões portando apenas o escudo e a lança.

Foi assim que uma afronta amorosa inspirou, em relação a Harmódios e Aristógiton, a idéia inicial de uma conspiração, e que um receio súbito provocou aquela audácia irrefletida. Depois disto a tirania se tornou mais dura para os atenienses, e Hípias, desde então dominado pela apreensão, não somente mandou matar muito cidadãos, mas também voltou os olhos para o exterior, querendo ver se em alguma parte poderia encontrar refúgio seguro em caso de revolta. [...] (TUCÍDIDES, VI.58-9).

Ora, mas quem eram os cidadãos no período anterior à democracia?⁵⁰ Os aristocratas aliados aos hoplitas. Eles que tomavam todas as decisões para a administração da comunidade e era entre eles que havia a disputa pelo poder político, de forma que esses

⁵⁰ São Rosalind Thomas (1990) e Sara Forsdyke (1999) que chamam atenção para essa questão.

cidadãos de que fala o texto só podem ser eles próprios, justificando, em certa medida, a preocupação do tirano com este grupo em primeiro lugar. Portanto, os cidadãos mencionados não são os mesmos cidadãos da Atenas do século V a.C. Não obstante, é o povo de Atenas, em um período posterior (que suponho ser justamente o século V), quem apaga a dedicatória de Pisístrato, neto do tirano Pisístrato, no Altar dos Doze Deuses. Se de forma intencional ou não (em virtude da reforma mencionada) nunca haverá uma certeza, é possível apenas ter uma suspeita do sim, haja vista as leis, os símbolos, enfim, os vários elementos que compunham a ideologia democrática ateniense:

Na verdade, de um modo geral os descendentes de Pisístratos não oprimiam o povo no exercício do poder; mantinham-no sem cometer injustiças, e realmente praticavam de longa data a virtude e cultivavam a inteligência de maneira excepcional para tiranos. Embora coletassem dos atenienses apenas um vigésimo de suas rendas, não somente embelezaram a sua cidade mas também sustentaram os ônus de guerras e realizaram os sacrifícios e seus ritos nos templos. Em termos gerais a cidade conservava as leis preexistentes, com a única exceção de que os tiranos tomavam as medidas cabíveis no sentido de que somente alguém de sua família exercesse o poder. Muitos deles ocuparam por isso a magistratura anual em Atenas, *particularmente Pisístratos, filho do tirano Hípias, que tinha o nome de seu avô e, quando foi arconte, inaugurou o altar dos doze deuses na ágora e o de Apolo no Pítion; mais tarde o povo de Atenas, aumentando a extensão do altar na ágora, apagou a inscrição dedicatória*, mas a do altar no Pítion ainda pode ser vista em letras já desgastadas, nos seguintes termos:

“Pisístratos filho de Hípias ergueu este testemunho de seu governo junto ao altar de Apolo Pítio.”⁵¹ (TUCÍDIDES, VI.54; grifo meu).

Assim, a relação entre o estabelecimento da democracia e a identificação com o novo regime não foi algo automático⁵², mas resultado de um longo e contínuo processo de formação e conformação de uma experiência histórica concreta com uma nova concepção da

⁵¹ No seu estudo sobre as dedicatórias feitas pelos tiranos da Sicília nos santuários de Olímpia e Delfos, Harrell (2002) defende que havia um código no qual esses governantes sempre faziam as oferendas como cidadãos privados e, quando isto não ocorria, ou seja, quando havia menção acerca de sua posição política, as dedicatórias eram apagadas e reescritas no intuito de fazer com que assim fossem. Isto ocorria, segundo ela, porque esta atitude colidia com uma convenção existente para as dedicatórias nos santuários pan-helênicos, na qual os governantes silenciavam sua posição política para que sua glória pessoal incluísse (ou se confundisse) com a glória da comunidade. Tal procedimento, talvez, também se aplicasse aos santuários locais, o que teria levado ao apagamento da inscrição independente da motivação que estou a tratar, mas não tive a oportunidade de verificá-lo com maior cuidado nas evidências da cultura material. Portanto, fundamento minha reflexão em documentação de caráter exclusivamente textual.

⁵² Mesmo as reformas clistênicas ainda se caracterizarão pela disputa de facções aristocráticas rivais pelo poder. Veja nota 41.

prática política, isto é, a experiência histórica da tirania colidia com e era apropriada pelo novo ideal político da *pólis* ateniense. Conforme apontou Raaflaub,

[...] a complementaridade das ideologias *isonomia* e anti-tiranicismo juntou a comunidade. Como resultado, os atenienses definiram suas identidades cívicas e virtudes, sua democracia, igualdade e liberdade em oposição à tirania, *passada e potencial, real e fictícia*. Daí, a duradoura “ideologização do tiranicida”, a execração dos Pisistrátidas e as blasfêmias contra os tiranos em potencial. Daí, também, a tendência a expressar preocupações acerca de líderes poderosos e dominantes e acerca da oposição oligárquica em termos de tirania na política e nos dramas. Tais preocupações, intermitentes durante os cinquenta anos entre as guerras, foram grandemente intensificadas durante a longa e dolorosa Guerra do Peloponeso, quando a liderança democrática prometeu oportunidades excepcionais de ganhar poder e influência, quando a democracia perde legitimização, a qual era baseada largamente no sucesso, quando o criticismo e a oposição aumentaram, e quando novas teorias do poder e da lei natural levaram à novas preocupações e perigos. Os resultados, incluindo a histeria em torno dos tiranos e as leis específicas contra a tirania são abundantemente visíveis nas fontes existentes de fins do quinto século (RAAFLAUB in MORGAN, 2003, p.83-84; grifo meu).

Por fim, é importante ressaltar que esse processo não foi linear, e que a idéia de tirania, mesmo constituindo o outro ideológico da democracia e servindo, pois, como fator de coesão para os atenienses, não necessariamente consistia em uma expressão inquestionável e em um consenso absoluto em torno de seu significado por parte da comunidade⁵³. Isto porque a tirania estava imbuída de um potencial versátil que possibilitava que ela servisse como argumento retórico nas disputas dos diversos grupos sociais por seus interesses particulares. Neste sentido, seu conceito não pode ser considerado como algo estável e unívoco.

Portanto, a ambigüidade da tirania nos documentos antigos e o problema das conotações que ela ocupa neles estão relacionados com *a invenção de uma identidade política ateniense*. Posto isto, busco, a partir de breves considerações sobre a tirania na Sicília, ressaltar a especificidade deste problema como sendo de Atenas.

⁵³ Veja Heródoto I.62, citação feita acima.

2.3. Breves considerações sobre a tirania na Sicília

A experiência da tirania na Sicília parece ser mais um elemento a corroborar a especificidade do problema das “imagens da tirania” como sendo de Atenas. O caráter dos governos tirânicos que lá se estabeleceram é distinto dos que ocorreram na Grécia continental, insular e oriental. Enquanto nessas regiões a tirania surgiu como decorrência de mudanças no funcionamento das estruturas sociais, no ocidente, as *póleis* não passaram por essas reformulações em suas estruturas, sendo muitas vezes frutos da própria reformulação que ocorria na Grécia-mãe, ou seja, dos movimentos de colonização, uma das tentativas de resolução da crise no período.

Os aristocratas descontentes que se aventuraram na fundação de colônias levavam consigo seus agregados e, às vezes, se associavam com líderes de outras regiões. Esta composição mista, somada às dificuldades não previstas no território colonial, constituirá o seguinte quadro: 1) diversidade étnica, entre os gregos e dos gregos com a população local, portanto, diferença de interesses; 2) disparidade da situação sócio-econômica, pois os primeiros colonos se apropriaram das melhores terras expulsando a população autóctone para o interior, onde as terras eram menos produtivas; além de ser uma região distante das rotas de navegação, o que dificultava o comércio e a comunicação. Isto por um lado. Por outro lado, houve o conflito dos colonos recentes com os colonos mais antigos e com os habitantes antigos também pelo mesmo motivo (HIRATA, 1996-1997).

O aspecto militar que caracteriza em grande medida os governos tirânicos na Sicília, decorrente de um estado de beligerância constante, é uma particularidade a evidenciar que a necessidade primordial dos gregos naquela localidade era a busca de defesa e afirmação em um local no qual havia várias culturas diferentes estabelecidas. Isto fará com que o fenômeno da tirania no ocidente seja algo endêmico e, neste sentido, a despeito da diferença

do caráter que ela possui em relação às tiranias da Grécia-mãe, elas terão um resultado comum: promoção de estabilidade e normatividade em regiões e/ou momentos nos quais os conflitos sociais estão potencializados.

Segundo Andrewes (1963), já existiam tiranos no ocidente antes do século VI a.C., mas eles não eram de grande importância. Nessa época, as colônias prosperavam e estavam se tornando menos dependentes das cidades-mãe. De todas elas, a tirania mais importante foi a da *pólis* siracusana⁵⁴.

Em Gela, Cleandro, em 505 a.C., tornou-se tirano. Ele era um homem rico e importante e governou por sete anos dos quais não existem registros de nenhum incidente memorável. Foi assassinado, o que levou seu irmão Hipócrates a assumir seu lugar. Acerca deste, as recordações se restringem ao âmbito militar, sendo que seu governo parece ter durado dois anos a mais do que o de seu irmão, tempo este que teria passado em suas campanhas contra os siracusanos e contra os sículos⁵⁵, sua última empreitada. Teve dois filhos, mas os gelanos recusaram-se a tê-los como governantes, pois, segundo Andrewes, (1963, p.131) “eles tinham tido o suficiente de guerra e tirania”.

Entretanto, havia Gelão, filho de Deinomedes, que era o principal comandante de Hipócrates. Ele também tinha origem proeminente e parece ter ajudado Hipócrates quando da morte de Cleandro. A princípio, ele interveio em favor dos herdeiros do tirano, mas com o malogro da situação frente aos cidadãos, tomou o poder para si próprio, governando Gela de 491 a 485 a.C. calmamente.

É o estabelecimento da tirania em Gela, pois, que precede os acontecimentos em Siracusa que, até fins do século VI a.C., tinha um desenvolvimento atrasado em relação às

⁵⁴ A bibliografia sobre a tirania no ocidente não é farta. A exposição que ora é apresentada está baseada em Andrewes (1963).

⁵⁵ Os sículos eram uma das populações existentes na Sicília no período anterior ao da ocupação grega.

outras *póleis*, todavia, na época da chegada de Gelão, ela já era a maior e mais rica cidade da ilha. Assim, o interesse de Gelão em conquistá-la também parece ter sido estratégico.

A oligarquia siracusana, chamada *gamorói*⁵⁶ estava perdendo influência. Passado algum tempo, o *demos* se aliou aos servos nativos chamados de *killyrioi* e os expulsaram. Foi estabelecida a primeira democracia, mas ela era muito frágil e, quando os *gamorói*, que tinham se estabelecido em *Casmenae*, no interior, apelaram para a ajuda de Gelão, em 485 a.C., este tomou o poder e acabou com a democracia então vigente, fazendo de Siracusa o centro de seu poder e atribuindo a seu irmão Hierão o governo de Gela⁵⁷.

Com a conquista de Siracusa, Gelão tinha poder sobre metade da Sicília grega e ele ainda contava com o apoio de Terão, tirano de Agrigento, sendo esta aliança fortemente consolidada por laço de parentesco e de suma importância nos confrontos entre gregos e cartagineses⁵⁸.

A hostilidade entre ambos se desenvolveu gradualmente, principalmente por causa das disputas pelas rotas marítimas. Por volta de 480 a.C., a aliança das *póleis* gregas de Siracusa e Agrigento venceu a maior intervenção que qualquer outra investida de Cartago até então, na batalha de Himera, estando os cartagineses sob o comando do general Amílcar. Cartago teve que pagar uma alta indenização e a Sicília ficou livre deles por setenta anos. Foi esta resistência e vitória em 480 a.C. que fez a fama de Gelão e serviu como prova de todo o poderio de Siracusa na Sicília.

Gelão teve um governo próspero e feliz. Há um conto, retratado por Diodoro Sículo, no qual o tirano, em uma assembléia de prestação de contas após a Batalha de Himera, teria se proposto a abdicar de seu poder. Não obstante, ao invés de ser removido, teve seu

⁵⁶ Os *gamorói* “são referidos pelas fontes textuais como os que dividiram as melhores áreas na *khóra* siracusana.” (HIRATA, 1996-1997, p.62). São os primeiros colonos gregos, os que se apropriaram das áreas boas de cultivo.

⁵⁷ Esse fato é muito curioso tendo em vista que é com o apoio da aristocracia, dos *gamorói*, que Gelão se estabelece no poder, ao contrário do que ocorria na Grécia-mãe, pois os aspirantes ao poder soberano se tornavam líderes do povo e o relacionamento com a elite era sempre hostil.

⁵⁸ Cartago foi fundada por comerciantes fenícios por volta do século IX a.C. na costa norte africana.

poder confirmado pela assembléia que o proclamou “benfeitor, salvador e rei” (Diodoro Sículo 11.26.6 *apud* HARRELL, 2002, p.440) – o que, mais uma vez, vem de encontro à visão corrente da tirania como algo ruim. Gelão morreu em 478 a.C., tendo seu irmão Hierão como sucessor no governo de Siracusa que, por sua vez, atribuiu o governo de Gela ao terceiro irmão, Polizelo.

Hierão gozou menos de aceitação favorável do que Gelão, sendo o maior feito de seu governo a defesa de Cumas, em 474 a.C, contra o avanço etrusco. Os cúmeos vinham sofrendo ataques dos etruscos desde o século anterior com sua expansão e aliança com Cartago, se tornando uma ameaça para os estabelecimentos gregos no ocidente. Hierão conseguiu vencê-los, embora algumas outras regiões pudessem se considerar já perdidas. Há ainda algumas evidências de intervenção militar em Síbaris, Locres e Région.

Posteriormente, a democracia foi restabelecida, mas sofreu altos e baixos, se fragilizando muito com as investidas dos cartagineses que empreenderam nova invasão em 409 a.C., tendo como líder Aníbal, neto de Amílcar. Frente a esta ameaça e no desenrolar dela, Dionísio se torna tirano e conduz o governo de Siracusa, ficando nele por trinta e oito anos e seu filho Dionísio II por mais dez⁵⁹. Outros tiranos marcariam ainda a história da Sicília desde a morte de Dionísio em 367 até a conquista romana em fins do século III a.C.⁶⁰.

⁵⁹ Segundo Mossé, (1989b, p.119) a tirania de Dionísio seria o prenúncio das grandes monarquias helenísticas, no sentido da elaboração de um vasto estado territorial que testemunha, no mundo grego, o recuo da noção tradicional de cidadão e cidade. Para pormenores do governo de Dionísio ver Mossé (1989b).

⁶⁰ O texto de Eric Robinson (2000) foi o único material com o qual tive contato que trata especificamente da democracia em Siracusa. Entretanto, sua leitura é notadamente marcada pela concepção tradicional de que democracia é a democracia da Atenas do século V a.C., dando a impressão de que pretende afirmar as semelhanças entre as duas a todo momento em seu texto, de maneira que fica difícil perceber se de fato as duas eram tão parecidas assim ou se havia especificidades dessa experiência política para os gregos do ocidente. A visão atenocêntrica predominante nos estudos clássicos pode levar – e muitas vezes leva – ao desconhecimento do mundo grego antigo.

2.4. Apontamentos

A partir do exposto, e à guisa de conclusão deste capítulo, é possível afirmar que a complexidade e ambigüidade fundamentadas na relação que faz da tirania o outro ideológico da democracia, marcando sua posição ora negativa, ora não nas fontes antigas, foi um dos motivos que levou, no que diz respeito às *Histórias* de Heródoto, a um debate entre seus estudiosos sobre a visão que ele tinha da tirania: ele apresenta uma visão negativa da tirania? Ou não?

No caminho percorrido para tanto, surgiu um conjunto de questões relevantes que serviram como norte no estudo do documento, momento no qual ofereço uma leitura da forma como a questão da tirania se colocava para Heródoto – este o tema do próximo capítulo. Este conjunto pode ser dividido em três partes:

1) **Documentação disponível.** A documentação disponível sobre a tirania é predominantemente ateniense e apresenta, pois, preocupações que dizem respeito à realidade política de Atenas. Não se sabe muito sobre as tiranias em outras *póleis*, mas sabe-se que elas existiram e eram fortemente consolidadas em outras localidades da Grécia mesmo durante o período áureo da democracia em Atenas.

2) **Heterogeneidade.** A visão da tirania como algo pejorativo ou não, não era unívoca. Sua recepção não foi a mesma entre todas as camadas sociais, nem em todas as localidades do mundo grego, sendo a idéia mesma de tirania algo fluído. Além disto, há que se ter em mente que a aparição das tiranias conduziu a um alargamento das bases políticas, não necessariamente a governos democráticos, este o caso de Corinto, por exemplo. Nesta *pólis* não houve o estabelecimento de uma democracia, mas a oligarquia que governava a cidade era menos conservadora no exercício do poder.

3) *Complexidade do conceito de tirania.* Como desdobramento e complemento dos outros dois pontos é possível concluir a complexidade do conceito de tirania, dada suas várias nuances, as quais tentei esboçar, grosso modo, neste espaço.

Tendo em vista este panorama, se apresentaram as seguintes indagações: quais os propósitos de um autor quando usa o motivo da tirania? Por que o faz de tal ou qual maneira? Quais suas possíveis motivações? Seria a idéia de Heródoto sobre a tirania influenciada por ou decorrente dessa visão ateniense? Afinal, que tipo de visão apresentou Heródoto sobre a tirania?

Cabe agora fazer ao próprio Heródoto essas perguntas.

CAPÍTULO III

Heródoto, as tiranias e o pensamento político nas *Histórias*

No primeiro capítulo foi apresentado um pouco do autor e sua obra e foi possível ter uma noção de como a questão da tirania em seu texto foi entendida pelos autores que a estudaram. A partir daí, apresentei ao leitor o problema historiográfico do qual partiu esta pesquisa, ou seja, apresentei a controvérsia que perpassa grande parte da historiografia sobre a tirania nas *Histórias*, direta ou indiretamente, a qual discute se Heródoto tinha uma visão pejorativa ou não da tirania, o que conduziu às reflexões desenvolvidas no capítulo dois.

Nele, tentei situar a questão em um contexto mais amplo para avaliar seu peso na análise da fonte. Foi possível perceber, então, que tal polêmica deriva do embate tirania *versus* democracia que constituía um apanágio de questões relacionadas ao desenvolvimento de uma identidade política ateniense. Dentro desta perspectiva, buscou-se chamar a atenção para a complexidade desta problemática no interior desta comunidade política em particular, bem como se buscou apresentar nuances de uma espécie de “inclinação natural” a generalizar uma visão negativa da tirania, partilhada por este grupo específico, para o mundo grego em geral.

Pela maior quantidade de fontes referentes à Atenas e também devido às teorizações dos autores do século IV a.C., frutos de uma situação específica e de um momento específico da sociedade grega antiga, mas que foram tomadas como fundamento do pensamento do homem ocidental, o que, por extensão, levou ao entendimento do mundo grego antigo como um todo a partir das bases por elas lançadas; atrevo-me a dizer – com os riscos da ausência de uma análise sistemática destes pontos e dos problemas que isto possa implicar – que é a partir daí, ou seja, das apropriações das idéias desses autores e sua

reprodução através do tempo, reforçadas pelo problema da escassez da documentação disponível, que decorre o debate em torno da visão pejorativa ou não de Heródoto sobre a tirania.

Posto isso, o propósito agora é compreender qual o papel ocupado pela tirania nas *Histórias*. Isto implica, primeiramente, em verificar qual a proporção – ou se em proporção nenhuma – se faz presente uma visão negativa da tirania na obra, bem como perceber em qual medida o universo político de Atenas afeta esse olhar, e, por fim, buscar-se-á entender se a mensagem que pode ser extraída da tirania na narrativa herodotiana diz respeito apenas a uma postura política do autor ou se ela pode ter um significado maior que também abrange seu posicionamento político mas que o ultrapassa.

3.1. Tiranos e tiranias

Foi realizado um levantamento sistemático de todas as ocorrências da palavra tirano e seus derivados nominais e verbais nas *Histórias*. Para cada um dos nove livros foi realizada uma tabela, composta por oito itens os quais acredito serem os mais significativos para a análise: 1) *Localização*: refere-se ao lugar das *Histórias* no qual se encontra(m) a(s) ocorrência(s); 2) *Ocorrência(s)*: aponta a quantidade de vezes que o vocábulo ou a forma verbal aparece no capítulo do livro correspondente; 3) *Forma nominal/verbal*: transcreveu-se a forma como o vocábulo/verbo aparece no texto; 4) *Geografia*: indica se a tirania mencionada refere-se a território de ocupação grega ou estrangeira; 5) *Cronologia*: indica se são tiranias do passado ou do presente, tomando como marco divisor temporal as Guerras Médicas; 6) *Contexto*: aponta de maneira geral qual o contexto da narrativa no qual aparece a ocorrência; 7) *Sentido no trecho*: aponta qual o sentido da ocorrência (negativo, neutro,

ambíguo⁶¹) no contexto em que se insere; 8) *Sinônimo*: aponta se a ocorrência tem como sinônimo as palavras *basileu* e *monarca* e/ou seus derivados nominais/verbais. Seguem as tabelas:

Livro I

Localização	Ocorrência(s)	Forma nominal/verbal	Geografia (território grego ou bárbaro)	Cronologia (contemporânea ou não às Guerras Médicas)	Contexto	Sentido no trecho	Sinônimo monarca/ <i>basileu</i> e seus derivados nominais/verbais
I.6, p.33	1	<i>τύραννος</i>	bárbaro	passado	origem de Creso (estória de Gíges)	neutro	não
I.7, p.33	1	<i>τύραννος</i>	bárbaro	passado	<i>idem</i>	neutro	sim
I.14, p.38	2	<i>τυραννίδα</i> <i>τυραννεύσας</i>	bárbaro	passado	<i>idem</i>	neutro	sim
I.15, p.39	1	<i>τυραννεύοντος</i>	bárbaro	passado	<i>idem</i>	neutro	sim
I.20, p.41	1	<i>τυραννεύοντι</i>	grego	passado	origem de Creso	neutro	não
I.23, p.43	1	<i>ἐτυράννευε</i>	grego	passado	origem de Creso (estória de Árion)	neutro	não
I.59, p.64-65	2	<i>τυραννεύοντος</i> <i>τυραννίδα</i>	grego	passado	Creso expande seu poder (estória de Pisístrato)	ambíguo	não
I.60, p.65	2	<i>τυραννίδα</i> <i>τυραννίδι</i>	grego	passado	<i>idem</i>	neutro	não
I.61, p.66-67	2	<i>τυραννίδα</i> <i>τυραννίδα</i>	grego	passado	<i>idem</i>	neutro	não
I.62, p.67	1	<i>τυραννίς</i>	grego	passado	<i>idem</i>	ambíguo	não
I.64, p.68-69	2	<i>τυραννίδα</i> <i>ἐτυράννευε</i>	grego	passado	<i>idem</i>	ambíguo	não
I.73, p.76	1	<i>ἐτυράννευε</i>	bárbaro	passado	Creso expande seu poder	neutro	sim

⁶¹ O leitor deve estar se questionando o porquê do uso de “negativo” e “neutro” e não da classificação “negativo” e “positivo”. Fiz esta opção por dois motivos: 1) A discussão sobre os juízos valorativos de Heródoto em torno da tirania diz respeito ao fato dele fazer uma abordagem dela de maneira objetiva ou parcial, sendo “objetivo” entendido como uma posição neutra (não positiva) por parte do autor, e “parcial” entendido como sendo uma postura negativa sua em relação a ela – veja-se capítulo I; 2) Como se poderá notar mais adiante, o autor, em dados momentos da obra, explicita claramente a tirania como sendo algo negativo, mas declarações com acepções positivas não ocorrem de forma aberta. Uso o termo “ambíguo” para me referir às ocasiões nas quais aspectos neutros e negativos (ou vice-versa) se fazem presentes em uma mesma passagem.

I.77, p.79	1	<i>ἐτυράννευε</i>	bárbaro	passado	<i>idem</i>	neutro	sim
I.86, p.88	1	<i>τυράννοισι</i>	bárbaro	passado	Creso é derrotado por Ciro (episódio da fogueira)	neutro	não
I.96, p.125	2	<i>τυραννίδα τυραννίδος</i>	bárbaro	passado	origem de Ciro (estória de Deioces)	negativo	não
I.100, p.128	1	<i>τυραννίδι</i>	bárbaro	passado	<i>idem</i>	neutro	não
I.109, p.133	1	<i>τυραννίς</i>	bárbaro	passado	origem de Ciro	neutro	não
I.163, p.167	1	<i>ἐτυράννευσε</i>	bárbaro	passado	Ciro no poder	neutro	sim

Livro II

Localização	Ocorrência(s)	Forma nominal/verbal	Geografia (território grego ou bárbaro)	Cronologia (contemporânea ou não às Guerras Médicas)	Contexto	Sentido no trecho	Sinônimo monarca/ <i>basileu</i> e seus derivados nominais/verbais
II.147, p.170	1	<i>τυραννίδας</i>	bárbaro	passado	Psamético torna-se rei do Egito	neutro	sim

Livro III

Localização	Ocorrência(s)	Forma nominal/verbal	Geografia (território grego ou bárbaro)	Cronologia (contemporânea ou não às Guerras Médicas)	Contexto	Sentido no trecho	Sinônimo monarca/ <i>basileu</i> e seus derivados nominais/verbais
III.50, p.73	1	<i>τύραννος</i>	grego	passado	Cambises no poder (conflito entre Periandro e seu filho)	neutro	não
III.52, p.75	1	<i>τυραννίδα</i>	grego	passado	<i>idem</i>	neutro	sim
III.53, p.76-77	4	<i>τυραννίδα τυραννίδα τυραννίς τυραννίδος</i>	grego	passado	<i>idem</i>	neutro	não
III.80, p.132	1	<i>τύραννον</i>	bárbaro	passado	debate persa	negativo	sim

III.81, p.132-133	2	<i>τυραννίδα τύραννον</i>	bárbaro	passado	<i>idem</i>	ambíguo	não
III.120, p.158	1	<i>τυραννεύει</i>	grego	passado	Dario no poder (morte de Polícrates)	neutro	não
III.125, p.161	2	<i>τύρανοι τυράνων</i>	grego	passado	<i>idem</i>	neutro	não
III.143, p.175	1	<i>τύραννος</i>	grego	passado	situação de Samos após morte de Polícrates	ambíguo	não
III.145, p.176	1	<i>τυράννω</i>	grego	passado	<i>idem</i>	neutro	não

Livro IV

Localização	Ocorrência(s)	Forma nominal/verbal	Geografia (território grego ou bárbaro)	Cronologia (contemporânea ou não às Guerras Médicas)	Contexto	Sentido no trecho	Sinônimo monarca/ <i>basileu</i> e seus derivados nominais/verbais
IV.98, p.108	1	<i>τύραννος</i>	grego	presente	Guerra de Dario contra os Citas	neutro	não
IV.137, p.130	3	<i>τυραννεύοντος τυραννεύει τυραννεύεσθαι</i>	grego	presente	<i>idem</i>	negativo	não
IV.138, p.130	1	<i>τύρανοι</i>	grego	presente	<i>idem</i>	neutro	não

Livro V

Localização	Ocorrência(s)	Forma nominal/verbal	Geografia (território grego ou bárbaro)	Cronologia (contemporânea ou não às Guerras Médicas)	Contexto	Sentido no trecho	Sinônimo monarca/ <i>basileu</i> e seus derivados nominais/verbais
V.11, p.22	4	<i>τυραννεύων τυραννίδος τύραννος τυραννεύσαι</i>	grego	presente	Ameaça persa aos gregos	neutro	não
V.12, p.23	1	<i>τυραννεύειν</i>	bárbaro	presente	<i>idem</i>	neutro	não
V.30, p.85	1	<i>τύραννος</i>	grego	presente	<i>idem</i>	neutro	não
V.32, p.87	1	<i>τύραννος</i>	grego	presente	<i>idem</i>	neutro	não

V.37, p.91	3	<i>τυραννίδα τυράννων τυράννους</i>	grego	presente	Revolta da Jônia	ambíguo	não
V.38, p.91	2	<i>τυράννων τυράννους</i>	grego	presente	<i>idem</i>	ambíguo	não
V.44, p.94	1	<i>τυράννου</i>	grego	passado	Revolta da Jônia (problema sucessório em Esparta)	neutro	não
V.46, p.95	1	<i>τυραννίδι</i>	grego	passado	<i>idem</i>	ambíguo	sim
V.49, p.96	1	<i>τύραννος</i>	grego	presente	Revolta da Jônia	ambíguo	não
V.55, p.101	3	<i>τυράννων τυράννου ἐτυραννεύοντο</i>	grego	passado	Revolta da Jônia (fim da tirania em Atenas)	negativo	não
V.62, p.104	2	<i>τυράννων τυραννεύοντος</i>	grego	passado	<i>idem</i>	negativo	não
V.64, p.106	1	<i>τυράννους</i>	grego	passado	<i>idem</i>	negativo	não
V.65, p.106	1	<i>τυράννων</i>	grego	passado	<i>idem</i>	negativo	não
V.66, p.107	1	<i>τυράννων</i>	grego	passado	Revolta da Jônia (reforma de Clístenes)	negativo	não
V.67, p.107	1	<i>τύραννον</i>	grego	passado	Revolta da Jônia (Clístenes de Sición)	neutro	não
V.71, p.110	1	<i>τυραννίδι</i>	grego	passado	Revolta da Jônia (1ª tentativa de se estabelecer a tirania em Atenas)	neutro	não
V.74, p.112	1	<i>τύραννον</i>	grego	passado	Revolta da Jônia (eventos em Atenas após fim da tirania)	neutro	não
V.78, p.114	2	<i>τυραννεύόμενοι τυράννων</i>	grego	passado	<i>idem</i>	negativo	não
V.91, p.122	1	<i>τυραννίδος</i>	grego	passado	Revolta da Jônia (Esparta tenta restabelecer a tirania em Atenas)	negativo	não

V.92, p.123 – 124 – 127 – 129	9	<i>τυραννίδας</i> <i>τυραννεύσθαι</i> <i>τύραννον</i> <i>τυράννων</i> <i>τυραννεύσας</i> <i>τυραννίδος</i> <i>τυράννω</i> <i>τυραννίς</i> <i>τυραννίδας</i>	grego	passado	Revolta da Jônia (Esparta tenta restabelecer a tirania em Atenas/ relato sobre os tiranos coríntios)	negativo	sim
V.94, p.130	1	<i>τύραννον</i>	grego	passado	<i>idem</i>	neutro	não
V.98, p.132	1	<i>τύραννος</i>	grego	presente	Revolta da Jônia	neutro	não
V.109, p.139	1	<i>τύρανοι</i>	grego	presente	<i>idem</i>	neutro	não
V.113, p.141-142	2	<i>τύραννος</i> <i>τυράννων</i>	grego	presente	Revolta da Jônia (Atenas é persuadida por Aristagoras a entrar na guerra)	neutro	sim

Livro VI

Localização	Ocorrência(s)	Forma nominal/verbal	Geografia (território grego ou bárbaro)	Cronologia (contemporânea ou não às Guerras Médicas)	Contexto	Sentido no trecho	Sinônimo monarca/ <i>basileu</i> e seus derivados nominais/ verbais
VI.1, p.07	1	<i>τύραννος</i>	grego	presente	Revolta da Jônia (1ª Guerra Médica (morte de Aristagoras))	neutro	não
VI.5, p.09	1	<i>τύραννον</i>	grego	presente	Revolta da Jônia	negativo	não
VI.9, p.11	1	<i>τυράννους</i>	grego	presente	<i>idem</i>	neutro	não
VI.10, p.11	1	<i>τύρανοι</i>	grego	presente	<i>idem</i>	neutro	não
VI.13, p.14	2	<i>τύραννος</i> <i>τύρανοι</i>	grego	presente	<i>idem</i>	neutro	não
VI.22, p.18	1	<i>τύραννον</i>	grego	presente	<i>idem</i>	negativo	não
VI.23, p.19	2	<i>τύραννος</i> <i>τύραννον</i>	grego	presente	<i>idem</i>	neutro	não
VI.34, p.25	1	<i>ἐτυράννευε</i>	grego	passado	<i>idem</i>	neutro	não
VI.36, p.26	1	<i>τύραννον</i>	grego	passado	<i>idem</i>	neutro	não

VI.43, p.65	1	<i>τυράννους</i>	grego	presente	Eventos da 1ª Guerra Médica	neutro	não
VI.104, p.104	1	<i>τυραννίδος</i>	grego	presente	<i>idem</i>	negativo	não
VI.121, p.114	1	<i>μισοτύραννοι</i>	grego	presente	Eventos da 1ª Guerra Médica (Heródoto expressa sua opinião sobre a acusação feita a alguns membros da família alcmeônida a propósito da batalha de Maratona)	negativo	não
VI.123, p.115	4	<i>μισοτύραννοι τυράννους τυραννίδα τυραννεύοντας</i>	grego	presente	<i>idem</i>	negativo	não
VI.126, p.117	1	<i>τύραννος</i>	grego	passado	Eventos da 1ª Guerra Médica (episódio do casamento da filha do tirano de Sición)	neutro	não
VI.127, p.118	1	<i>τυράννου</i>	grego	passado	<i>idem</i>	neutro	não

Livro VII

Localização	Ocorrência(s)	Forma nominal/verbal	Geografia (território grego ou bárbaro)	Cronologia (contemporânea ou não às Guerras Médicas)	Contexto	Sentido no trecho	Sinônimo monarca/ <i>basileu</i> e seus derivados nominais/verbais
VII.10, p.34	2	<i>τύραννος τυράννων</i>	grego	presente	Xerxes decide se realizará uma incursão contra a Grécia	neutro	não

VII.52, p.90	1	<i>τυραννίδα</i>	bárbaro	presente	Eventos da 2ª Guerra Médica	neutro	não
VII.99, p.109	1	<i>τυραννίδα</i>	grego	presente	<i>idem</i>	neutro	não
VII.154, p.157	2	<i>ἐτυράννευσε τυραννίδα</i>	grego	passado	Eventos da 2ª Guerra Médica (gregos pedem ajuda a Gelão, tirano de Siracusa)	neutro	sim
VII.155, p.158	1	<i>τυραννεύσαντα</i>	grego	passado	<i>idem</i>	neutro	não
VII.156, p.159	1	<i>τύραννος</i>	grego	passado	<i>idem</i>	neutro	não
VII.163, p.164	1	<i>τύραννος</i>	grego	presente	<i>idem</i>	neutro	não
VII.164, p.164	1	<i>τυραννίδα</i>	grego	passado	<i>idem</i>	negativo	não
VII.165, p.165	2	<i>τύραννος τύραννος</i>	grego	presente	<i>idem</i>	neutro	sim
VII.195, p.209	1	<i>τύραννος</i>	grego	presente	Eventos da 2ª Guerra Médica	neutro	não

Livro VIII

Localização	Ocorrência(s)	Forma nominal/verbal	Geografia (território grego ou bárbaro)	Cronologia (contemporânea ou não às Guerras Médicas)	Contexto	Sentido no trecho	Sinônimo monarca/ <i>basileu</i> e seus derivados nominais/verbais
VIII.67, p.68	1	<i>τύραννοι</i>	bárbaro	presente	Eventos da 2ª Guerra Médica	neutro	sim
VIII.85, p.79	1	<i>ἐτυράννευσε</i>	grego	presente	<i>idem</i>	neutro	não
VIII.132, p.150	1	<i>τυράννω</i>	grego	presente	Eventos finais da 2ª Guerra Médica	negativo	não
VIII.137, p.153-154	2	<i>τυραννίδα τυραννίδες</i>	bárbaro	passado	<i>idem</i>	neutro	sim
VIII.142, p.159	2	<i>τύραννος τυράννω</i>	bárbaro	presente	<i>idem</i>	negativo	não

Livro IX

Localização	Ocorrência(s)	Forma nominal/verbal	Geografia (território grego ou bárbaro)	Cronologia (contemporânea ou não às Guerras Médicas)	Contexto	Sentido no trecho	Sinônimo monarca/ <i>basileu</i> e seus derivados nominais/verbais
IX.90, p.87	2	<i>τυράννου τύραννον</i>	grego	presente	Eventos finais 2ª Guerra Médica	ambíguo	não
IX.116, p.105	1	<i>ἐτυράννευε</i>	grego	presente	<i>idem</i>	neutro	não

O levantamento apresentou um total de 130 ocorrências. Este resultado coaduna com o levantamento de Lévy (1993). Somando os itens *localização* e *ocorrência(s)*, tem-se o seguinte resultado: Livro I = 24, Livro II = 1, Livro III = 14, Livro IV = 5, Livro V = 43, Livro VI = 20, Livro VII = 13, Livro VIII = 7, Livro IX = 3.

As dificuldades encontradas no item *geografia* conduziram-me a uma tipologia inicial das tiranias nas *Histórias*. A princípio, a idéia era elencar os nomes de cada cidade na qual a tirania aparece, no intuito de constituir um mapeamento geográfico o mais preciso possível a partir dos dados oferecidos pelo documento, mas isto se tornou uma proposta inviável porque exigiria um excelente conhecimento geográfico que respeitasse as especificidades da época, competência esta que não possuo. Assim, na medida das limitações de meus conhecimentos, optei por separar o item referente à geografia em duas opções apenas: território de ocupação grega ou bárbara. O que entendo por território de ocupação grega não faz distinção entre os estabelecimentos gregos do ocidente e os estabelecimentos gregos da Grécia continental e insular, o que levo em consideração é o fator sócio-cultural comum. Já a segunda opção, diz respeito a tudo que não é grego.

Apesar da margem de erro que deve ser levada em conta em relação a este ponto por causa do problema mencionado, constatei que 68 das ocorrências referiam-se às

tirantias nas quais os governantes são gregos, tomam o poder por si próprios e exercem sua tirania em terra grega; 19 ocorrências referem-se às tirantias de governantes bárbaros em terra bárbara; e 43 ocorrências se referem às tirantias de governantes gregos ou não, em terra grega, mas que o exercício do poder só ocorre por meio de concessão – em geral dos reis persas. Assim: 1) tirania grega em território grego; 2) tirania bárbara em território bárbaro (sendo este o caso menos freqüente); 3) tirania bárbara em território grego.

Estes três tipos de tirania dispostos no item *cronologia*, formam um total de 76 referências à tirania em um contexto de tempo passado e 54 ocorrências referentes a um contexto de tempo presente. Dentre as 76 referências de tempo passado têm-se 24 incidências em sentido negativo, 43 em sentido neutro e 9 em sentido ambíguo. No que tange as incidências referentes ao presente são 14 ocorrências em sentido negativo, 32 em sentido neutro e 8 em sentido ambíguo. São um total de 75 aparições de tirania em contextos que apresentam um sentido neutro do termo, 38 nos quais ela possui um sentido negativo e 17 nos quais ela possui sentido ambíguo. Sendo o sentido neutro o sentido predominante, vem a propósito entender a maneira como o autor administra os outros sentidos na narrativa:

***Ocorrências com sentido ambíguo**

Localização	Ocorrência(s)	Contexto
I.59	2	Creso (estória de Pisistrato)
I.62	1	<i>idem</i>
I.64	2	<i>idem</i>
III.81	2	debate persa
III.143	1	Dario (morte de Polícrates)
V.37	3	Revolta da Jônia (Aristagoras se rebela contra Dario)
V.38	2	<i>idem</i>
V.46	1	Revolta da Jônia (problema sucessório em Esparta)
V.49	1	Revolta da Jônia (Aristagoras em Esparta)
IX.90	2	eventos finais 2ª Guerra Médica

***Ocorrências com sentido negativo**

Localização	Ocorrência(s)	Contexto
I.96	2	origem de Ciro (estória de Deioces)
III.80	1	debate persa
IV.137	3	Dario x Citas
V.55	3	relato sobre o fim da tirania em Atenas
V.62	2	<i>idem</i>
V.64	1	<i>idem</i>
V.65	1	<i>idem</i>
V.66	1	<i>idem</i>
V.78	2	eventos após o fim da tirania em Atenas
V.91	1	<i>idem</i> (Esparta quer reinstalar a tirania em Atenas)
V.92	9	<i>idem</i>
VI.5	1	Revolta Jônia
VI.22	1	<i>idem</i>
VI.104	1	1ª Guerra Médica (Miltíades é acusado de comportar-se como tirano)
VI.121	1	<i>idem</i> (Heródoto defende os Alcmeônidas)
VI.123	4	<i>idem</i>
VII.164	1	2ª Guerra Médica
VIII.132	1	final da 2ª Guerra Médica
VIII.142	2	<i>idem</i> (Esparta pede que Atenas não se alie aos bárbaros)

A narrativa sobre a morte de Polícrates de Samos no *lógos* sobre Dario é um bom ponto de partida:

Em Samos, o poder estava nas mãos de Maiandrios, filho de Maiandrios, que havia recebido o governo de Polícrates na qualidade de regente. Ele quis se mostrar o mais justo dos homens, mas não conseguiu. Quando lhe foi anunciada a morte de Polícrates, foi isso o que ele fez: primeiramente, ele construiu um santuário para Zeus Libertador e traçou ao seu redor o muro de um temenos, que existe ainda hoje na periferia. Isto feito, ele convocou uma assembléia com todos os cidadãos e lhes disse: “É a mim, vós sabeis muito bem, que foram confiados o cetro e todo o poder de Polícrates, e hoje tenho a oportunidade de reinar sobre vós. Mas, de minha parte, eu evitarei o máximo possível fazer o que eu reprovoo nos outros, pois Polícrates não possuía minha aprovação quando ele reinava como déspota sobre homens que eram seus iguais, e nenhum outro que aja do mesmo modo a possuiria. Ora, Polícrates cumpriu seu destino, e eu coloco o poder em comum, eu proclamo para vós a igualdade. Todavia, eu acho justo que me sejam atribuídas as seguintes vantagens: que destinem-se a mim, dos bens de Polícrates, seis talentos e, além disso, eu reclamo para mim e para todos os meus descendentes o sacerdócio de Zeus Libertador, ao qual eu mesmo consagrei um santuário e em nome do qual eu concedo-lhes a liberdade.” Tais foram as propostas que Maiandrios fez aos sâmios,

mas um deles se levantou e disse: “Mas tu não és digno de nos governar, homem de nada, peste que és. Pense mais em nos prestar contas das riquezas que administrou.” Esse que proclamava tais palavras gozava de consideração entre os cidadãos, ele se chamava Telesarcos. Maiandrios compreendeu que, se renunciasse ao poder, algum outro se estabeleceria em seu lugar como tirano. A partir de então, ele abandonou a idéia de renunciar. Após ter se retirado para a acrópole, ele convocou um a um [dos principais cidadãos] sob o pretexto de prestar contas do dinheiro e os aprisionou. Quando eles foram presos, Maiandrios, em seguida, adoeceu. Pensando que ele iria morrer, seu irmão, chamado Licaretos, para poder tornar-se mais facilmente o senhor dos negócios de Samos, condenou à morte todos os prisioneiros, pois eles não desejavam, ao que parece, ser livres (HERÓDOTO, III.142-143).

No capítulo anterior foi comentado que o principal fator do surgimento das tiranias na Grécia foi o conflito por poder entre as casas aristocráticas e que o principal beneficiário da política dos tiranos foi o *demos*. A camada popular – em contraposição à antiga ordem aristocrática e incluindo nessa categoria os indivíduos de posses vinculados a outros tipos de atividades que não a posse de terra – não se manifesta a respeito da legitimidade ou insatisfação em relação ao governo do tirano. A única reclamação vem do cidadão Telesarcos, o qual argumenta que Maiandros não era digno de governar os sâmios. Heródoto também se manifesta a respeito deste evento, não para argumentar sobre má administração ou abuso de poder, mas porque “os sâmios não queriam ser livres”.

Em V.66, Heródoto observa que Atenas se tornou mais poderosa com a expulsão dos tiranos e narra as reformas empreendidas por Clístenes:

[...] Relatarei, antes de qualquer outra coisa, tudo o que, depois de sua libertação, eles [atenienses] fizeram ou a que se submeteram de memorável antes que a Jônia se revoltasse contra Dario e que Aristagoras de Mileto chegasse a Atenas para pedir socorro.

Atenas, que antes já era poderosa, tornou-se ainda mais assim que se livrou de seus tiranos. Dois homens eram os mais poderosos: Clístenes, da família dos Alcmeônidas, que dizem ter subornado a Pítia, e Isagoras, filho de Tesandro, de uma casa distinta mas cuja origem eu não saberia dizer. Os membros de sua família sacrificam a Zeus Cário. Esses dois homens disputavam o poder e Clístenes, que estava em desvantagem, fez com que o povo tomasse seu partido. Em seguida, ele repartiu os atenienses em dez tribos – até então eram quatro. Suprimiu seus nomes emprestados dos filhos de Íon, Geleon, Aigicoreus, Argades e Hoples, e imaginou outros, tomados de outros heróis, heróis nacionais, exceto o de Ajax, a quem ele conferiu, mesmo que estrangeiro, o título de vizinho de Atenas e de aliado⁶² (HERÓDOTO, V.65-66).

⁶² Note-se que Clístenes só buscou apoio popular quando do fracasso de suas alianças políticas.

Já foi mencionado que Heródoto era de família abastada e que ele e sua família tiveram grandes problemas políticos na sua *pólis* de origem com o tirano local, o que fez com que ele passasse boa parte de sua vida exilado, mantendo um vínculo especial com a *pólis* ateniense. Devido a esta experiência pessoal, penso ser plausível supor que talvez Heródoto tenha encontrado na constituição ateniense, mesmo na sua condição de estrangeiro, uma solução para a participação no poder da qual muitas famílias aristocráticas tinham sido privadas com as tiranias – dentre elas a sua própria.

Penso o termo *solução* como uma espécie de convicção pessoal que o autor tivesse adquirido observando e se identificando com algo que deu certo, no caso, a constituição democrática. Isto porque, mesmo sob a democracia, deveria haver todo um preparo que o homem comum não dispunha para fazer política. Falava na assembleia quem sabia falar, quem estava preparado para tanto, o que de certa forma conduzia a antiga aristocracia, até então privada de autoridade por causa dos tiranos, reencontrar suas prerrogativas políticas.

Mas, enfim, seja por este motivo ou por qualquer outro, os dados apontam que Heródoto tinha sim certa inclinação a julgar a tirania como algo ruim, como se pôde notar nessas duas últimas citações e em algumas outras que tratarei logo mais. É válido observar que pode-se entender isso apenas como uma certa inclinação do autor, não a concepção que predomina ao longo da obra. Como já foi observado anteriormente, das 130 ocorrências apenas 38 têm um sentido negativo claro. Um ponto interessante, no entanto, é que das 38 ocorrências da tirania com sentido negativo, 28 estão em contexto ateniense.

A passagem mais surpreendente em número de ocorrências é V.92, com 9 incidências. Nela, tem-se o relato dos coríntios sobre a tirania em sua *pólis* a propósito da assembleia na qual Esparta, sentindo-se ameaçada pelo crescimento do poderio dos atenienses, tentava reinstalar a tirania em Atenas:

[...] Então, em posse desses oráculos e vendo que os atenienses cresciam e que eles não estavam de forma alguma dispostos a obedecer suas ordens, os lacedemônios compreenderam que o povo de Atenas, livre, se tornaria capaz de se equiparar a seu próprio povo, enquanto que dominado por tiranos, ele estaria sem poder e pronto para obedecer. Percebendo isso, eles mandaram buscar em Sigeion, no Helesponto, Hípias, filho de Pisístrato. Quando ele respondeu ao chamado, eles convocaram também representantes de seus aliados e disseram o seguinte: “Aliados, nós temos consciência de que não agimos bem: incitados por falsos oráculos, nós expulsamos da pátria homens que estavam unidos a nós por laços estreitos de hospitalidade e que se engajaram em manter Atenas sob nossa sujeição. Isso feito, nós devolvemos a cidade a um povo ingrato. Quando ele, graças a nós, tornou-se livre e reergueu a cabeça, ele nos caçou ignominiosamente, a nós e a nosso rei; vieram-lhe idéias de glória e ele cresceu, como aprenderam de forma muito clara seus vizinhos, os beócios e os calcídios, e outros também não tardarão a aprender que terão cometido um erro de cálculo. Uma vez que nós cometemos um, ao agir da maneira que agimos, nós tentaremos agora, convosco, reparar este erro. Tal é precisamente o motivo pelo qual nós fizemos que Hípias viesse e também vós de vossas cidades: para levá-lo a Atenas em comum acordo e com forças comuns, e devolver a ele exatamente aquilo de que o privamos.”

Assim falaram os lacedemônios, e a maioria dos aliados não acolheu favoravelmente esse discurso. Todos guardaram silêncio, exceto Sócles de Corinto, que tomou a palavra: “Em verdade, o céu vai ficar debaixo da terra e a terra vai pairar sobre o céu, os homens vão fixar suas residências no mar e os peixes aqui onde havia homens, pois vós, lacedemônios, ao arruinar os regimes igualitários, vós vos preparais para restabelecer nas cidades regimes tirânicos, o que há de mais injusto e sangüinário. Se vós realmente julgais bom que as cidades estejam submetidas a tiranos, comecem por estabelecer um em seu próprio território antes de tentar estabelecer um no território alheio. Mas no momento, sem querer para si a experiência da tirania, cuidando severamente para que ela não se instale em Esparta, é assim que vós desejais, erroneamente, introduzi-la nas cidades de seus aliados; se vós tivésseis a experimentado como nós, vós poderíeis dar sobre o assunto opiniões mais sábias que a de hoje.

A constituição política da cidade de Corinto era tal como vou dizer: uma oligarquia, cujos membros, denominados Baquíadas, governavam a cidade, casando suas filhas e casando-se entre si. Anfíon, que era desse clã, teve uma filha coxa, que se chamava Labda. Nenhum Baquíada queria tomá-la por esposa; seu marido foi Eetion, filho de Equecrates, do burgo de Petra, mas de origem lapita e descendente de Caineus. Como não tinha filhos, nem dessa nem de outra mulher, Eetion foi a Delfos para saber se poderia tê-los. Mal ele havia entrado, a Pítia o recebeu com esses versos: ‘Eetion, ninguém te honra, embora muito mereças ser honrado. Labda está grávida. Ela gerará uma pedra rolante que se abaterá sobre os homens reinantes e castigará Corinto.’ Este oráculo, destinado a Eetion, foi de alguma maneira relatado aos Baquíadas. Eles não haviam encontrado sentido no oráculo que tinham recebido anteriormente sobre Corinto, que aludia ao mesmo assunto que o de Eetion e era composto pelos seguintes termos: ‘Uma águia está grávida em meio aos rochedos. Ela terá por filho um leão forte e feroz que partirá os joelhos de muitos. Pensem bem, coríntios que habitam em torno da bela Pirene e da grandiosa Corinto.’ Este oráculo, dado anteriormente aos Baquíadas, não permitia nada conjecturar, mas quando tomaram conhecimento daquele recebido por Eetion, logo compreenderam também o anterior, que estava de acordo com o segundo. Mas, tendo-o compreendido também, nada foi dito. A intenção deles era acabar com a criança que nasceria de Eetion. Logo após o parto da mulher, eles enviaram dez dos seus homens ao distrito em que Eetion habitava para matar o recém-nascido. Ao chegar em Petra, eles se apresentaram no pátio de Eetion e pediram para ver criança. Labda, que sequer imaginava o motivo de sua vinda, pensou que eles faziam esse pedido por amizade ao pai. Ela trouxe o bebê a eles e o colocou nas mãos de um deles. Ora, eles haviam decidido no caminho que o primeiro que o segurasse o esmagaria contra o chão. Quando Labda trouxe o bebê e o entregou, uma coincidência divina quis que ele sorrisse ao homem que o havia recebido. Esse homem, ao perceber isso, foi contido de matar a criança por um assomo de piedade. Com compaixão, ele o

entregou a um outro, este a um terceiro, e assim todos os dez o tiveram em mãos sem que ninguém quisesse matá-lo. Eles o devolveram, então, à sua mãe e saíram. Parados na porta, eles se encheram de acusações, censurando principalmente aquele que primeiro havia recebido a criança por não fazer o que havia sido combinado. Enfim, após algum tempo, eles decidiram voltar para que todos participassem do assassinato. Mas era necessário que o descendente de Eetion fosse, para Corinto, germen de infortúnios. Com efeito, Labda, encostada na porta, escutava tudo o que eles diziam. Temendo que eles não mudassem de opinião e que lhe tomassem seu filho para matá-lo, ela o pegou e o escondeu onde pensava que jamais imaginariam em procurá-lo, em uma arca, pois ela estava convencida de que, se eles retornassem e dessem início a uma busca, procurariam por toda parte. Foi o que aconteceu. Eles entraram, procuraram, mas a criança não foi encontrada. Eles decidiram partir e dizer àqueles que os haviam enviado que cumpriram tudo aquilo de que foram incumbidos. Eles se retiraram, então, e mantiveram esse discurso.

Em seguida, o filho de Eetion cresceu e, como lembrança do perigo de que ele escapou, recebeu um nome baseado na denominação de arca, Cípselos. Quando ele chegou à idade adulta, Cípselos recebeu em Delfos, onde se consultava, uma resposta plenamente favorável. Confiando nessa resposta, ele atacou Corinto e a conquistou. Este foi o texto do oráculo: 'Feliz este homem vindo até minha casa, Cípselos, filho de Eetion, rei da ilustre Corinto. Ele e seus filhos, mas não os filhos de seus filhos.' Essa era a resposta do oráculo. E assim se comportou Cípselos quando se tornou tirano: ele baniu muitos coríntios, privou-os de seus bens e muitos do direito à vida. Após um reinado de trinta anos e uma vida formada até o fim por dias felizes, ele teve por sucessor no poder seu filho Periandro.

Periandro, no início, era mais brando do que seu pai, mas após se relacionar por intermédio de mensageiros com Trasíbulo, tirano de Mileto, ele se tornou ainda mais cruel que Cípselos. Ele havia enviado um arauto a Trasíbulo e fez com que perguntasse a ele qual política deveria estabelecer para ter o máximo de segurança e melhor manter a cidade sob suas leis. Trasíbulo levou o emissário de Periandro para fora da cidade e entrou em um campo semeado. Percorrendo um trigal, ele questionava repetidamente o arauto a respeito de sua vinda de Corinto e, ao mesmo tempo, cortava todas as espigas que ele considerava que superavam as demais, e, cortadas, jogava-as na terra até que, fazendo isso, houvesse destruído o que havia de mais belo e elevado nesse trigal. Após ter percorrido o campo, sem fornecer sequer uma palavra de conselho, ele dispensou o arauto. Quando este retornou a Corinto, Periandro procurou apressadamente se informar sobre o conselho esperado. O arauto respondeu que Trasíbulo não havia dado nenhum e que ele se admirava que Periandro o tivesse enviado junto a tal homem, assim louco e destruidor de seus bens, e contou o que havia visto Trasíbulo fazer. Periandro compreendeu o sentido dessa ação: ele entendeu que o conselho de Trasíbulo era condenar à morte os cidadãos que superassem os demais. A partir de então, não houve nenhuma maldade que ele não realizasse contra os coríntios. Todos aqueles que Cípselos havia deixado por matar ou banir, Periandro o fez, e em um único dia ele fez com que tirassem as roupas de todas as mulheres de Corinto para honrar sua própria mulher, Melissa. Ele havia enviado deputados ao território dos tespróticos, às margens do rio Aquêron, para consultar o oráculo dos mortos sobre um depósito feito por um estrangeiro. Melissa apareceu e declarou que não indicaria nem revelaria em que lugar se encontrava esse depósito porque ela estava nua e com frio, pois as roupas que ele havia enterrado com ela não lhe serviam para nada, uma vez que não foram queimadas. Ela disse ainda que o seguinte detalhe seria, para ele, uma prova de que dizia a verdade: ele havia posto seus pães no forno frio. Quando essa resposta foi levada a Periandro – que reconheceu, pelo sinal dado, que podia confiar nela pois ele havia se unido com Melissa depois dela estar morta –, logo depois do recebimento da mensagem, ele ordenou mediante uma proclamação que todas as mulheres dos coríntios fossem para fora da cidade, ao templo de Hera. Elas foram para lá como se se tratasse de uma festa, ostentando seus mais belos adornos. Mas ele, que havia colocado seus guardas a postos, fez com que todas fossem igualmente despidas, mulheres livres e servas. Fez com que os despojos fossem amontoados em um fosso e os queimou enquanto fazia preces a Melissa. Isto feito, ele ordenou que fossem

consultá-la uma segunda vez, e o espectro de Melissa indicou em que lugar ela havia posto o depósito do estrangeiro.

Aí está, saibam-no bem, ó lacedemônios, o que é a tirania, é assim que ela age. Nós, coríntios, ficamos grandemente surpresos desde o primeiro momento quando os vimos trazer de volta Hípias. Hoje, nós o estamos ainda mais pela linguagem que vós sustentais. Nós vos rogamos, em nome dos deuses dos gregos, que não estabeleçais tiranos nas cidades. Vós não desistireis de vossos desígnios? Vós ireis emprender, contra toda a justiça, o retorno de Hípias? Saibam que, pelo menos os coríntios, não vos aprovam (HERÓDOTO, V.91-92)⁶³.

Mas mesmo o sentido negativo aqui é um pouco questionável, tendo em vista o contributo de Cipselos e Periandro a Corinto, conforme mencionamos no capítulo anterior, e a própria administração da justiça por parte de Periandro, a qual pode ser observada no relato sobre Árion, o aedo salvo por um delfim em alto mar (I.23), e mesmo pelo fato de ter sido incluído em uma tradição que fazia dele um dos Sete Sábios da Grécia.

Alguns autores acreditam que Heródoto estabelece uma relação direta com Atenas nessa passagem. Gray, por exemplo, percebe aqui uma relação entre o surgimento da tirania coríntia com o desenvolvimento do poderio ateniense, de maneira que, apesar da diferença no surgimento de ambos, eles estariam fadados a causar danos: o estado livre nos outros estados gregos, e a tirania dos Cipsélidas nos outros grupos da cidade (GRAY, 1996, p.386). Salmon já cogita a possibilidade da parábola sobre as espigas conter uma metáfora para o estabelecimento da igualdade, pois o efeito de se cortar as espigas que se sobressaem é o mesmo do ostracismo na democracia (SALMON *in* MITCHELL and RHODES, 1997,

⁶³ Gostaria de ressaltar novamente aqui as várias apropriações que são feitas da idéia de tirania, conforme tratado no capítulo II. Se aqui os espartanos querem reinstaurar a tirania em Atenas, em VIII.142, a propósito de uma possível aliança dos atenienses com o bárbaro durante a guerra, eles parecem ter uma linha de pensamento que vai no sentido contrário: “[...] Quando Alexandre terminou de falar, os deputados de Esparta disseram por sua vez: ‘Os lacedemônios nos enviaram para vos pedir que não façais nada contra a Grécia e que não acolhais as propostas do Bárbaro. Isso seria injusto sob todos os pontos de vista e não honraria a qualquer grego, e, por muitas razões, a vós menos que aos demais, pois vós suscitastes essa guerra, enquanto nós não a queríamos. Foi pela defesa do vosso território que o conflito se iniciou, o conflito que agora se estende a toda a Grécia. Além disso, mesmo que essas razões não existissem, é completamente inadmissível que sejam os atenienses os responsáveis pela servidão da Grécia, vós que vos mostrais, em benefício de muitos povos, os paladinos da liberdade em todas as circunstâncias desde os tempos antigos. Nós compartilhamos de vossos infortúnios porque até agora vós fostes privados de duas colheitas e porque há muito tempo vossas moradias e bens foram devastados; em compensação, os lacedemônios e seus aliados se oferecem para alimentar vossas mulheres e todos os membros de vossas famílias que não possam servir no exército enquanto durar esta guerra. Não vos deixais convencer pelo macedônio Alexandre, que se esforça para tornar aceitáveis as propostas de Mardonios. Com isso, ele fará o que ele deve fazer: sendo um tirano, ele age de acordo com um tirano. Vós não deveis fazer o que ele diz se sois sensatos, sabendo que não há entre os bárbaros nem fé, nem verdade.’ Assim falaram os deputados.” (HERÓDOTO, VIII.142).

p.60). Mas independente disto o fato é que, entendendo a narrativa da tirania em Corinto relacionada a contexto ateniense ou não, no caso de se entendê-la como não relacionada, ainda fica o equivalente a 50% ($28 - 9 = 19$, de um total de 38) das ocorrências negativas relacionadas a contexto ateniense.

Do meu ponto de vista, esses dados se explicam da seguinte maneira: 1) Heródoto tinha uma opinião pessoal sobre a tirania que era sim influenciada pelo universo político de Atenas, mas ele enfrentava o problema de que a convicção política com a qual se identificava não era a mesma de todos os outros gregos – aqui tenho em vista a problemática abordada no capítulo II –; 2) fora esta constatação, não há um conceito de tirania na obra e isto não era um problema que se colocava para o autor.

Norma Thompson (1996) vem de encontro ao que ela chama de “tradição racionalista do ocidente” ou “herança epistemológica do ocidente”. Segundo ela, tal tradição consiste na busca de categorias lineares e estáveis para a explicação dos fenômenos, isto é, em construções intelectuais sistemáticas que têm como parâmetro as ciências naturais, as quais explicariam os vários aspectos da realidade, inclusive os sociais. Esta tradição teria se iniciado com Aristóteles.

A autora parte da idéia heideggeriana do ser como “ser-no-mundo”, nas palavras de Steiner (*apud* THOMPSON 1996, p.03). O ser, dentro desta perspectiva, não tem como pressuposto nenhuma formulação abstrata acerca de sua natureza ou existência, mas se revela paulatinamente através de suas experiências, por meio de um processo fenomenológico:

[...] grupos existem, definidos por sua estória de grupo. Neste sentido, isto nos faz perceber que o marco mais significativo no mapa intelectual que eu referi anteriormente ainda tem de ser identificado: Martin Heidegger.⁶⁴ Seu apelo para a

⁶⁴ A autora se refere ao fato de que muitos de seus colegas e leitores advertem-na no sentido de que ela ofereça uma orientação de como sua posição pode ser situada em meio aos vários debates contemporâneos, como o novo historicismo (François Hartog), os debates sobre a objetividade (Hayden White, Peter Novick), os debates sobre desconstrução (Derrida, Foucault) e hermenêutica (Gadamer), construções narrativas de identidade política

dimensão poética dos pré-socráticos é motivada pelo desejo de identificar uma experiência de pensamento mais autêntica – uma experiência que se situa antes da filosofia e antes de Aristóteles. Nosso esforço de debater a favor de uma leitura das *Histórias* que toma isto seriamente como um trabalho digno da malignidade de Aristóteles é similarmente motivado: Heródoto poderia bem representar o mesmo tipo de possibilidade libertadora para nosso pensamento que Heidegger identificou em Parmênides e Heráclito. E a ontologia de Heidegger, nas palavras de George Steiner, é “densamente imanente” (e por esta razão herodotiana), pois isto não chega “na inferência do transcendente, na tentativa de situar a verdade e os valores éticos em um abstrato ‘além’. Ser é ser-no-mundo.” [...] (THOMPSON, 1996, p.03).

Não obstante, sua proposta não é realizar uma leitura heideggeriana de Heródoto, antes, ela pretende mostrar que

Nesse sentido, Heródoto parece ambos, pré-socrático e surpreendentemente pós-moderno. Ele parece “contra teoria” ou, mais apropriadamente, pré-teoria. Ele não explica, ele mostra. Para os muitos intelectuais preocupados hoje, o movimento contra teoria é um ataque à tradição racionalista ocidental porque isto ataca o pensamento linear, isto é, o pensar reto, direto. Heródoto não é um pensador direto, mas tampouco ele representa o modo cíclico de percepção histórica em contraste com o progressivo – como estabelecido na familiar descrição da diferença fundamental entre os mundos antigo e moderno. O modo da percepção histórica de Heródoto permite, de fato conta com, a mudança histórica e algumas vezes mesmo progressão. Isto reconhece a dinâmica estabelecida dos fatores e inclui ações coletivas e individuais que podem transformar a comunidade política para melhor ou pior (THOMPSON, 1996, p.05).

Tendo em conta que a aparição de uma definição mais elaborada em relação à idéia de tirania ocorre na época de Aristóteles e que esta tradição vai marcar mesmo a historiografia sobre Heródoto em geral como, por exemplo, a discussão secular de seu estatuto como historiador; minha opinião é que não era uma preocupação de Heródoto fornecer um modelo ou idéia fixa a respeito da tirania, de maneira que a discussão acerca de seus predicativos na obra é um problema mal colocado, uma leitura anacrônica da narrativa, pois pressupõe o entendimento da tirania a partir de uma categoria com sentido universalmente aceito, atribuindo-lhe um significado pressuposto, estável e compartilhado.

Assim, dentro da perspectiva apresentada por Thompson, consegui entender os outros itens da tabela que até então, a meu ver, não apresentavam informações significativas.

A questão era justamente que a ausência do que eu julgava que seriam “informações

(Rorty, MacIntyre) e teoria cultural (Said), dentre outros – este quadro e suas designações são da própria autora (THOMPSON, 1996, p.02).

relevantes” já era por si só uma informação relevante, pois o uso pouco sistemático que Heródoto faz das formas verbo-nominais de *τυρανν-*, dos seus sinônimos *μονναρχ-* e *βασιλ-*, e mesmo os usos dos sentidos atribuídos aleatoriamente, seja do ponto de vista cronológico, seja do ponto de vista da tipologia de tiranias aqui estabelecida, constituía uma espécie de marca idiossincrática que estabelecia sentido ao texto.

Dessa forma, é a relação de Heródoto com Atenas que dá sentido aos outros dados e justifica aparentes incoerências, pois fora deste contexto a tirania não era um problema que se colocava para as outras comunidades gregas e mesmo um conceito ou definição sistemática da tirania não era uma questão posta para o autor. Trata-se apenas do que me parece ser uma certa convicção pessoal sua. Vejam-se alguns exemplos:

Alguns autores empreenderam esforços no intuito de estabelecer uma distinção entre os termos *τυρανν-*, *μονναρχ-* e *βασιλ-*, enquanto outros buscaram mostrar que tal distinção não é algo significativo de fato⁶⁵.

Em Heródoto, não há uma estabilidade nos sentidos de *τυρανν-* na narrativa (ora neutro, ora negativo, ora ambíguo), bem como também não há uma distinção clara entre *μονναρχ-*, *βασιλ-* e *τυρανν-*. As duas primeiras funcionam como sinônimo da última em muitos casos, a despeito de *βασιλ-* ser de longe o sinônimo mais recorrente e mesmo sua raiz ser bem mais numerosa em número de ocorrências do que *τυρανν-*, 860 no total, segundo a análise de Lévy (1993). O famoso debate persa é um bom exemplo para esclarecer estes pontos.

Reunidos em uma assembléia para a decisão de como seria a organização política da Pérsia a partir daquele momento, os persas discutem sobre a melhor forma de governo:

⁶⁵ Vejam-se os textos de Lévy (1993) e Oost (1976).

Assim que o tumulto se acalmou e se passaram cinco dias, aqueles que se haviam rebelado contra os magos deliberaram sobre a situação, e pronunciaram-se discursos que certos gregos consideraram incríveis, mas que, todavia, foram pronunciados.

Otanes defendia que colocassem à disposição de todos os persas a direção do governo. Ele dizia: “Em minha opinião, um único homem não deve ter mais autoridade monárquica sobre nós, pois isso não é nem agradável nem bom. Vós vóis até que ponto foi levado o orgulho insolente de Cambises, e vós provastes também o orgulho insolente do mago. Como seria a monarquia bem ordenada, quando é permitido fazer o que bem se entende, sem ter de prestar contas? O melhor homem do mundo, se investido dessa autoridade, seria, com efeito, levado por ela para fora de seus pensamentos habituais. A prosperidade da qual ele regozija faz nascer nele a insolência orgulhosa, e a inveja é intrínseca ao homem de todos os tempos. Possuindo esses dois vícios, o monarca possui em si toda a maldade: o orgulho faz com que ele cometa muitos atos desvairadamente criminosos; a inveja faz o mesmo. Na verdade, o tirano, mais que qualquer outra pessoa, deveria ignorar a inveja, pois ele possui todos os bens, mas é exatamente o oposto que ele expressa através de suas atitudes em relação aos cidadãos: ele inveja os bons cidadãos e é bem disposto com os piores; ele acolhe calúnias muito bem. Não há nada de mais inconseqüente: se alguém o admira moderadamente, ele o quer mal por não adulá-lo suficientemente; se o adulamos muito, ele nos quer mal como vis bajuladores. E vou dizer o que é ainda mais grave: ele subverte os costumes ancestrais, ele violenta as mulheres, ele condena à morte sem julgamento. O governo do povo, ao contrário, começa por ter o mais belo de todos os nomes: isonomia⁶⁶. Além disso, ele não faz nada do que faz o monarca: as magistraturas são obtidas através do sorteio, presta-se contas da autoridade exercida, todas as deliberações são submetidas ao povo. Eu opino, então, para que renunciemos à monarquia e que elevemos o povo ao poder, pois é no número que tudo reside.”

Tal foi a opinião que apresentou Otanes. Mas Megabizo queria que confiassem a gestão a uma oligarquia. Ele dizia: “O que disse Otanes sobre abolir o regime tirânico, considerem-no dito por mim também, mas quando ele tentava convencê-los de conferir o poder ao povo, ele se afastou da opinião mais sábia. Pois não existe nada mais insolente que uma multidão que não serve para nada e, com certeza, escapar da insolência de um tirano para cair na do povo desgovernado é algo que certamente não saberíamos tolerar. Um, se faz alguma coisa, o faz conhecendo a causa; o outro não é sequer capaz desse discernimento. Mas como poderia, não tendo recebido instruções nem nada visto de bom por si mesmo, empurrando as questões em que se lança sem reflexão, como um rio de forte correnteza? Que aqueles que desejam mal aos persas, então, usem a democracia. Quanto a nós, escolhamos um grupo de homens entre os melhores e confirmamos a eles o poder, pois com certeza estaremos nós mesmos entre eles, e é de acordo com a lei da verossimilhança que os melhores homens tomam as melhores decisões.”

Tal era a opinião de Megabizo. O terceiro, Dario, expôs sua opinião nos seguintes termos: “Para mim, o que disse Megabizo a respeito do regime popular me parece muito bem colocado, mas não aquilo que dizia a respeito da oligarquia. Dos três regimes que nos são oferecidos, todos os três são, hipoteticamente, os melhores possíveis: a democracia, a oligarquia e o regime monárquico, mas eu afirmo que este último é de longe o melhor. Nada seria preferível a um governante único se ele é o melhor. Tendo pensamentos de acordo com seu próprio discernimento, ele pode exercer sobre o povo uma tutela irrepreensível, e é com ele que melhor podem ser mantidas em segredo as decisões que dizem respeito aos inimigos. Na oligarquia, entre os muitos homens que manifestam seus méritos pelo interesse comum, habitualmente nasce violentas inimizades pessoais, pois o fato de cada um querer liderar e ver triunfar suas opiniões faz com que todos passem a se detestar fortemente; das inimizades nascem as discórdias, das discórdias os homicídios, e os homicídios conduzem à monarquia, o que mostra o quanto o último regime é melhor. Quando é o oposto e o povo detém o poder, é inevitável que a maldade se desenvolva. Ora, quando a maldade se desenvolve no domínio das coisas públicas, não são inimizades que nascem entre os maldosos, mas sim violentas amizades, pois

⁶⁶ Igualdade de direitos civis e políticos (HÉRODOTE, III.80, p.132, nota 02).

aqueles que causam mal ao Estado o fazem conspirando entre si. É assim até o momento em que um homem, ao se declarar o protetor do povo, coloca fim aos seus delitos. Esse homem, por conseqüência, passa a ser admirado pelo povo e, admirado, é proclamado monarca, o que prova mais uma vez que a monarquia é o que há de melhor. E para dizer tudo em poucas palavras: de onde nos veio a liberdade? Quem a nos deu? O povo, a oligarquia ou a monarquia? Eu mantenho, então, a opinião que, libertos graças a um único homem, nós conservemos o governo de um homem só e, independentemente disso, que nós não invertamos as instituições de nossos antepassados enquanto elas ainda são sólidas. Isso não traria nenhuma vantagem.” Tais foram as três opiniões propostas. Os outros quatro, entre os sete, alinharam-se à última. Otanes, que desejava fortemente estabelecer entre os persas a isonomia, não conseguindo fazer com que sua opinião triunfasse, disse então no meio da assembléia: “Companheiros, como é evidente desde já que um de nós deve se tornar rei, seja ele designado por sorteio, seja ele escolhido pelo povo persa ou seja ele selecionado de qualquer outro modo, eu não entrarei em competição convosco, pois eu não quero comandar nem ser comandado. Eu renuncio ao poder sob esta condição: que eu não esteja sob as ordens de nenhum de vós, nem meus descendentes.” Assim ele falou, e os seis concordaram com essas condições. Ele não entrou, portanto, em rivalidade com eles, mas se manteve fora da competição. E atualmente a casa de Otanes ainda é a única livre entre os persas; ela não se submete a não ser que o queira, desde que não transgrida as leis dos persas. [...] (HERÓDOTO, III, 80-83; grifo meu).

No texto em grego *τυρανν*- aparece apenas uma vez em III.80 e duas em III.81, sendo que no primeiro tem sentido nitidamente negativo enquanto no segundo tem sentido ambíguo. Em III.80, Otanes defende a democracia denegrindo o governo de um único homem, enquanto no capítulo seguinte, ao se fazer a defesa da oligarquia, democracia e tirania são regimes inferiores, mas a tirania aparece como algo que se sobrepõe à democracia.

O interessante nesses dados é que em III.80, onde o governo de um único homem é expresso abertamente como algo ruim, *τυρανν*- aparece apenas uma vez, enquanto *μοναρχ*- aparece quatro vezes e mais cinco vezes em III.82 (neste capítulo *τυρανν*- não aparece nenhuma vez), momento em que se argumenta a favor do governante único.

Outras passagens interessantes são as que se referem aos tiranos de Mileto, Aristagoras e Histieus:

[...] Foi Iatragoras quem foi enviado para isso. Ele se apoderou, mediante um ardil, de Oliatos, filho de Ibanolis de Milasa; de Histieus, filho de Timnes de Termere; de Coes, filho de Erxandros, a quem Dario havia oferecido Mitilene; de Aristagoras, filho de Heracleides de Cime; e de muitos outros. A partir de então, Aristagoras se rebelou declaradamente e assim passou a utilizar todos os meios possíveis para prejudicar Dario. Primeiramente, ele renunciou à tirania e estabeleceu em Mileto a igualdade de direitos para que os milésios decidissem de bom grado se associar à sua rebelião. Em seguida, ele estabeleceu o mesmo regime no resto da Jônia. Alguns dos

tiranos foram expulsos por ele; quanto aos homens que haviam sido capturados por suas ordens nas naus que o acompanharam a Naxos, ele os libertou e entregou cada um deles à sua cidade de origem, querendo agradar as mesmas. Coes, logo que foi entregue aos mitilênios, foi conduzido por eles para fora de seu território e morto a pedradas; os cimeus libertaram seu tirano; e outros, a maioria, fizeram o mesmo. A tirania foi então abolida em todas as cidades e, quando ele a aboliu, Aristagoras de Mileto ordenou a cada uma delas que estabelecessem estrategos. Em seguida, ele partiu em uma trirreme em missão para a Lacedemônia, pois ele tinha necessidade de encontrar em algum lugar um poderoso aliado (HERÓDOTO, V.37-38).

Este trecho não possui obrigatoriamente uma carga negativa. A abolição dos regimes tirânicos nessas cidades não ocorre por qualquer tipo de boa vontade ou convicção política de que tal caminho seria o melhor, mas sim para servir a um propósito específico: afrontar Dario. Mais interessante ainda é o fato de, mesmo as tiranias tendo sido abolidas, Aristagoras continuar sendo o tirano de Mileto:

Aristagoras, tirano de Mileto, chegou então a Esparta no tempo em que Cleomenes detinha o poder. Quando foi consultá-lo, de acordo com o que dizem os lacedemônios, trazia uma plaqueta de couro em que estavam gravados os contornos de toda a terra, todo o mar e todos os rios. E, iniciando a conversa, ele lhe disse: “Cleomenes, não se surpreenda com minha pressa para vir aqui. Eis, de fato, qual é a situação presente: os filhos dos jônios, ao invés de serem livres, são escravos, motivo grande de vergonha e de pena para nós mesmos, mas também, além de nós, para vós, uma vez que estais no primeiro lugar na Grécia. Então, em nome dos deuses gregos, libertem da servidão os jônios, homens do mesmo sangue que vós. Vos é fácil realizar este feito. Os bárbaros, de fato, não possuem poder militar, enquanto vós conquistastes através da guerra o ponto mais alto de valor. [...] os habitantes deste continente possuem mais riquezas que todos os demais povos unidos, começando pelo ouro, depois prata e couro, estofados bordados, bestas de carga e escravos. Estas riquezas, se vosso coração o desejar, podereis tê-las para vós. [...]” (HERÓDOTO, V.49).

Aristagoras embarcou e partiu antes dos demais. Tendo chegado a Mileto, ele concebeu um plano do qual não deveria resultar nenhuma vantagem para os jônios – mas também não foi a fim de obtê-la que ele o formulou, mas sim para molestar o rei Dario. Ele enviou à Frígia um mensageiro para ir ter com os peônios, originários dos rios do Strímon, que Megabazo havia aprisionado e que habitavam separadamente uma região e um povoado da Frígia. Chegando junto aos peônios, o mensageiro lhes disse: “Homens da Peônia, Aristagoras, tirano de Mileto, enviou-me a vós para vos oferecer um conselho que será sua salvação caso desejem segui-lo. [...]” (HERÓDOTO, V.98).

Aristagoras, então, terminou seus dias dessa maneira, após ter induzido a Jônia a se rebelar. Quanto a Histieu, tirano de Mileto, ele foi a Sárdis com a permissão de Dario. Assim que chegou de Susa, o governador de Sárdis, Artafernes, perguntou-lhe por que, em sua opinião, os jônios haviam se revoltado. Histieu declarou que não sabia e se mostrou surpreso diante do ocorrido, como se ignorasse completamente toda a atual situação. Mas Artafernes percebeu claramente que ele dissimulava e sabia a verdade sobre a revolta. “Aqui está”, disse ele, “eu lhe digo, Histieu, a verdade sobre esse caso: foste tu quem coseu o sapato, e Aristagoras o calçou.” [...] (HERÓDOTO, VI.1)⁶⁷.

⁶⁷ Outro ponto a reforçar a instabilidade no uso de termos e conceitos por parte de Heródoto é o seguinte: “Na primavera, o Rei destituiu de seus comandos os outros generais, e Mardonios, filho de Gobrias, desceu ao litoral

É para um tirano também, Gelão de Siracusa, que a aliança grega pede ajuda para combater os persas:

Então, quando os embaixadores dos gregos chegaram à Siracusa, eles entraram em conferência com Gelão e disseram-lhe: “Os lacedemônios, os atenienses e seus aliados nos enviaram para pedir-lhe que se associe a eles contra o Bárbaro. Tu certamente não ignoras que ele ameaça a Grécia, que lançou pontes sobre o Helesponto, que traz da Ásia todas as forças do oriente e está prestes a entrar em campanha contra ela dizendo, como pretexto, que marcha contra Atenas, mas tendo por objetivo submeter à sua dominação toda a Grécia. Tu, que dispões de um grande poder, tu, a quem pertence uma parte do mundo grego que não é a menos importante pois reina sobre a Sicília, venha ao socorro daqueles que defendem a liberdade da Grécia e trabalhe com eles na manutenção dessa liberdade. Reunido, todo o mundo grego representa uma força considerável e nós ficamos em condições de fazer frente ao agressor, mas se, dentre nós, uns venham a trair e outros a recusar cooperação, se a parte sã da Grécia se reduzir a um pequeno número de homens, então deve-se temer que toda a Grécia sucumba. Não penses que o Persa, se nos subjugar após termos vencido pelas armas, não irá encontrá-lo. Tome suas precauções antes que isso aconteça vindo ao nosso socorro, pois assim tu tomas tua própria defesa. Os empreendimentos sabiamente planejados são normalmente seguidas por um resultado feliz.” [...] (HERÓDOTO, VII.157).

Nas poucas ocasiões em que Heródoto manifesta sua opinião abertamente, fica nítido que, mesmo não adotando abertamente uma postura política, ele é simpatizante da causa democrática:

Surpreende-me e eu não admito, portanto, essa alegação, que os Alcmeônidas, em conluio com os persas, tenham feito um sinal elevando um escudo por desejarem que os atenienses fossem submetidos aos bárbaros e a Hípias, eles que, tanto quanto ou mais que Calias, filho de Fainipos e pai de Hipônico, demonstram claramente ódio em relação à tirania. Calias foi o único entre todos os atenienses que mostrou interesse em ser comprador dos bens de Pisístrato levados à hasta pública pela cidade quando ele foi expulso de Atenas, e suas atitudes, em todas as demais circunstâncias, testemunhavam o mais violento ódio contra ele. [...] Os Alcmeônidas, assim como Calias e não menos que ele, odiavam os tiranos. Estranho, então, e rejeito essa calúnia, que esses homens tenham feito um sinal levantando um escudo, eles que, durante todo o tempo em que reinaram os tiranos, viveram no exílio e que, por suas maquinações, forçaram os Pisistrátidas a deixar o poder. Assim, foram eles, em minha opinião, os libertadores de Atenas, muito mais do que Harmódio e Aristogiton. Esses dois apenas exasperaram os Pisistrátidas sobreviventes por causa do assassinato de Hiparco, sem fazer nada além disso para pôr fim à tirania. Os Alcmeônidas, ao contrário, fizeram claramente o trabalho de

levando consigo numerosas tropas terrestres e marinhas. Ele era jovem e recém-casado com uma filha do rei Dario, Artozostre. Ao chegar na Cilícia, no comando dessas forças, Mardonios embarcou em uma nau e partiu com o resto da esquadra, enquanto outros oficiais conduziam o exército terrestre para o Helesponto. Quando, margeando a costa da Ásia, ele chegou à Jônia – vou dizer algo que muito surpreenderá aqueles dentre os gregos que se recusam a acreditar que, no debate dos sete persas, Otanes exprimiu a opinião de que o regime que deveria ser implantado entre os persas era a democracia –, ele depôs todos os tiranos dos jônios e estabeleceu nas cidades constituições democráticas. Isso feito, ele se apressou para chegar ao Helesponto. Depois que foram reunidas importantes forças navais e terrestres, os persas atravessaram o Helesponto em navios e iniciaram sua marcha através da Europa para Erétria e Atenas.” (HERÓDOTO, VI.43). Note-se que Mardonios não está rebelado contra o rei persa, pelo contrário, segue rumo ao cumprimento das ordens por ele dadas.

libertadores, se foram realmente eles que persuadiram a Pítia a recomendar aos lacedemônios a libertação de Atenas, como expus anteriormente. [...] (HERÓDOTO, VI.121 e 123)⁶⁸.

[...] Esse Cadmos, anteriormente, havia recebido de seu pai uma tirania solidamente estabelecida em Cós e, por sua própria vontade, sem que nada de temível o ameaçasse, mas obedecendo a um sentimento de justiça, ele devolveu a autoridade ao povo de Cós e partiu para a Sicília, onde se apoderou de Zancle com a ajuda dos sâmios e se estabeleceu na cidade, cujo nome foi alterado para Messene. Sendo Cadmos assim e sendo essas as circunstâncias sob as quais ele havia chegado na Sicília, movido por um sentimento de justiça, Gelão, que havia em outros casos constatado pessoalmente esse seu sentimento, enviou-o, então, em missão. E, além de outras ações justas que Cadmos realizou, a relatada a seguir não é a menos importante entre aquelas cuja lembrança se perpetuou: em poder da grande quantia de dinheiro que Gelão lhe havia confiado e podendo apropriar-se dela, ele não o quis. Quando os gregos triunfaram no combate naval e Xerxes bateu em retirada, ele, então, partiu para a Sicília e devolveu a Gelão todo o dinheiro (HERÓDOTO, VII.164).

Em relação ao intercâmbio constante entre *τυρανν-* e *βασιλ-*⁶⁹, Lévy (1993)

argumenta que do ponto de vista das formas nominais e verbais que ambas assumem no texto,

é possível estabelecer uma diferença no uso dos vocábulos:

Assim, *basileus* e *turannos* se distinguem de duas maneiras. Não somente o primeiro evoca um título e o segundo o exercício de um poder, mas se todo tirano pode ser qualificado como rei, todo rei não pode ser tratado como tirano: não se fala de tirano quando o poder é limitado como em Esparta ou quando, mesmo absoluto, ele é institucionalizado e funciona segundo uma ordem reconhecida, como no império persa. Assim, o emprego de *basileuein* e de *turanneuein* não resulta somente de um desejo de *variatio*. *Turanneuein* é uma palavra marcada, que traz então uma precisão no seu vínculo com o neutro *basileuein* [...] (LÉVY, 1993, p.17).

Mas quando conclui o texto tentando atribuir sentido à análise formal por ele realizada, ele cai na mesma opinião corrente da visão negativa da tirania sem maior esclarecimento da relação do resultado obtido com o significado que ele lhe atribui:

A tirania aparece assim como uma forma de realeza, isto o que explica as comutações possíveis entre os dois vocábulos, mas correspondente a um poder absoluto de bom grado arbitrário, que repugna mais e mais os gregos, essa palavra de origem estrangeira servirá para evocar o pior dos regimes (LÉVY, 1993, p.18).

⁶⁸ As duas únicas aparições de *μισσοτύρανν-* ocorrem nesse trecho, o que aparentemente mostra uma intenção do autor de reforçar a questão do ódio que os Alcmeônidas sentiam pelos tiranos.

⁶⁹ *Μουνναρχ-* aparece como sinônimo, muitas vezes junto com *βασιλ-*, em III.80 (*μόνναρχον, μουνναρχίη, μούναρχος, μουνναρχίην*), V.46 (*μουνάρχου, έμουνάρχησε*), V.92 (*μουνάρχοισι*), VII.154 (*μουνναρχίην*), VII.165 (*μουνάρχου*).

Do ponto de vista formal, o argumento de Lévy me convence, mas não há como confrontar com outras opiniões porque, dos autores aos quais tive acesso, ele foi o único que fez esse levantamento sistemático e uma análise formal dos dados, o que para a realização desta pesquisa foi de grande valia para o confronto das informações do meu levantamento com o de outro estudioso do problema. Foi surpreendente encontrar apenas uma abordagem deste tipo, dado a polêmica do tema da tirania nas *Histórias*. Talvez isto tenha ocorrido por causa da carga positivista fortemente associada às análises de caráter mais filológico, pois muitos autores não conseguem estabelecer uma relação muito bem sucedida entre os dados formais e o significado mais amplo desses dados – o que parece acontecer com Lévy.

Confrontando meus dados com os dele eu não generalizaria a conclusão de que a tirania é o pior dos governos para a narrativa como um todo, pois, ao menos segundo o que consegui apreender das informações que trabalhei do texto, a tirania se apresenta como algo predominantemente ruim quando relacionado a contexto ateniense, o que justifica a presença quase esmagadora do termo em sentido neutro. Fora uma certa inclinação pessoal do autor não existe um conceito de tirania nas *Histórias*, portanto, a meu ver, não é possível defender a existência de um modelo de tirania e nem que Heródoto tem uma opinião imparcial sobre ela, conforme defenderam Gammie (1986), Waters (1971, 1972), Lateiner (1989 *apud* GRAY, 1996), Spath (1968, *apud* GAMMIE, 1986), Flory (1987), Pearson (1954, *apud* GAMMIE, 1986), Lévy (1993), Hartog (1980), entre outros.

A questão é que uma análise formal do texto apenas não dá conta do significado do tema da tirania na narrativa. Assim, penso que uma maneira de saber se a tirania nas *Histórias* de Heródoto possui um significado mais amplo do que uma certa antipatia por parte de seu autor, é situar esses aspectos formais na perspectiva sócio-histórica a que eles pertenciam. Tal procedimento me levou à conclusão de que o papel da tirania na narrativa diz respeito a uma reflexão sobre o poder, como se verá a seguir.

3.2. Heródoto, as tiranias e o pensamento político nas Histórias

Para os gregos, a administração dos conflitos no interior da *pólis* sempre foi uma preocupação ao longo de toda sua história. A busca de estabilidade para a manutenção da autonomia de suas pequenas pátrias, da qual eram tão ciosos, levou figuras importantes, já no período arcaico, a pensar sobre os problemas que afligiam sua comunidade.

Já é bem conhecido o problema dos *horói* hipotecários e o problema da servidão por dívidas que afligiam a Atenas arcaica, da qual os poemas solonianos são ilustrativos, bem como o da corrupção dos reis retratada na contenda do beócio Hesíodo com seu irmão Perses em *Os trabalhos e os dias*. Isto fora os fragmentos sobreviventes de outros poetas da época que possivelmente também podem ser reveladores neste sentido, além das tragédias que também têm um papel bem marcado na história política de Atenas, por exemplo. Seu auge ocorre bem no início do estabelecimento da democracia. Neste momento, os mitos eram o recurso do qual os poetas lançavam mão para refletir sobre os limites e possibilidades da instituição nascente.

Esse pensamento que se desenvolve junto com a *pólis* e que responde/dialoga com as dificuldades por ela enfrentada é o que chamo de *pensamento político*. Este pensamento político, na sua forma mais acabada, deu origem à *teoria política* (ou filosofia política, pois, em geral, esses termos são intercambiáveis). O pensamento filosófico sobre a política inclui, entre outras coisas, uma segunda ordem de reflexão sobre a natureza e possibilidade de um conhecimento político, o que faz com que se vá além de um nível mais geral que o pensamento prático, que responde às situações e eventos contemporâneos⁷⁰.

Conforme observou Raaflaub, se Tucídides goza de uma boa reputação como pensador político, o mesmo não pode ser dito em relação a Heródoto. A maioria dos seus

⁷⁰ Aqui sigo a conceituação de *The Cambridge History of Greek and Roman Political Thought* (2000).

críticos argumenta que ele carece de consistência em seus julgamentos políticos; que seu interesse histórico não se centra exclusivamente em aspectos políticos e que esses julgamentos não seguem os parâmetros da história política; que há um esboço de teoria política que só aparece ocasionalmente e que não provém claramente princípios e linhas mestras do historiador em relação à questão. Some-se a isto o fato de que esses autores se preocupam muito em definir as preferências políticas de Heródoto, não obstante, eles têm dificuldades em encontrar respostas claras. O autor argumenta ainda que tudo isto, combinado com aspectos de inovação e tradição na obra e também com a vasta gama de interesses, torna difícil classificar o autor e compreender seus interesses, pois clareza e estreiteza de pensamento parecem não ser o ponto forte de Heródoto (RAAFLAUB 1987, p.221-222)⁷¹.

⁷¹ Em aspectos gerais, os estudos sobre os aspectos políticos nas *Histórias* giram em torno de quatro eixos principais: 1) *partidários de que Heródoto não tem senso político*: aqui, Heródoto não se preocupa com política pois apenas narra os fatos objetivamente. Servem como exemplos desta vertente a proposta de Wilamowitz-Moellendorf, em 1910, que foi desenvolvida por K. H. Waters (1972); 2) *partidários de que Heródoto tem senso político*: aqui se enquadram os autores que se preocupam em definir o posicionamento político de Heródoto, os que exploram a relação de oposição entre tirania e democracia (veja-se, por exemplo, Sara Forsdyke, 2001), e também os que acreditam que Heródoto faz uma história objetiva e política, pois entende-se que as crenças religiosas e a relação de Heródoto com o fabuloso e o mítico devem ser separadas de suas atitudes racionais no que tange aos assuntos humanos em geral e à política em particular, pois atualmente é muito mais fácil discernir entre o que é racional ou não do que em sua época, e que seu “empiricismo ingênuo” não poderia fugir das influências do momento no qual viveu. Isto porque apesar da presença do fabuloso, do mítico e do divino em sua narrativa, as ações de suas personagens têm motivações humanas e, portanto, históricas, e por extensão, políticas – porque humanas e não divinas. Desta forma, se a presença dos deuses é importante para a manutenção da ordem do mundo, ao mesmo tempo os homens também são responsáveis por suas ações (Binyamin Shimron, 1989); 3) *estudiosos do debate persa*: ao se pensar o problema da política em Heródoto não se pode deixar de considerar a passagem sobre o debate persa (HERÓDOTO, III.80-82). Ela é considerada, por alguns autores, a primeira manifestação da filosofia política no mundo ocidental e a base de todas as sistematizações posteriores das formas de governo do mundo antigo, medieval e moderno (SOUSA, 2001, p.57). Em geral, quando se pensa a questão da política na obra de Heródoto há uma associação quase que sintomática com esta passagem. Aqui a bibliografia é muito extensa. Basicamente especula-se sobre como Heródoto teve acesso àquelas falas; a influência dos sofistas sobre elas; a existência ou não de uma teoria constitucional; sua possível relação com a vida política de Atenas nos idos de dos anos 440 a.C.; sua relação com a forma e estrutura do texto. Esta parte da exposição segue de perto os textos de Thompson (1996) e Sousa (2001) acerca do mesmo, pois não consegui ter acesso a todo o material por eles citados. Consegui alguns posteriormente mas não com tempo hábil para incluir entre as leituras da dissertação. Em Thompson: BECK, Ingrid. *Die Ringkomposition bei Herodot und ihre Bedeutung für die Beweistechnik*. New York: G. Olms, 1971; LANG, Mabel L. *Herodotean narrative and discourse*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1984; WOOD, Henry. *The Histories of Herodotus*. The Hague: Mouton, 1972. Em Sousa: GLASER, K., *Die Bewertung der Staatsformen in der Antike*, WS, 57, 1939, 38ss. Apud: APFFEL, Helmut. *Die Verfassungsdebatte bei Herodot (3, 80-82)*. Diss. Erlangen, 1957, 98p. (Reimp. New York, Arno Press, 1979); MORRISON, J. S. The Place of Protágoras in Athenian Public Life. In: *Classical Quarterly*, 35, 1941, p.1-16 e IDEM. Péricles Monarchos. In: *Journal of Hellenic Studies*, 70, 1950, p.76-77; RYFFEL, H. *Metábole Politeion*. Noctes Romanae 2, Bern, 1949; WÜST, Karl. *Politisches Denken bei Herodot*. Diss. München, 1935; 4) *outras abordagens*: penso aqui em outros tipos de abordagens, diria que um pouco mais recentes, que dialogam de perto com as outras categorias mas não se enquadram nelas. Vejam-se: Kurt Raaflaub (1987) e Paulo Ângelo de Meneses Sousa (2001), que fazem uma relação do aspecto político da

Mas a relação de Heródoto com o momento sócio-histórico no qual ele se inseria pode ser esclarecedora neste sentido. Ele situa-se em um momento de passagem do pensamento mítico para uma forma de pensamento que tenta deliberadamente explicar o funcionamento das coisas e dos fenômenos, e para ele não existe uma separação radical entre os mundos humano e divino. Dentro desta perspectiva, certos aspectos do pensamento arcaico dos gregos trazem luzes a vários pontos das *Histórias* e principalmente, a meu ver, ao papel ocupado pela tirania na narrativa.

Para Detienne (1988, p.44), antes do pensamento não-mítico, a palavra era privilégio de uma função sócio-religiosa e só fazia sentido dentro de um sistema de representações religiosas, composto, basicamente, por: *alétheia* + *léthe* (verdade/esquecimento), musas, memória e justiça. Dentro desta perspectiva, a palavra mágico-religiosa = palavra + ato, ou seja, as palavras são as coisas, são a realidade, e ela não está submetida a nenhuma temporalidade, pois constitui “o que foi, o que é, e o que será”, transcende, pois, o tempo dos homens e também os homens, portanto, pertencem ao domínio do absoluto. Sendo privilégio de uma função sócio-religiosa, a palavra era exercida pelo que Detienne chama de “mestres da verdade”: o poeta (com sua poesia), o adivinho (e sua mântica) e o rei (com o exercício da justiça).

Para o autor, é a *alétheia* que une e separa o pensamento religioso (mitológico) e o não-mítico, e no contexto do primeiro não há

[...] de um lado *Alétheia* (+) e do outro *Léthe* (-), mas, entre estes dois pólos, desenvolve-se uma zona intermediária, na qual *Alétheia* se desloca progressivamente em direção a *Léthe*, e assim reciprocamente. A “negatividade” não está, pois, isolada, colocada à parte do Ser; ela é um desdobramento da “Verdade”, sua sombra inseparável. As duas potências antitéticas não são, portanto, contraditórias, tendem uma à outra; o positivo tende ao negativo, que, de certo modo, “o nega”, mas sem o qual não se sustenta.” (1988, p.41).

obra com elementos do pensamento arcaico dos gregos; Norma Thompson (1996) que envereda pelo problema das identidades políticas; e Pascal Payen (1997), que através do processo de conquista e resistência trabalha o problema do texto como realidade histórica. Foi com a leitura dos autores desta última vertente que cheguei à conclusão de que, mesmo a despeito de uma convicção pessoal de que a tirania era algo ruim, Heródoto tinha uma reflexão sobre ela que transcendia a questão de seu posicionamento político.

Mas com o surgimento das cidades e com o esboço das idéias e práticas iniciais da política entre a comunidade de guerreiros, iniciou-se um processo de laicização da palavra, pois a ambigüidade, característica da palavra mágico-religiosa, passou a representar riscos, na medida em que começaram a se evidenciar os embates entre interesses pessoais e coletivos.

Assim, no que tange ao pensamento mítico, ambigüidade não apresentava problemas, pois é uma lógica da contrariedade que o orienta e mesmo constitui seu mecanismo essencial, portanto, a lógica do pensamento mítico é a lógica da ambigüidade e da contradição, ao contrário do que vai ocorrer quando do estabelecimento do pensamento dito racional, onde o que prevalece é o princípio de exclusão dos contrários, em outras palavras, o que Thompson (1996) chama de pensamento racionalista ocidental, como mencionado anteriormente.

O conceito de história de Heródoto se pauta pelo princípio de instabilidade, isto é, pela concepção de que o sucesso e a felicidade humana não são estáveis e que o sucesso é inevitavelmente seguido pelo fracasso. Assim, é perceptível ao longo de toda a narrativa o surgimento e decadência, crescimento e enfraquecimento de várias cidades, povos e governantes (RAAFLAUB *in* ARETHUSA, 1987). Tal concepção evidencia uma relação muito próxima com o princípio da ambigüidade presente no pensamento arcaico.

Conforme observou Besselaar (1962, p.21), o indivíduo humano, para Heródoto, é o motor do processo histórico, similar ao herói na poesia épica, de maneira que é possível afirmar que as figuras de reis e tiranos, que constituem esse motor da narrativa, encarnam a figura do herói trágico. Conforme observaram Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet:

[...] o coxear, a tirania, o poder conquistado e perdido, a seqüência contínua ou bloqueada de gerações, a sucessão direta ou desviada, a retidão ou os desvios nas relações sexuais, o acordo ou mal-entendido na comunicação dos pais com os filhos e dos filhos entre si, a presença de espírito ou esquecimento –, é porque, no imaginário grego, a figura do tirano, tal como pintada nos séculos V e IV, desposa os traços do herói legendário, ao mesmo tempo eleito e maldito. [...] (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1991, p.71).

A este respeito, tendo em vista o item *contexto* do quadro aqui apresentado, é possível perceber que todo o desenvolvimento da narrativa gira em torno de certos indivíduos: Creso, Ciro, Cambises, Dario, Xerxes, e que mesmo muitos dos *lógoi* dentro desses *lógoi* também segue um padrão semelhante, como Atenas e a tirania dos Pisistrátidas, Corinto e os tiranos Cípselos e Periandro, Samos e Polícrates, Mileto e seus tiranos, entre outros. Payen (1997) já tinha observado que o tempo de vida dos dominantes é que dá o tempo da narrativa. Eles dão ritmo às *Histórias* a partir do mesmo processo de surgimento, auge e derrocada. Este aspecto vai de encontro ao modelo de tirania que a caracteriza pela agressividade, ganância, desrespeito às leis e aos costumes, inveja, desvios sexuais, atos atrozes, pois tal modelo não é algo que predomina.

O estudo de Marcos Cardoso Gomes (1999) é bastante elucidativo nesse sentido. Há em seu texto uma análise de todas essas personagens que, como mencionado, regem a narrativa, processo este que segue a linha da impermanência das coisas, portanto, segue um viés trágico. E nesta trajetória que vai do surgimento ao término da vida desses governantes, não é possível conceber que os tiranos não são totalmente bons ou totalmente maus, não é possível ter uma visão maniqueísta da situação. Veja-se o caso de Astiages, por exemplo.

Gomes (1999) observa que o rei medo, que manda cozinhar as carnes do filho de Hárpagos para servir-lhe em um banquete como castigo por ter desobedecido a ordem de matar Ciro quando de seu nascimento, não pode ser acusado de ser injusto, a despeito do castigo cruel que aplica em Hárpagos:

Astiages não é acusado por Heródoto de ser um rei injusto, mas de ser um rei duro [...] Seu castigo não é gratuito [...] dar as carnes do filho de Hárpagos para o pai comer é resultado de um castigo, como o rei mesmo acentua. Enquanto administra justiça, coloca-se em linha direta com o modo de governar traçado por Deioces. Deioces domina seu povo e o trata duramente, tendo na administração da justiça seu propósito maior. Os que lhe sucedem preocupam-se com a expansão desse legado. Astiages volta-se a sua segurança apenas. E por prender-se excessivamente a isso age desse modo (GOMES, 1999, p.105).

E mesmo a caracterização de Ciro feita pelo autor vai de encontro ao estereótipo usual da tirania: “a) é o grande rei dos persas, símbolo majestático do poder, cercado de uma aura de bondade, justiça e de grande espírito empreendedor; b) é o fundador do império persa, num papel semelhante ao de Deioces, que fundou o império dos medos; [...]” (IDEM, p.106)⁷².

As narrativas sobre os reis e tiranos sempre reproduzem o mesmo modelo do governante que, através de suas várias ações, segue progressivamente de uma espécie pólo positivo a um pólo negativo, no qual ele perde seu poder ou tem um final trágico. E se isto não acontece necessariamente com alguns, esta é uma sina que se dá através dos sucessores dos tiranos, como Pisístrato e seus filhos, Cipselos e Periandro, Dario e Xerxes...⁷³

Pode-se argumentar como é possível Heródoto se referir a esta polaridade negativa, corrompida da tirania, sendo que é relativamente pequeno o número de ocorrências com o sentido negativo de tirania no texto. Na verdade, o que foi classificado como sentido negativo é onde explicitamente se evidencia uma concepção negativa da tirania. No processo progressivo de deterioração do exercício do poder pelo qual passam os tiranos não há um julgamento expreso, apenas a narrativa de uma experiência, sem juízo de valor.

A despeito de uma aparente “inevitabilidade” do processo, entretanto, não há um determinismo por parte do autor. Veja-se a estória de Crespo:

⁷² A estória do nascimento de Ciro, brevemente, é a seguinte: Astiages tem um sonho que prevê a perda de seu trono. Ele casa sua filha com um homem de estatuto inferior, o persa Cambises. Devido a outro sonho ele manda Hárpagos matar seu neto. Este, com medo do que poderia ocorrer pois Astiages não tinha um sucessor e com medo do que sua filha pudesse fazer com ele caso assumisse o trono, passa esta tarefa ao boiadeiro Mitradates. Este leva o bebê até sua casa e é convencido pela mulher de ficar com a criança e colocar no lugar o bebê deles que tinha nascido morto. Muitos anos depois, numa brincadeira de criança, Ciro é designado rei e atribui as várias funções aos seus subordinados, tal como faz um rei de verdade. Um dos garotos não quis cumprir as ordens e foi castigado. O garoto reclamou com o pai do castigo recebido que, por sua vez, foi queixar-se a Astiages, que empreende uma investigação que o leva a descoberta de que sua ordem não havia sido cumprida, pois seu neto estava vivo. Como ainda devia uma reparação ao pai do garoto que havia sido castigado, ele responde que tomará uma resolução justa que o irá contentar. A partir disto, castiga Hárpagos com a cruel morte do filho, ele que havia sido causador de toda aquela situação. Outro detalhe interessante é que a investigação de Astiages na busca pela verdade apresenta características da segunda vertente de estudos da tirania em Heródoto, aquela que relaciona a semelhança do historiador com o tirano investigador, a qual tratamos no capítulo I.

⁷³ Tal como na troca de dádivas (cf. nota 21) a deterioração do poder pode ocorrer ao longo de algumas gerações.

Sárdis, próspera e rica, foi visitada por todos os sábios da Grécia que viviam nesse tempo, entre eles estava Sólon de Atenas. [...] Pelo seguinte motivo e por curiosidade, Sólon deixou seu país: ele foi ao Egito, na residência de Amásis, e, em seguida, a Sárdis, onde Creso o hospedou no palácio real. Dois ou três dias após sua chegada, alguns servos, sob ordens de Creso, mostraram-lhe seus tesouros e tudo o que era magnífico e opulento. Tendo visto e examinado tudo à vontade, Creso perguntou a ele: “Meu hóspede ateniense, a fama de sua sapiência, de suas viagens, chegou até nós. Disseram-nos que o gosto de saber e a curiosidade o trouxeram a meu país; também desejo, agora, perguntar-lhe algo: tu já viste um homem que seja mais feliz que todos os seus semelhantes?” Ele perguntava isso julgando-se o mais feliz dos homens. Mas Sólon, sem lisonjas e com toda a sinceridade, respondeu: “Sim, rei: Telos de Atenas.” Surpreso com essa resposta, Creso perguntou com vivacidade: “Então por que motivos tu estimas que Telos seja o mais feliz?” E Sólon: “Telos, em uma cidade próspera, teve filhos belos e bons; ele viu nascer os filhos de todos os seus filhos, e todas essas crianças continuarem vivas. Além disso, tendo tanta riqueza quanto um homem pode ter entre nós, ele teve um fim de vida brilhante: em um combate em Elêusis, entre os atenienses e seus vizinhos, ele atacou e derrotou o inimigo, e teve ali a mais gloriosa das mortes. Os atenienses o sepultaram, a expensas da cidade, no mesmo lugar onde havia falecido, e lhe prestaram grandes honras.” Ao exaltar a bondade e o destino de Telos, Sólon havia incitado a curiosidade de Creso. Creso perguntou-lhe quem, dentre os homens que conhecera, seria o segundo, depois de Telos. Ele estava fortemente persuadido de que ao menos o segundo lugar lhe caberia. Mas Sólon respondeu: “Cléobis e Bítón. Eles eram argivos e, além de riqueza suficiente, tinham uma força física comprovada pelo fato de ambos terem sido igualmente vencedores em competições, e conta-se deles a seguinte história: era um dia de festa de Hera entre os argivos e era imprescindível que sua mãe fosse levada ao templo por uma parelha de bois, mas os animais não chegaram a tempo do campo. Sem tempo para esperar, os jovens atrelaram-se ao jugo e puxaram o carro em que sua mãe estava sentada. Eles a transportaram ao longo de quarenta e cinco estádios até chegarem ao santuário. Com essa empreitada cumprida e sob as vistas da multidão presente, eles terminaram suas vidas do melhor modo e, nessas circunstâncias, a divindade deixou claro que, para o homem, mais vale estar morto do que vivo. Os argivos cercavam os jovens e felicitavam-nos por sua força; já as argivas felicitavam a mãe por ter tais filhos. Ela, encantada por essa ação e pelos elogios recebidos, pôs-se de pé em frente à estátua divina e rogou para que a deusa concedesse a Cléobis e Bítón, seus filhos que a haviam honrado de tal maneira, o que de melhor um homem pode obter. Após essa prece, depois do sacrifício e do banquete, os jovens adormeceram no próprio templo e nunca mais acordaram, tendo encontrado lá mesmo seu fim. Os argivos consagraram em Delfos estátuas em sua homenagem por haverem sido homens excelentes.” Assim Sólon atribuiu a Cléobis e Bítón o segundo lugar em felicidade, ao que Creso respondeu em cólera: “E a nossa felicidade, meu hóspede ateniense, tu a avalias tão insignificante a ponto de considerar digno nos comparar com homens comuns?” Ao que Sólon respondeu: “Creso, eu compreendo que a divindade é invejosa e gosta de semear a discórdia, e tu me interrogas sobre questões humanas. No curso de uma longa vida, temos a oportunidade de ver muitas coisas de que não gostamos e também de sofrer muito. Calculo que o limite de vida de um homem seja de setenta anos. [...] de todos os dias que formam setenta anos – vinte e seis mil duzentos e cinquenta –, um não é nada parecido com o outro. Nessas condições, Creso, o homem não é nada além de vicissitude. Hoje, tu possuis muitas riquezas, és rei de muitos súditos, mas isso que tu me perguntaste, ainda não posso dizer que tu o sejas, não antes de saber que tu terminaste seus dias em prosperidade. O homem muito rico, na verdade, não é em nada mais feliz que o corriqueiro se a boa sorte não o acompanha e não lhe permite terminar sua vida em meio a uma prosperidade completa. Vários homens com grandes riquezas são infelizes, enquanto muitos outros, possuindo recursos medíocres, são avantajados pela boa sorte. O homem muito rico sem felicidade possui somente duas vantagens sobre o homem a quem a boa sorte é favorável, enquanto este possui muitas vantagens sobre o rico sem felicidade. Um dispõe de mais meios para satisfazer seus desejos e para suportar o choque de uma grande calamidade, mas o outro possui as seguintes vantagens: pode

não ser tão capaz de suportar a calamidade e o desejo, mas sua boa sorte os afasta de si; ele não carrega deformidades ou doenças, está a salvo dos males, tem belos filhos e é belo; se, além de tudo, ele ainda tiver um belo fim de vida, aí se encontra o que tu procuras, alguém que mereça ser chamado de feliz; mas, antes de sua morte, esperemos, não digamos ainda que ele é feliz, digamos que a boa sorte lhe sorri. [...] e o homem que passa sua vida como possuidor de muitos bens e em seguida a termina suavemente, este sim, ao meu modo de ver, tem o direito de obter, ó rei, o título de feliz. Mas deve-se considerar em todas as coisas seu fim, como elas terminarão, pois já houve muitas pessoas a quem o destino deixou entrever a felicidade para depois aniquilá-las totalmente.” Essas palavras de Sólon, eu creio, não agradaram Creso. Não o considerando merecedor de qualquer estima, Creso o dispensou, persuadido de que era tolice desprezar os bens presentes e querer que se olhe para o término de todas as coisas.

Após a partida de Sólon, a vingança divina se abateu cruelmente sobre Creso, imagino que porque ele se julgava o mais feliz de todos os homens. [...] (HERÓDOTO, I.29-34).

Os persas capturaram Sárdis e aprisionaram Creso. Ele havia reinado por quatorze anos e havia sido cercado por quatorze dias, e de acordo com o oráculo, havia posto fim a um grande império: o seu. Os persas, quando o capturaram, o levaram a Ciro. Este ordenou que montassem uma grande pira, sobre a qual colocou Creso, acorrentado, e, a seu lado, quatorze jovens lídios. Sua intenção talvez fosse sacrificá-los a algum deus, ao queimar suas vítimas, as primícias da guerra; ou então, por ter ouvido falar que Creso era um homem crente, fez com que ele subisse na pira a fim de descobrir se alguma divindade o salvaria de ser queimado vivo. Diz-se que essa foi a conduta de Ciro. E quando Creso estava sobre a pira, apesar da grande tensão sob a qual se encontrava, veio-lhe à mente que havia uma inspiração divina no que Sólon lhe havia dito: “Nenhum homem vivo é um homem feliz.” Ao pensar nisso, ele suspirou e gemeu após um longo silêncio, e disse o nome de Sólon três vezes. Ciro, que havia ouvido, ordenou que seus intérpretes perguntassem a Creso quem era esse que ele invocava. Eles se aproximaram dele e perguntaram. Creso, interrogado, ficou algum tempo sem nada dizer; em seguida, como estava sendo pressionado, respondeu: “É um homem com quem, mesmo ao custo de uma grande fortuna, eu gostaria que todos os reis conversassem.” Essas palavras eram ininteligíveis para aqueles que o interrogavam, assim, perguntaram novamente o que ele queria dizer. E como eles insistiam, ele acabou por contar que uma vez Sólon, um ateniense, veio visitá-lo e, tendo contemplado toda sua opulência, ele a desdenhou, com base em tais e tais motivos, e que tudo se passou para ele, Creso, exatamente da forma como Sólon havia previsto, o qual discursava não só para ele, mas para todos os homens, principalmente para aqueles que, sob seu ponto de vista pessoal, imaginam-se felizes. Creso contava essa história enquanto a pira já estava acesa e suas bordas queimavam. Ciro, quando ouviu através dos intérpretes o que Creso havia dito, mudou de idéia. Ele refletiu que ele mesmo era humano, ele que estava prestes a jogar ao fogo um outro homem cuja prosperidade não havia sido inferior à sua. Então, pensando na expiação e considerando que nada é certo nas coisas humanas, ele ordenou que apagassem o fogo o mais rápido possível e que retirassem da pira Creso e seus companheiros. Mas aqueles que tentavam não mais podiam dominar o fogo. Então, contam os lídios, Creso, ciente da mudança de idéia de Ciro e vendo todos se esforçarem para apagar o fogo mas sem conseguir controlá-lo, invocou Apolo aos gritos e rogou, caso alguma de suas oferendas o houvesse agradado, que o ajudasse agora e o salvasse de tal perigo. E, como ele invocava o deus aos prantos, repentinamente, substituindo o céu puro e a calma do ar, uma massa de nuvens se acumulou, uma tempestade se abateu, caiu uma chuva muito violenta e a pira foi apagada. [...] (HERÓDOTO, I.86-87).

Os deuses influem no mundo dos homens mas são os homens que traçam seu próprio caminho, pois conforme mostra a estória, “o homem é apenas incerteza” e as coisas só

podem ser julgadas a partir de seu fim, através de um processo retrospectivo no qual se faz uma espécie de balanço do valor das coisas. E sendo que as coisas só podem ser julgadas a partir do seu término, a história é algo em constante construção, de maneira que é possível mudar o seu rumo. Este aspecto reitera novamente que Heródoto *não possui um modelo ou conceito de tirania*⁷⁴.

Kurt A. Raaflaub (*in* ARETHUSA, 1987) argumenta que Heródoto faz uso de um procedimento semelhante ao dos poetas trágicos no que diz respeito à sua reflexão sobre a política. Se os poetas trágicos usavam os mitos para analisar e expor para sua audiência problemas políticos que enfrentavam, o autor defende que Heródoto usa as histórias do passado da mesma forma, para elucidar problemas políticos contemporâneos. Segundo ele, ambos (Heródoto e os poetas trágicos) não fazem análises abstratas, mas através da narrativa dramática, do discurso das personagens e da voz de um grupo não diretamente envolvido (o coro e o próprio historiador), visavam educar seu público e aumentar a consciência política e a responsabilidade dos cidadãos. Eles não o faziam, todavia, através de conselhos diretos ou tomando partido a favor ou contra certas decisões ou políticas, mas demonstrando as condições, implicações, e conseqüências dessas medidas, colocando-as num panorama mais amplo.

Assim, ao invés de teorizar sobre a política, Heródoto chama a atenção, através de suas narrativas, para o resultado de algumas experiências do passado tendo em vista a situação do tempo presente. Neste sentido, as experiências do passado servem de alerta para a

⁷⁴ Segundo Darbo-Peschansky (1998, p.48-49), a não existência de uma separação radical entre os mundos humano e divino para Heródoto faz com que ele entenda a sociedade humana como um vasto conjunto no qual se rompe e se restabelece continuamente o equilíbrio da justiça (*diké*). Tal justiça consiste em restabelecer, através de uma punição ou de uma reparação correspondente à falta cometida, essa ordem anterior, na qual as pessoas teriam seu lugar e destino determinados por um acerto de contas, assim, “A justiça representa, ao mesmo tempo, os procedimentos que permitem o retorno dessa ordem.” Sendo assim, a justiça rege e regula a história, garantindo a ordem e o sentido do mundo.

tomada de decisões no presente, e é nestes termos que insiro as *Histórias* no âmbito do que considero ser o pensamento político do autor.

Na medida em que o “contar estórias”, então, tem esse caráter moral e político, uma vez que dialoga/responde às questões do momento em que são contadas essas estórias, penso que o papel da tirania nas *Histórias* serve como um alerta para a forma como Atenas exercia o poder sobre as outras comunidades gregas, pois, segundo o princípio que rege sua concepção de história, aqueles que eram grandes e pensavam ser eles próprios afortunados em seu próprio tempo poderiam se tornar pequenos em algum momento do futuro, como aconteceu com todos esses reis e tiranos por causa da maneira como administraram seu poder.

Autores questionaram o fato das *Histórias* não terem sido apresentadas na íntegra nas leituras públicas que delas foram feitas, devido a sua extensão e complexidade. Outros ainda acreditam que há uma grande distância entre a língua erudita, da qual temos registros através dos documentos que nos foram legados, e a língua falada, da qual parece não existir muitos registros – os quais são precipuamente os provenientes da cultura material – e que, por causa disto, muito provavelmente teria sido uma elite que tivesse tido acesso às fontes que existem hoje e que teria sido justamente por sua relação com um suposto grupo dominante que elas teriam sobrevivido.

Mas o fato é que as experiências dos governantes contadas pelo narrador, em grande medida, podem ser lidas e entendidas em trechos, os *lógoi* – não é preciso ler o conjunto do texto para entender um *lógos* –; e todas as narrativas sempre demonstram que eles fizeram uma administração infeliz de seu poder que teria levado a uma punição⁷⁵, por parte dos deuses, por causa de sua *hýbris* (excesso, desmedida). Desta forma, penso que tal mensagem valha seja qual for o público ao qual Heródoto tenha se dirigido e, principalmente,

⁷⁵ Veja nota anterior.

se for o caso de ter sido para os membros do grupo da camada dominante, que esta mensagem tinha um significado especial, pois eram eles os líderes políticos da comunidade.

Uma última questão: o que garante que de fato havia esta mensagem política na obra? Nada. Seria grande pretensão estabelecer uma convicção obtida ao longo desses anos de estudo da questão como verdade. Todavia, acredito que minha resposta ao problema, excetuando a dose natural de subjetividade que cada pesquisa inevitavelmente possui, não é uma leitura arbitrária. Penso isto por causa de alguns pontos em específico: por que ele dispõe a narrativa do jeito que faz, dando ritmo e coesão a ela através da narrativa de vida desses governantes e seus empreendimentos e não de outra forma? É possível um autor e sua criação conseguirem se desvincular totalmente do mundo em que vivem? Será que o aparente forte vínculo com Atenas presente nas escassas informações disponíveis sobre sua vida não representam nada no entendimento da obra?

No mais, esses foram os dados e esta é minha proposta de leitura deles. Fica a critério do leitor julgar sua pertinência ou não, ou mesmo buscar para si próprio uma resposta para o problema, afinal, se a escrita da história é marcada pelo momento em que vive o historiador e por suas experiências, podemos afirmar com Friedrich Schlegel que “Cada qual ainda encontrou nos antigos aquilo que precisava ou desejava; sobretudo a si mesmo.” (SCHLEGEL *apud* PIRES, 2003, p.87).

Então, as histórias sobre os tiranos exercem um importante papel na narrativa na medida em que servem como estratégia para a construção do pensamento político do autor, que consistia em uma reflexão sobre o exercício do poder independente de qualquer forma de governo em específico, sugerindo, especialmente, o que poderia vir a ocorrer com os desmandos empreendidos pelo imperialismo ateniense.

CONCLUSÃO

O objetivo desta dissertação foi entender qual o papel ocupado pela tirania nas *Histórias* de Heródoto. Nesta trajetória, primeiramente, busquei compreender um pouco da relação tirania *versus* democracia num panorama mais amplo, fora do contexto da obra, o que suscitou algumas questões muito importantes que serviriam como norte na análise do documento.

Nesse primeiro momento, o qual registrei no capítulo II, foi constatado que a concepção de tirania como algo ruim diz respeito a um apanágio de questões políticas atenienses e não pode ser aplicada ao mundo grego como um todo. Além disto, ficou evidente a fluidez da idéia mesma de tirania, pois os diversos grupos se apropriavam dela de acordo com seus interesses. Na análise do texto herodotiano foi possível perceber ambos os aspectos. O segundo não tanto quanto o primeiro, mas ainda sim presente. Já no que diz respeito ao primeiro aspecto, em particular, ficou claro que Heródoto trata da tirania como algo negativo em passagens precipuamente relacionadas a contexto ateniense.

Não obstante, estas constatações ainda deixavam a questão no âmbito das preferências políticas do autor, constituindo um grande problema no empreendimento a que se propunha a pesquisa por dois motivos: 1) a despeito de uma certa preferência política por parte do autor, as evidências não são consistentemente substanciadas de maneira a não deixar dúvidas; 2) os outros dados elencados para a análise não apresentavam sistematicidade alguma.

Na medida em que definições claras e objetivas não são características que marcam o texto das *Histórias*, encontrei nesta constatação mesma uma explicação para os dados da análise formal da questão na narrativa, pois ficou evidente que Heródoto não apresenta um conceito, modelo ou teorização sobre a tirania, no máximo, apenas certa

inclinação pessoal para a constituição democrática, como se pôde notar nos trechos aqui analisados e mesmo no uso que ele faz do sentido negativo da tirania no texto.

A partir da percepção de que os dados formais do texto por si não dariam conta de uma resposta para a busca empreendida, foi aberto um pouco mais o escopo de estudo para o contexto social e histórico no qual se inserem o autor e sua obra, o que veio a corroborar esses dados e mesmo ampliá-los em termos de sentido, na medida em que eles também se justificam pela dialética do autor com o momento em que vivia, qual seja, o momento da passagem do pensamento mitológico para uma forma de pensamento que tenta explicar de forma deliberada o funcionamento das coisas e dos fenômenos no mundo. A relação entre estas duas formas de pensamento deram conta, a meu ver, de uma explicação satisfatória para as diversas incoerências e contradições no trato do tema por parte de Heródoto.

Faltava ainda levar em conta uma última variável na transposição dos dados para o contexto sócio-histórico ao qual pertenciam/dialogavam: a situação de Atenas no século V a.C., o que levou esta pesquisa, por fim, à conclusão de que através da tirania Heródoto tem um pensamento político em sua obra e que o desenvolve através uma reflexão sobre o exercício do poder.

Se Heródoto tem uma visão de mundo regida por um misto de pensamento mítico e racional, isto é, de um mundo que sofre influência dos deuses mas é movido pelas ações dos homens, de maneira que os homens constroem seus caminhos e os deuses só intervêm no intuito de manter o equilíbrio do universo, Heródoto, através das narrativas de várias experiências fracassadas de governantes que quebraram esse equilíbrio, alerta para as conseqüências de um mal uso do exercício do poder, independente de qualquer forma de governo em específico e independente de seu apreço por qualquer forma de constituição.

Assim, parece muito plausível pensar, a partir de todas as evidências e aspectos aqui levantados, que Heródoto chamava a atenção para as conseqüências que poderiam

decorrer dos abusos cometidos pelo imperialismo ateniense em relação aos outros membros da Liga Délica, que eram seus iguais; seja porque essa visão trágica era sua maneira de encarar todas as coisas no mundo, seja por causa do seu apreço por Atenas e sua constituição democrática as quais não queria ver desmoronar.

Se considerarmos o argumento de Aristóteles na *Poética* de que a história trata do particular, isto é, do que Alcebíades ou qualquer outro fez enquanto a poesia teria um valor maior por proporcionar ensinamentos universais e atemporais acerca da natureza humana, penso que as *Histórias* de Heródoto são poesia em história e história em poesia, o que faz delas, a despeito dos protestos de Tucídides, também uma forma de *ktema es aiei*⁷⁶.

⁷⁶ “*Ktema es aiei*: um bem precioso, uma aquisição valiosa, de utilidade permanente, porque sempre atual. Assim Tucídides estima por qual valia ele concebera a finalidade de sua obra. Sua proclamação é bem conhecida: ‘Para um auditório, talvez, a falta do mítico nos fatos parecerá menos agradável. Mas a quantos desejarem observar com clareza os acontecimentos ocorridos, e também os futuros que então novamente, em conformidade com o que é humano, ocorrerão semelhantes ou análogos, julgarem tais coisas úteis, será o bastante. Constituem um bem perene (*ktema es aiei*), antes do que uma peça para um auditório ocasional’ (I.22.4).” (PIRES, 2003, p.87).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I) FONTES TEXTUAIS:

ARISTÓTELES. *A Constituição de Atenas*. Francisco Murari Pires (tradução e comentários; edição bilíngüe grego-português). São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. *A Política*. Roberto Leal Ferreira (tradução). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HERÓDOTE. *Histoires*. Introduction, par Philippe E. Legrand. Paris: Les Belles Lettres, 1955.

_____. *Histoires*. Livre I “Clio”. Texte établi et traduit par Philippe E. Legrand (edição bilíngüe grego-francês). Paris: Les Belles Lettres, 1956. Troisième édition revue et corrigée.

_____. *Histoires*. Livre II “Euterpe”. Texte établi et traduit par Philippe E. Legrand (edição bilíngüe grego-francês). Paris: Les Belles Lettres, 1982. Première édition 1930.

_____. *Histoires*. Livre III “Thalie”. Texte établi et traduit par Philippe E. Legrand (edição bilíngüe grego-francês). Paris: Les Belles Lettres, 1949. Deuxième édition revue et corrigée.

_____. *Histoires*. Livre IV “Melpomène”. Texte établi et traduit par Philippe E. Legrand (edição bilíngüe grego-francês). Paris: Les Belles Lettres, 1985. Première édition 1945.

_____. *Histoires*. Livre V “Terpsichore”. Texte établi et traduit par Philippe E. Legrand (edição bilíngüe grego-francês). Paris: Les Belles Lettres, 1989. Première édition 1946.

_____. *Histoires*. Livre VI “Érato”. Texte établi et traduit par Philippe E. Legrand (edição bilíngüe grego-francês). Paris: Les Belles Lettres, 1963. Première édition 1948.

_____. *Histoires*. Livre VII “Polymnie”. Texte établi et traduit par Philippe E. Legrand (edição bilíngüe grego-francês). Paris: Les Belles Lettres, 1986. Première édition 1951.

_____. *Histoires*. Livre VIII “Urane”. Texte établi et traduit par Philippe E. Legrand (edição bilíngüe grego-francês). Paris: Les Belles Lettres, 1973. Première édition 1953.

_____. *Histoires*. Livre IX “Calliope”. Texte établi et traduit par Philippe E. Legrand. (edição bilíngüe grego-francês). Paris: Les Belles Lettres, 1968. Première édition 1954.

HERÓDOTOS. *História*. Mário da Gama Kury (tradução e comentários). Brasília: UNB, 1988.

HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. Mary de Camargo Neves Lafer (tradução e comentários; edição bilíngüe grego-português). São Paulo: Iluminuras, 1996.

_____. *Teogonia*. J.A.A. Torrano (tradução e comentários; edição bilíngüe grego-português). São Paulo: Iluminuras, 1995.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Mário da Gama Kury (tradução e comentários). Brasília: UNB, 1999.

II) BIBLIOGRAFIA:

ANDREWES, Antony. *The greek tyrants*. New York: Harper e Row, 1963.

ARETHUSA. Herodotus and the Invention of History, 1987, vol.20, n°s.1-2.

AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de. *O anel de Polícrates e a loucura de Xerxes: O poder despótico nas Histórias de Heródoto*. Dissertação de Mestrado. Brasília, ICH/UNB, 2003.

BARRON, John P. The sixth-century tyranny at Samos. In: *The Classical Quarterly*, 1964, vol.14, n°2, p.210-229.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992, p.27-57.

BESSELAAR, José Van den. Heródoto, o pai da História. In: *Revista de História*, 1962, vol.XXIV, n°49, p.3-26.

BIGNOTTO, Newton. *O tirano e a cidade*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

CHRIST, Matthew R. Herodotean Kings and Historical Inquiry. In: *Classical Antiquity*, 1994, vol.13, n°2, p.167-202.

DARBO-PESCHANSKI, Catherine. *O discurso do particular: Ensaio sobre a investigação de Heródoto*. Brasília: UNB, 1998 (1ª edição de 1987).

DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia arcaica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

EVANS, James Allan Stewart. *Herodotus, Explorer of Past: Three essays*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1991.

FINLEY, Moses I. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Política no mundo antigo*. Lisboa: Edições 70, 1997.

_____. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FLORY, Stewart. *The archaic smile of Herodotus*. Detroit: Wayne State University Press, 1987.

_____. Who read Herodotus' *Histories*? In: *American Journal of Philology*, 1980, vol.101, p.12-28.

FORSDYKE, Sara. Athenian democratic ideology and Herodotus' *Histories*. In: *American Journal of Philology*, 2001, vol.122, p.329-358.

_____. From aristocratic to democratic ideology and back again: The Trasybulus anecdote in Herodotus' Histories and Aristotle's Politics. In: *Classical Philology*, 1999, vol.94, n°4, p.361-372.

GAMMIE, John G. Herodotus on kings and tyrants: Objective historiography or conventional portraiture? In: *Journal of Near Eastern Studies*, 1986, vol.45, n°3, p.171-195.

GERNET, Louis. Matrimônios de tiranos; "Horói" hipotecários. In: *Antropología de la Grecia antigua*. Madrid: Taurus, 1980, p.299-322.

GOMES, Marcos Cardoso. *A ironia trágica em Heródoto*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.

GRAY, Vivienne. Herodotus and images of tyranny: The tyrants of Corinth. In: *American Journal of Philology*, 1996, vol.117, n°3, p.361-389.

_____. Herodotus' literary and historical method: Arion' story (1.23-24). In: *American Journal of Philology*, 2001, vol.122, p.11-28.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Imperialismo Greco-Romano*. São Paulo: Ática, 1994.

HALL, Jonathan M. *Ethnic identity in Greek antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p.1-16.

HARRELL, Sarah E. King or private citizen: Fifth-century Sicilian tyrants at Olympia and Delphi. In: *Mnemosyne*, 2002, vol.LV, n°4, p.439-464.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*: Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: UFMG, 1999 (1ª edição de 1980).

HERING, Fábio Adriano. Atenas e *Némesis*. Acerca da lógica investigativa e da unidade discursiva nas *histórias* de Heródoto. In: *Varia Historia*, 2004, n°31, p.209-220.

_____. Heródoto e o interesse pela história no contexto da *pólis* ateniense. In: *Phoênix*, Rio de Janeiro, 2000, 6, p.153-164.

_____. O desenvolvimento do pensamento histórico na Grécia clássica. In: *Boletim do CPA*, Campinas, jul.1999/jun.2000, n°8/9, p.123-134.

HIRATA, Elaine Farias Veloso. As odes de Píndaro e as tiranias siciliotas. In: *Clássica*, 1996-1997, vol.9/10, n°9/10, p.61-72.

IMMERWAHR, Henry R. *Form and thought in Herodotus*. Atlanta, Georgia: Scholars Press, 1986 (1ª edição de 1966).

LENFANT, Dominique. Rois et tyrans dans le théâtre d' Aristophane. In: *Ktema*. Civilisations de l' Orient, de la Grèce et de Rome antiques, 1997, n°22, p.185-200.

LÉVY, Edmond. *Basileus* et *turannos* chez Hérodote. In: *Ktema*. Civilisations de l' Orient, de la Grèce et de Rome antiques, 1993, n°18, p.7-18.

LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira. “O diálogo entre o oficial e o popular em Corinto do século VII ao VI a.C.” In: *Phoînix*, Rio de Janeiro, 2000, 6, p.23-31.

MALKIN, Irad. (ed.). *Ancient Perceptions of Greek ethnicity*. Washington, D.C.: Center for Hellenic Studies, Trustees for Harvard University, 2001, p.1-28.

MCGLEW, James F. *Tyranny and political culture in Ancient Greece*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

MITCHELL, B. M. Herodotus and Samos. In: *The Journal of Hellenic Studies*, 1975, vol. XCV, p.75-91.

MITCHELL Lynette G.; RHODES, Peter John. *The development of the polis in archaic Greece*. London: Routledge, 1997.

MOMIGLIANO, Arnaldo. La place d’Hérodote dans l’histoire de l’historiographie. In: *Problèmes d’ historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983, p.169-185.

MORAIS, Cynthia. *Maravilhas do mundo antigo: Heródoto, Pai da História?* Belo Horizonte: UFMG, 2004.

MORGAN, Kathryn A. (ed.). *Popular tyranny*. Sovereignty and its discontents in ancient Greece. Texas: University of Texas Press, 2003.

MOSSÉ, Claude. *A Grécia Arcaica de Homero à Ésquilo*. Séculos VIII-VI. Lisboa: Edições 70, 1989a.

MOSSÉ, Claude. *La tyrannie dans la Grèce Antique*. Paris: P.U.F., 1989b (1ª edição de 1969).

MOURA, José Francisco de. *Imagens de Esparta: Xenofonte e a ideologia oligárquica*. Rio de Janeiro: Laboratório de História Antiga, 2000.

OOST, Stewart Irvin. The tyrants kings of Syracuse. In: *Classical Philology*, 1976, vol.71, nº03, p.224-236.

PAYEN, Pascal. *Les îles nomades: Conquérir et résister dans l’Enquête d’Hérodote*. Paris: Ed. de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1997.

PIRES, Francisco Murari. *KTEMA ES AIEI*, E a “prolixidade do silêncio” tucidideano no século XX. In: *Anos 90*, Porto Alegre, 2003, nº17, p.87-109.

_____. Resenha de: HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999, 481p. In: *Revista de História*, 1999, vol.140, p.109-116.

ROBINSON, Eric. Democracy in Syracuse, 466-412 b.C.. In: *Harvard Studies in Classical Philology*, 2000, vol.100, p.189-205.

ROWE, Christopher; SCHOLFIELD, Malcolm. *The Cambridge History of Greek and Roman Political Thought*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2000, p.1-22, 89-121.

SCHNEIDER, Jens. Discursos simbólicos e símbolos discursivos: Considerações sobre a etnografia da identidade nacional. In: *Mana*, 2004, vol.10, n°1, p.97-129.

SHIMRON, Binyamin. *Politics and belief in Herodotus*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag Wiesbaden GMBH, 1989.

SMITH, J. A. *Athens under the tyrants*. Bristol: Bristol Classical Press, 1989.

SOUSA, Paulo Ângelo de Meneses. *O debate persa em Heródoto*. (*Histórias*, III.80-82). Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

THEML, Neyde. Este “admirável mundo novo”. In: *Phoînix*, 2001, vol.7, p.11-20.

THOMAS, Rosalind. *Oral tradition and written record in classical Athens*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, Norma. *Herodotus and origins of the political community*. New Haven: Yale University Press, 1996.

TRABULSI, José Antonio Dabdad. Crise social, tirania e difusão do dionisismo na Grécia arcaica. In: *Revista de História*, 1984, n°116, p.75-104.

_____. *Ensaio sobre a mobilização política na Grécia antiga*. Belo Horizonte: UFMG, 2001a.

_____. *La cité grecque positiviste: Anatomie d'un modèle historiographique*. Paris: Harmattan, 2001b.

TREVES, P. Herodotus, Gelon and Pericles. In: *Classical Philology*, 1941, vol.36, n°4, p.321-345.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. O tirano coxo: De Édipo a Periandro. In: *Mito e tragédia na Grécia antiga*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.47-72 (1ª edição de 1986).

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os gregos, os historiadores, a democracia: O grande desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WATERS, Kenneth H. Herodotus and politics. In: *Greece and Rome*, 2nd Ser., 1972, vol.19, n°2, p.136-150.

_____. *Herodotus on tyrants and despots*. A study on objectivity. Wiesbaden: F. Steiner, 1971.

_____. *Herodotus, the Historian: His problems, methods and originality*. Norman: University of Oklahoma Press, 1985.

WELLS, J. Herodotus and Athens. In: *Classical Philology*, 1928, vol.23, n°4, p.317-331.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: A "literatura" medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.15-32.

III) OBRAS DE REFERÊNCIA:

BAILLY, Anatole. *Dictionnaire Grec-Français*. (Édition revue par L. Séchan et P. Chantraine). Paris: Hachette, 1994, p.351, 1294-1295, 1300, 1976-1977.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Filosofia da Política; Política. In: *Dicionário de Política*. Brasília: EDUNB, 1993, 2 vols. (1° vol. A-K/2° vol. L-Z), p.493-500, 954-962.

DUBY, Georges. (dir.). Le monde Grec du VIe au IIIe s. av. J.-C., Grande-Grèce et Sicile. In: *Atlas Historique Larousse*. Paris: Librairie Larousse, 1978, p.12-13.

LIDELL, Henry George; SCOTT, Robert. *A Greek-English lexicon*. (With a revised supplement). Oxford: Clarendon Press, 1996, p.309-310, 1143, 1148, 1836.

POWELL, John Enoch. *A lexicon to Herodotus*. Hidesheim: Georg Olms, 1977, p.58-61, 228-229, 362-363.